

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**PROJETOS DE VIDA: FAMÍLIA E TRABALHO INFANTIL NA PERSPECTIVA  
DOS BENEFICIÁRIOS DE UM PROGRAMA SOCIAL**

Mauricio J. S. Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-graduação em Antropologia Social da  
Universidade Federal do Paraná, para  
obtenção do título de Mestre, sob  
orientação do Prof. Dr. Marcos Silva da  
Silveira.

Curitiba, dezembro de 2009

## AGRADECIMENTOS

À minha esposa, Aline;

Aos filhos Natália e Vítor Eduardo;

Por sua compreensão pelas muitas e muitas horas de ausência

Ao CADI, por ser a minha grande escola

Aos professores e colegas do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do

Paraná, especialmente ao Prof. Marcos Silveira, meu orientador, por me abrirem os caminhos da apreensão de um novo olhar, que estava tão perto, mas também tão distante.

## RESUMO

Este trabalho trata da tensão entre Estado e Sociedade, apresentando as contradições entre o arcabouço jurídico e institucional do Estado e as concepções das famílias beneficiárias do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de Fazenda Rio Grande (PR), no que diz respeito à noção de trabalho infantil e outras questões relacionadas às estratégias de intervenção na área do desenvolvimento social. Após analisar o discurso do Estado acerca da temática e suas inter-relações com o Terceiro Setor, explicitando sinergias, focaliza o contexto urbano de periferia de Curitiba, apreendendo suas heterogeneidades, fazendo um mergulho etnográfico no universo dos beneficiários e apontando, entre outras coisas, a existência de diferentes arranjos familiares e a relativização da categoria *rua* como um lugar não-físico, mas simbólico, onde é possível estar *na rua* sem ser *da rua*. Sob o pano de fundo da discussão da pertinência de uma Antropologia Aplicada e Instrumental a serviço das políticas sociais, o trabalho nos mostra que os conceitos de família e trabalho infantil são plurais e polissêmicos, sendo a visão do Estado e das organizações não-governamentais, embora hegemônicas, apenas mais uma entre outras possíveis, sem deixar de apontar caminhos de uma interpenetração destas diferentes lógicas, configurando evidências de um processo de mudança social.

## ABSTRACT

This study is about the tension between State and Society, presenting the contradiction between the juridical and institutional platform of the State and the conceptions of the beneficiary families of PETI – Program of Child Labor Erradication in Fazenda Rio Grande (PR), Brazil, regarding the notion of child labor and other issues related to the strategies of intervention in the area of social development. After analyzing the speech of the State about this issue and its inter-relations with the Third Sector, revealing synergy, focuses in the suburban context of Curitiba, understanding its diversities, diving ethnographically in the beneficiaries' universe and pointing out, among other things, the existence of different family structures and the relativization of the category *street* as a non-physical place, but symbolic, where it's possible to be *in the street*, not being *of the street*. Under the discussion of the relevancy of an Applied and Instrumental Anthropology that is useful to the social policies, this study shows us that the concept of family and child labor is plural and that the State and non-governmental organizations' view, even though hegemonic, is only one more among many other possible views, not forgetting to point out ways of interpenetration of these different logics, based on evidences of a social change.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>05</b>
1.1 OS FUNDOS DO CARTÃO POSTAL CHAMADO CURITIBA: A PERIFERIA DA PERIFERIA	16
1.2 O EXECUTOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO PESQUISADOR	22
1.3 HETEROGENEIDADE E FRAGMENTAÇÃO	32
1.4 QUANDO A ANTROPOLOGIA É A INFORMANTE	37
<b>2. O ESTADO E SEU PROJETO: POLÍTICAS PÚBLICAS E ANTROPOLOGIA</b>	<b>50</b>
2.1. O ESTADO E O TERCEIRO SETOR NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	50
2.2 A POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: O DISCURSO DO ESTADO	56
2.3 RELAÇÕES FAMILIARES E PROJETOS DE VIDA: O DISCURSO ANTROPOLÓGICO	77
<b>3. VIDAS EM CONTEXTO: A VISÃO DE MUNDO NATIVA</b>	<b>94</b>
3.1 A FAMÍLIA DE SR. CARLOS E DONA JOANA	97
3.2 FAMÍLIA, MIGRAÇÃO E CONFLITOS	110
3.3 GÊNERO E EMANCIPAÇÃO	117
3.4 RELIGIOSIDADE	128
3.5 “TRABALHO” E “AJUDA”, ESTAR NA RUA SEM SER DA RUA	131
3.6 UM POUCO DO OLHAR DAS CRIANÇAS DO PETI DE FAZENDA RIO GRANDE	139
3.7 RELAÇÕES COM O ESTADO	141
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>165</b>
<b>5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>172</b>

## 1 . INTRODUÇÃO

O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é um programa do governo federal brasileiro, executado em parceria com os municípios, que tem como objetivo retirar crianças e adolescentes de sete a quinze anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco a sua saúde e a sua segurança. As famílias priorizadas no Programa são aquelas que possuem renda per capita de até meio salário mínimo brasileiro, ou seja, aquelas que vivem em situação de extrema pobreza. A família que é inserida no PETI recebe uma bolsa mensal para os filhos que são retirados do trabalho (com valores variáveis, dependendo se provêm da área rural ou urbana), desde que a criança esteja freqüentando a escola e a jornada ampliada. Atualmente, na configuração da nova política nacional de assistência social, o PETI está inserido no Programa Bolsa Família, que agregou todos os programas federais de transferência de renda.

Em Fazenda Rio Grande (PR), local da pesquisa, o PETI é operacionalizado em sete unidades de atendimento. Cada unidade tem um coordenador local, educadores e pessoal de serviços gerais, que pertencem a uma coordenação municipal, cargo ocupado por uma pedagoga. Há também outro pedagogo atuando como apoio técnico para as oficinas socioeducativas e uma assistente social para acompanhamento do Programa. Todos são funcionários da Gerência Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho da

Prefeitura Municipal, responsável pela execução do Programa. A maioria das unidades operacionaliza as suas atividades em ginásios de esportes anexos às escolas (4). As demais operam em um barracão alugado, uma igreja evangélica e uma casa alugada. Em geral, as condições são precárias, tanto do ponto de vista das instalações físicas quanto de recursos humanos disponíveis.<sup>1</sup>

O conceito de trabalho infantil, delimitado pelo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalho Adolescente (2003), diz respeito a “todo o trabalho desempenhado por crianças e adolescentes com idade mínima de início de trabalho inferior a 16 anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos”. Dados do Governo Federal, retirados do Relatório da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2003 apontam que 5,48 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão em situação de trabalho no país. Destas, cerca de 1,5 milhão são atendidas pelo PETI. No Paraná, são cerca de 44.434 crianças e adolescentes atendidos

---

<sup>1</sup> A coordenação do Programa é da pedagoga Geiza Godói de Oliveira, e a coordenação pedagógica é responsabilidade de Leandro da Cunha Nunes. O Programa conta ainda com o apoio técnico da assistente social Denise do Rocio Grebos. As unidades, com os seus respectivos coordenadores, educadores e número de alunos são:

- PETI Jardim Colonial. Coordenadora: Camila. 78 alunos
  - PETI Nova Vida. Coordenadora: Sirlei Aparecida Duarte. Educadores: Sirlene, Terezinha e Reni. 215 alunos
  - PETI Santa Maria. Coordenadora: Gilda Doraci Castro. Educadores: Ana Lúcia e André. 171 alunos
  - PETI Santarém. Coordenador: Luiz Fernando Barbosa da Silva. Educadores: Claudinéia, Patrícia e Zeni. 92 alunos
  - PETI Kokubo. Coordenadora: Maria Aparecida Semann. Educador: Adilson. 100 alunos
  - PETI Gabriel Sampaio. Coordenadora: Eluiza Delfino dos Santos. Educadores: Francieli e Kátia. 151 alunos
  - PETI Marlene Barbosa. Coordenadora: Ana Paula. Educadora: Jussimara. 153 alunos
- Total de alunos: 960

pelo Programa, e no município de Fazenda Rio Grande, local da pesquisa, este número chega a 960.

A pesquisa de mestrado em Antropologia Social ocorre a partir da minha inserção como profissional da área do desenvolvimento social na realidade destas famílias, e visa colocar em questão a necessidade de avaliação da harmonia ou descompasso entre o arcabouço jurídico e institucional do Estado brasileiro e a percepção das famílias, já que a teoria antropológica tem apontado para a tensão entre Estado e Sociedade e colocado constantemente em posição de questionamento a ideologia estatal como apenas mais uma forma de ver o mundo, abrindo espaço para a compreensão dos fenômenos culturais de uma forma muito mais aberta e abrangente. A partir da noção de que o conceito de trabalho infantil é plural, polissêmico, esta dissertação procura desvendar as nuances e perspectivas nativas em uma população afetada por uma política que tem como fundamento apenas um conjunto específico de significados deste conceito e seus valores subjacentes, ou seja, a noção oficial de trabalho infantil. Ao pesquisar a visão de mundo das famílias pobres de Fazenda Rio Grande beneficiárias do PETI, procurarei mostrar que a realidade dos pobres urbanos mostra-se tão ou mais complexa do que a das camadas médias urbanas.

CYNTHIA SARTI (2005) já apontava, em seus estudos na periferia paulistana, que “o trabalho infantil nas famílias pobres corresponde a um padrão cultural no qual são socializadas as crianças, não se opondo necessariamente à escola, mas devendo complementá-la. Vê-se, assim, que fechando o círculo do valor do trabalho referido à

família pelos pobres, o trabalho dos filhos - crianças e jovens – faz parte do próprio processo de sua socialização como pobres urbanos, em famílias nas quais dar, receber e retribuir constituem as regras básicas das suas relações.” (SARTI, 2005: 106)

Da mesma forma, LANNA (1995), ao pesquisar as relações de troca e patronagem no nordeste brasileiro, já colocava a oposição comum entre a moral da casa e a lógica estatal, quando, por exemplo, uma família de pescadores ou agricultores desobedece à proibição constitucional do trabalho infantil (p.239). Evidencia-se, portanto, para o autor, uma proposta falsamente universal de erradicação do trabalho infantil, e para uma abordagem mais aprofundada acerca do tema, requer-se uma análise da representação nativa de trabalho infantil e das relações de troca e obrigação no seio das famílias.

Como veremos, o projeto do Estado (viabilizado através da legislação) reproduz uma idealização das classes médias, procurando transformar essas pessoas das camadas populares e periféricas em membros dessas classes, inclusive em detentores da sua ideologia. Na busca da emancipação econômica apregoada pelo Programa, há a imposição de valores das classes médias, como o liberalismo, o individualismo, o consumismo e o arrojo empreendedor. Paradoxalmente, é a própria legislação, como veremos adiante, que, na concepção do Programa, não permite que as crianças e adolescentes exerçam qualquer atividade profissionalizante durante a sua execução, embora mantenha o alvo de prepará-los para o mercado de trabalho.



CLÁUDIA FONSECA (2006) aponta que “historiadores e cientista políticos sugerem que, no Brasil, existe uma ‘cisão’ entre o mundo da vida e o aparato administrativo e burocrático do Estado, reforçada pela falta de mecanismos institucionais para a incorporação política das massas (CARVALHO, 1987; AGUIAR, 1999). Por outro lado, antropólogos brasileiros vêm, há muito tempo, ressaltando os entendimentos variáveis de direito e cidadania neste país”. Esta tensão entre Estado e Sociedade, no entanto, não ocorre apenas no Brasil, mas, como mostraremos mais tarde, constitui um fenômeno da modernidade e evidencia-se no fato de que o Programa adotado pelo governo brasileiro decorre de uma política social negociada internacionalmente, e tida como “universalmente aplicável”. Constitui, desta forma, uma ação “de cima para baixo”, que tende a não considerar as heterogeneidades locais e, sobretudo, o ponto de vista das pessoas afetadas. Nessa mesma linha, FONSECA (2006), comentando acerca dos trabalhos de análise sobre os serviços de atendimento à mulher, traz uma crítica importante aos mesmos, “por levarem em conta quase que exclusivamente a lógica das políticas públicas e agências de intervenção, concedendo um espaço bem maior à opinião dos planejadores / executores do que à dos usuários do sistema.”(p.172). Para a autora, esta escuta diferenciada, motivada tanto por dificuldades metodológicas quanto pela generalização das poucas pesquisas já feitas com usuários do sistema de proteção à mulher, acarreta conseqüências na formulação das próprias políticas. Na caminhada para um entendimento profundo acerca da problemática, é preciso, portanto, uma análise do

universo dos demandantes e do significado por eles investido na relação com o Poder Público.

Por estas questões, a compreensão da organização familiar e da problemática do trabalho infantil a partir do ponto de vista das próprias famílias beneficiárias torna-se de especial relevância para uma orientação adequada às políticas públicas. O entendimento da realidade fundamental apreendida pelas famílias em seu contexto social, os seus reais anseios e as suas relações com o Estado e as políticas sociais, a partir delas mesmas, é fundamental para que os projetos sociais e as políticas públicas não passem de ações unilaterais desprovidas de significado e em dissonância com a realidade vivida pelas famílias. Esse ajuste na compreensão pode ajudar a orientar ou mesmo reformular políticas a partir da perspectiva antropológica, superando uma abordagem meramente tecnicista e burocrática de formulação e avaliação de projetos.

Uma reflexão importante a partir do trabalho de ALBA ZALUAR (1985), em sua pesquisa realizada na favela Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, e que se relaciona com a pesquisa em andamento, diz respeito às minhas opções teóricas e metodológicas. Trata-se de compreender o significado das ações das pessoas no contexto, olhando para as práticas e tentando identificar as representações. Em relação à sua inserção como pesquisadora, ZALUAR se situa afirmando que o texto por ela produzido “não foi imparcial, nem neutro, nem objetivo totalmente. Nem olhou o mundo de sua pesquisa desde um ponto fixo onde a sua objetividade estivesse assegurada (...). Talvez não reste

senão dizer, como GEERTZ<sup>2</sup>, que ao final construiu-se apenas mais um outro texto, também ele passível de interpretação, sem perder de vista o contexto das condições sociais de sua produção” (p. 59).

Nesse sentido, serve como base também a inserção de PEDRO GUASCO<sup>3</sup> (2000), explicitada em sua dissertação de mestrado: “foi entre rappers e sobre suas visões de mundo que procurei concentrar a minha pesquisa, buscando compreender não só o que dizem de forma literal, mas principalmente o que este discurso e esta forma de manifestação querem dizer em relação ao contexto de onde emergem. Faço então uma espécie de exercício semiótico, analisando a sua linguagem em letras de músicas,

---

<sup>2</sup> Segundo o projeto intelectual de Geertz, a antropologia não é mais uma ciência experimental em busca de leis, mas uma ciência interpretativa, à procura do significado. A etnografia, para Geertz, é como ler um manuscrito estranho, ou seja, o trabalho do antropólogo é comparável ao do crítico literário. A pesquisa etnográfica, como experiência pessoal, consiste em situar-se, e o texto antropológico é a tentativa de formular a base na qual se imagina estar situado. Os textos antropológicos são interpretações, portanto, consistem em “ficções” (não no sentido de serem falsos, mas “construídos”). Em seu projeto de conhecimento, percebe-se que Geertz segue a orientação da antropologia norte-americana (seguindo o ideal original de Boas), tendo como resultado o particularismo cultural. A análise cultural, de ponto de vista interpretativo, é intrinsecamente incompleta – a afirmativa etnográfica é “essencialmente contestável”. O progresso da antropologia é mais por um refinamento do debate do que por uma perfeição do consenso. O projeto intelectual de Geertz abre mão da noção de lei e da noção última do real: o que existe é uma construção do real. É um projeto que visa buscar a particularidade que cada grupo achou para resolver os problemas que são humanos, gerais. Os problemas dos homens, sendo existenciais, são universais; mas as soluções, sendo humanas, são diversas. Para ele, o caminho para as grandes abstrações da ciência só é possível com o conhecimento dos fatos particulares, singulares. A descrição densa consiste em reintegrar conduta (ação social concreta) e significado. Ser antropólogo, portanto, é saber observar. Para Geertz, o que interessa é a relação dos signos com o contexto social no qual eles operam, ao invés da relação entre signos e estruturas. Para ele, a apreensão do significado só pode ser feita em contextos concretos – por isso, a etnografia em Geertz assume um papel central, sendo grandemente valorizada por ele: “uma teoria da cultura só pode ser alcançada construindo a partir dos modos de pensamento diretamente observáveis”.

<sup>3</sup> Pedro Guasco, em sua dissertação de Mestrado intitulada “Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo”, caminha no modelo hermenêutico para mostrar a construção da realidade a partir de uma manifestação cultural. A visão de mundo nativa nos é revelada no sentido de como os rappers vêem a si mesmos e a sociedade como um todo. Em Guasco, no entanto, periferia não é um lugar espacial, como em Zaluar e Magnani, mas um modo de experiência social, uma categoria nativa a partir da semelhança das condições de vida.

entrevistas e falas cotidianas, tentando ainda compreender o sentido de certas imagens, posturas e performances” (p.15).

Caminhando primordialmente no modelo hermenêutico, em minha pesquisa procurei apreender a ideologia nativa no plano do *significado*: o que é trabalho, qual o significado de família e de trabalho infantil para os beneficiários (pobres urbanos da periferia de Curitiba) do *PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* e, com isso, apreender a heterogeneidade num contexto tido, por fora, como homogêneo, tanto pela política pública como pelas classes médias. Dialogaremos, pois, com os técnicos e executores das políticas públicas e com o Estado.

Sabedores de que dentro da nossa própria sociedade existe, constantemente, esta experiência de estranhamento que permite a relevância de se fazer pesquisa antropológica com grupos relativamente próximos, este trabalho visa dotar as políticas sociais de referenciais etnográficos que possam levar em conta o ponto de vista das famílias no que diz respeito aos seus projetos de vida, como isso se relaciona com a problemática do trabalho infantil e da sua própria organização. Nesse sentido, discutirei a minha própria inserção como profissional no campo, e a partir dela, as perguntas que me levaram à pesquisa antropológica. Ao final, traçarei alguns caminhos para a discussão acerca de uma Antropologia Aplicada, que atue, ela mesma, como “informante” das políticas públicas. Dizer que a família passa a ser o centro das políticas sociais não é o bastante, se na verdade não sabemos que significado está sendo atribuído à idéia de família, e muito menos se não sabemos como os membros das famílias atingidas pelos programas sociais

se pensam e que relação os seus próprios projetos de vida e a compreensão de si mesmas e do trabalho infantil têm com a política social que se quer implantar.

Se a família deve ser o centro das políticas públicas na nova orientação do SUAS - Sistema Único de Assistência Social<sup>4</sup>, quem são, afinal, essas famílias, como elas se organizam, o que ela esperam do Estado e do futuro? Como elas entendem a problemática do trabalho infantil? O que as famílias almejam e esperam é o mesmo projeto das políticas públicas? Se o que se advoga são processos “emancipatórios”<sup>5</sup> de desenvolvimento social, como as famílias se percebem neste processo, inseridas que estão numa sociedade marcada historicamente por relações clientelistas e paternalistas

---

<sup>4</sup> A construção do SUAS – Sistema Único de Assistência Social foi a principal deliberação da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, em Brasília-DF., no sentido de dar efetividade à assistência social como política pública. Segundo a NOB/SUAS – Norma Operacional Básica, “o SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, co-financiamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnico-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil, e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação.” O SUAS busca a materialização do conteúdo da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social. Os eixos estruturantes do SUAS são: matricialidade sócio-familiar, descentralização político-administrativa e territorialização, novas bases para a relação entre Estado e Sociedade Civil, financiamento, controle social, o desafio da participação popular / cidadão usuário, a política de recursos humanos, a informação, o monitoramento e a avaliação.

O que se observa, porém, é que, em termos de trabalho com as famílias beneficiárias do PETI, dados do Governo Federal (site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005) apontam que em 40% dos municípios onde funciona o PETI, a principal fragilidade é o trabalho com as famílias, e que, no país todo, apenas 3,45% dos municípios inserem os pais das crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil em programas de geração de emprego e renda.

<sup>5</sup> O termo “emancipação” estará presente em diversos momentos do texto, fazendo parte dos elementos que constituem o norteamento da política de erradicação do trabalho infantil, especialmente no que diz respeito ao trabalho com as famílias do PETI. Embora o termo não tenha sido explicitamente definido em documentos oficiais, entendo que ele se relaciona à noção de independência econômica, ou seja, a capacidade de sustentar-se sem a ajuda dos programas governamentais. Nesse sentido, a bolsa recebida em dinheiro pelas famílias deveria ser apenas uma ajuda inicial, até que a família não precisasse mais dela, graças aos programas de geração de emprego e renda atrelados ao PETI.

com o Estado? Em outras palavras, como as políticas públicas “enxergam” as famílias que querem atender?

A metodologia utilizada na pesquisa incluiu três passos básicos para realização da pesquisa de campo: a seleção dos indivíduos (delimitação do universo de sujeitos a serem entrevistados); a coleta de dados; a análise dos dados e elaboração de relatórios. A seleção dos indivíduos, conforme veremos, ocorreu como resultado de uma inserção prévia na realidade destas famílias, a partir da operacionalização de um programa social, e contou com a colaboração de agentes governamentais. Neste sentido, a pesquisa qualitativa, antropológica, vem complementar alguns dados quantitativos que já tinham sido acessados pela equipe que operacionalizava o programa com as famílias do PETI, do qual participei como coordenador.

O instrumento para obtenção de dados foi principalmente a realização de entrevistas com roteiros previamente estruturados, ou seja, coleta de depoimentos orais e a análise qualitativa. Este exercício implicou em “não tomar como referência apenas o mundo de significação do pesquisador, no sentido de traduzir o fenômeno em seus termos, mas tentar entender que há outro mundo de significação a ser desvendado, com uma lógica própria, ainda que sem garantias de acesso a esse mundo, porque nunca deixamos inteiramente de ser etnocêntricos. Trata-se de se abrir para a maior aproximação possível, na busca do ponto de vista do outro, que dá significado ao fenômeno por ele vivido” (SARTI, 2005, p. 13).

Em relação ao corte de análise, resolvi pesquisar a visão de mundo dos pobres

urbanos no contexto da operacionalização de um programa social para fazer o contraponto com o discurso nativo do Estado, procurando vislumbrar como se dá a relação dialética entre estas diferentes visões de mundo num universo de heterogeneidades e mudanças.

Seguindo o modelo apresentado por WILLIAN FOOT-WHYTE (2005), em que o exercício etnográfico é elaborado de duas formas (tendo a *história de vida* como instrumento de pesquisa, e depois analisando as situações específicas de vida, *eventos* onde se pode apreender como esta história de vida se manifesta), a estratégia utilizada por mim consistiu na análise das histórias de vida e observação de diferentes situações, afirmando ou revelando incoerências. Da mesma forma ocorre a análise na etnografia de GILBERTO VELHO (1981), que escolhe como recorte metodológico um prédio em Copacabana, estudando empiricamente as camadas médias urbanas, enfatizando a *fragmentação* e a *heterogeneidade*. A apreensão da ideologia das camadas médias urbanas se deu através do discurso, tendo o indivíduo como centro de análise. Em Velho, o urbano é só um cenário. Metodologicamente, Velho faz o corte de análise (um prédio dentro de um bairro), elabora os questionários, analisa o discurso (atendo-se às respostas mais recorrentes), forma categorias a partir dele, para finalmente deduzir uma ideologia da população das camadas médias de Copacabana. No discurso, é importante a análise do conteúdo. Aplicando este método, como Velho, num ambiente urbano de metropolização a partir dos fluxos migratórios em direção aos grandes centros, contrastarei com

Copacabana, revelando um contexto de pobreza e periferia, nos fundos de outro cartão postal, chamado Curitiba. Mostrarei melhor, em seguida, as características deste cartão.

## 1.1 OS FUNDOS DO CARTÃO POSTAL CHAMADO CURITIBA: A PERIFERIA DA PERIFERIA

*Povo simples e trabalhador  
Que de todos os cantos surgiu  
Tornam o coração fazendense  
Hospedeiro do imenso Brasil*

*Olarias e agricultores  
Deram impulso à fase industrial  
Berço nobre recanto de flores  
Despertou junto à capital*

Refrão e estrofe do Hino Municipal de Fazenda Rio Grande,  
destacando a importância da migração e da relação com a capital.

Autoria: João Peres

### 1.1.1 O município de Fazenda Rio Grande<sup>6</sup>

A realidade do município de Fazenda Rio Grande, local da pesquisa, situado na região metropolitana de Curitiba, e com uma população de cerca de 95.000 habitantes, é típica do inchaço das grandes cidades brasileiras, caracterizando-se pelo alto índice de

---

<sup>6</sup> Os dados foram extraídos principalmente do site oficial da Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande: [www.fazendariogrande.pr.gov.br](http://www.fazendariogrande.pr.gov.br), do IPARDES e do IBGE.



crescimento (cerca de 8,5% ao ano, embora com tendência de queda nos últimos anos), sobretudo como resultado de movimentos migratórios. Possui uma das menores rendas *per capita* da região<sup>7</sup>, sendo cortado pela BR 116, grande eixo integrador rodoviário norte-sul do país, escondimento de riquezas nacionais que esconde, no entanto, uma realidade de miséria e pobreza a poucos metros do asfalto. A pesquisa de mestrado se dá, portanto, entre pobres urbanos estabelecidos a partir dos processos migratórios do interior nas décadas de 80 e 90.

#### 1.1.1.1. Dados gerais

Fazenda Rio Grande está localizada a 20 quilômetros da capital do Estado. Tem como limites territoriais os rios Iguaçu, Despique, Abaixo e Maurício, abrangendo uma área de 150 Km<sup>2</sup>, entre os municípios de Curitiba, São José dos Pinhais, Araucária e Mandirituba. Os principais acessos à capital são a BR-116 e a rua Nicola Pelanda (via bairro Umbará).

A população do município, segundo o Censo/IBGE 2000, é de 63.031 habitantes, mas a estimativa do IPARDES/2005 aponta para uma população de 102.528 habitantes. A cidade é caracterizada por um centro com significativo adensamento populacional e uma pequena área rural, possuindo uma densidade demográfica de 787,64 hab/Km. Na região metropolitana, apenas a capital e os municípios de Colombo e Pinhais possuem uma densidade demográfica mais elevada.

---

<sup>7</sup> A renda per capita de Fazenda Rio Grande, em 2005, era de R\$ 4.360,00. Para efeito de comparação, São José dos Pinhais tinha, no mesmo ano, uma renda per capita de R\$ 26.920,00, e Araucária R\$ 61.264,00.

As indústrias dominantes são a de transformação de madeira, metalúrgica e produtos minerais não metálicos. Ao todo estão sediadas 173 indústrias, 472 comércios varejistas e 19 atacadistas, além de várias empresas de prestação de serviços em diversas áreas.

Segundo dados do Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS, no ano 2000, 22% da população do município se encontravam abaixo da linha da pobreza, ou seja, possuíam uma renda per capita inferior a meio salário-mínimo.

#### 1.1.1.2. História

No início do século XVI o território onde hoje se localiza o município era habitado por indígenas, formando a aldeia Capocu, cujas terras pertenciam ao governo da 5ª Comarca de São Paulo. Em 1800 surgiu, junto à fazenda Capocu, outra fazenda denominada Rio Grande, ou Grande Rio, porque se desenvolveu às margens do Rio Iguaçu.

Esses dois povoados, originados pelas duas fazendas, passaram a ser denominados de Fazenda Rio Grande, que, juntamente com outros povoados da região, foram desmembrados de São José dos Pinhais, formando o Município de Mandirituba em 25 de julho de 1960. Em 1981, através da lei 7521, publicada no Órgão Oficial do Estado Nº 1.171, no dia 17 de novembro de 1981, assinado pelo então Governador Ney Braga, Fazenda Rio Grande tornou-se Distrito Administrativo do Município de Mandirituba.

A emancipação de Fazenda Rio Grande se deve a um contexto sócio-econômico específico, que está atrelado ao crescimento da grande Curitiba ao final da década de 70.

A partir de 1975, com a quase erradicação da produção de café na região norte do Paraná, bem como a mecanização das lavouras, houve um grande movimento de êxodo rural no estado, o qual atraiu para a região metropolitana de Curitiba muitas pessoas. O município de Fazenda Rio Grande, começou a se tornar realidade em 15 de setembro de 1989, através do projeto de Lei nº 229/89, de autoria do deputado estadual Aníbal Khury. Em 26 de janeiro de 1990 através da lei estadual nº 9.213, sancionada pelo então governador Álvaro Fernandes Dias, nas dependências da Churrascaria 22, na presença de mais de três mil testemunhas, foi criado o município de Fazenda Rio Grande. Hoje Fazenda Rio Grande se caracteriza por ser um dos municípios brasileiros que mais cresce, apresentando um crescimento populacional na ordem de 8,5% ao ano, sendo sede de Comarca desde 1999. A instalação do Município se deu no dia 12 de abril de 1991, às 13:30 horas no Fórum da Comarca de São José dos Pinhais, pelo então Juiz de Direito Dr. Raul Luiz Gutmann, e foi publicada no Diário da Justiça através do decreto nº 360.

Como município em fase de “metropolização”, Fazenda Rio Grande apresenta todas as dificuldades e problemas típicos das grandes regiões metropolitanas do país, como pobreza, violência e dificuldade de geração de riquezas no próprio município. Dados mais recentes, no entanto, apontam para um momento de transição, com o significativo aumento do Produto Interno Bruto e boa parte da população local tendo acesso a emprego e renda no próprio município. O marcante desenvolvimento ocorrido no município se revela mais claramente quando comparamos os dados gerais da cidade com o município de Mandirituba, da qual Fazenda Rio Grande era apenas um distrito há 18 anos.

Mandirituba possui hoje uma população de cerca de 17.000 habitantes, quase seis vezes menor que a do antigo distrito. O crescimento de Fazenda Rio Grande, no entanto, ocorreu à margem da capital e em função dela (como diz o próprio hino: “despertou junto à capital”), sendo estigmatizada como “cidade dormitório”, numa realidade muito diferente de municípios próximos, como Araucária e São José dos Pinhais<sup>8</sup>, que já contam com um parque industrial e uma arrecadação bem maior. Curitiba sempre caracterizou-se, portanto, como o pólo de atração das populações do interior que vinham em busca de uma vida melhor, mas que, ao não alcançá-la, acabavam por se estabelecer na Fazenda, como opção razoável, em muitos casos, para fugir do aluguel e ter a casa própria. A ida para a Fazenda Rio Grande constitui, portanto, um passo importante, porém muitas vezes não originalmente planejado, da constituição dos seus projetos de vida numa nova realidade urbana.

Apesar da realidade de pobreza, a cidade se estabelece cada vez mais como município de características urbanas integrado à dinâmica da região metropolitana de Curitiba e desejosa de obter os frutos do seu progresso. Em cada parte, vêem-se prédios sendo construídos e ruas sendo asfaltadas. O trecho urbano da BR 116 foi recentemente duplicado e iluminado, uma área industrial nos arredores da cidade está se consolidando, um novo acesso a Curitiba, pelo bairro Umbará, está sendo urbanizado, e em breve serão iniciadas as obras de duplicação da BR 116 até Curitiba, por força do contrato

---

<sup>8</sup> Enquanto a receita de impostos de Fazenda Rio Grande em 2005 chegou a R\$ 41,7 milhões, a de Araucária alcançou R\$ 822,5 milhões, e São José dos Pinhais R\$ 1.356,7 milhões. A disparidade de renda influi e se manifesta no IDH dos municípios: O de Fazenda Rio Grande é 0,763 (114 do Estado), o de Araucária é 0,801 (23 do Estado) e o de São José dos Pinhais 0,796 (29 do Estado).

estabelecido com a empresa concessionária da rodovia. Observa-se uma expectativa por dias melhores e a tendência gradual dos moradores em fixarem-se ali, e não mais considerarem Fazenda Rio Grande como acesso intermediário à capital ou apenas “um local para dormir”. Os preços dos imóveis e aluguéis subiram consideravelmente e há anúncios de que algumas empresas grandes têm a intenção de se estabelecerem ali, o que faz com que, cada vez mais, as pessoas da cidade não se contentem mais com o estigma de antítese da grande “cidade-modelo” que está ao lado, mas ao contrário, que o município, preservando a sua identidade autônoma e diferenciada, conforme-se e assemelhe-se a ela.

É interessante observar, neste sentido, que apesar das próprias limitações, aspectos diversos de realidades ligadas ao município tenham sido considerados “modelo”, ou “de referência”. Como já mencionei, o próprio Projeto Família Cidadã, do qual fiz parte, foi escolhido pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como uma das experiências-referência do país em gestão do Programa Bolsa-Família. O PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil também serviu como referência para outros municípios.

Fazenda Rio Grande se destaca em relação a outros municípios quando observamos o número de crianças (“metas”) que fazem parte do PETI, mostrando uma certa priorização das políticas sociais. Tomando como base outros municípios da região que têm aproximadamente a mesma população, a Fazenda, com seus 960 alunos, está bem à frente de Piraquara (337), Campo Largo (220) e Araucária (316).

Chama também a atenção o fato de Fazenda Rio Grande ter assento no Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, e especialmente, do Prefeito Municipal ter assumido a presidência da ASSOMECA – Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba, derrotando a capital na eleição, sob a bandeira de “defender a região metropolitana”.

Reportagem do jornal *Gazeta do Povo*, de domingo, 31 de agosto de 2008, que discute a necessidade de uma governança integrada para a região metropolitana, destaca a Fazenda Rio Grande como “município emergente”, caminhado rumo às mesmas características das ricas São José dos Pinhais e Araucária, e distanciando-se das problemáticas Piraquara e Almirante Tamandaré. O subtítulo da reportagem é interessante: “Fazenda só no nome”.

## 1.2 O EXECUTOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ENQUANTO PESQUISADOR

Em fevereiro de 2005 iniciou-se o “Projeto de Desenvolvimento e Inclusão Social das Famílias Beneficiárias do PETI”, o “Projeto Família Cidadã”, uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Fazenda Rio Grande e uma Organização Não-Governamental, o CADI – Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral<sup>9</sup>. O projeto tinha por objetivo profissionalizar e capacitar as famílias para o mercado de trabalho, a

---

<sup>9</sup> O CADI – Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral é uma organização cristã que tem como Missão: “prestar assistência e facilitar o desenvolvimento integral de indivíduos e famílias em contextos de vulnerabilidade social através de ações localmente relevantes”. A instituição foi fundada por um grupo de pessoas, do qual eu faço parte, em outubro de 1994, como parte de um esforço missionário da Igreja Evangélica Comunidade Água Viva e de alguns empresários. Atualmente, o CADI atua em Fazenda Rio Grande com programas nas áreas de educação, saúde, profissionalização, esporte, lazer, recreação, inclusão digital, artes e segurança alimentar.

partir dos seus interesses gerais e vocacionais, gerando processos emancipatórios de empreendedorismo e geração de renda. A equipe do projeto era composta por mim como coordenador, uma psicóloga social, um sociólogo, uma facilitadora comunitária e uma pessoa para apoio administrativo<sup>10</sup>.

Na operacionalização do Projeto Família Cidadã, o CADI entrou como parceiro do Poder Público Municipal, para executar as ações que a prefeitura não realizava, e consideradas como além daquelas que os municípios regularmente executam. Esse é o caso típico das ações com as famílias das crianças do PETI, onde a maioria dos municípios realiza as ações mínimas preconizadas pelo Programa e pelas diretrizes da política nacional de erradicação do trabalho infantil. As ações da ONG entram, nesse caso, como um diferencial, dando complementaridade às ações do Poder Público em intervenções específicas. Em junho de 2006, mesmo com resultados considerados aquém do esperado pela equipe de trabalho, o Projeto Família Cidadã de Fazenda Rio Grande foi premiado em um concurso realizado pelo MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, como uma das melhores experiências em gestão do Programa Bolsa Família no país.<sup>11</sup> O fato de o projeto ter sido reconhecido pelo MDS, tornando-o

---

<sup>10</sup> Além de mim como coordenador, faziam parte da equipe: Cristina Barros (psicóloga social), Marcel Lins Camargo (cientista social), Daniela Gonçalves (facilitadora comunitária e visitadora) e Joyce Adriani Dias (apoio administrativo).

<sup>11</sup> O Prêmio “Experiências Inovadoras em Gestão do Programa Bolsa Família”, do MDS, classificou o Projeto Família Cidadã entre as 31 melhores experiências do Brasil, de um universo de centenas de inscritos, na categoria “geração de emprego e renda”, no ano de 2006. Das 31 experiências classificadas na primeira fase, as dez primeiras colocadas, entre as quais o Projeto não se classificou, receberam como prêmio uma viagem ao México para conhecer o Programa de transferência de renda daquele país.

aparentemente bem-sucedido, não nos impediu de problematizar uma série de questões a partir da perspectiva antropológica, inclusive a própria resistência da população atendida em corresponder às expectativas do Programa. Este questionamento foi feito internamente pela própria equipe do Projeto, que tinha expectativas bem mais elevadas para a participação dos beneficiários nos cursos ofertados.

O CADI também compõe a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, como um dos seus oito membros, tendo um representante titular e um suplente. Em geral, as reuniões da Comissão, nos anos de 2006 e 2007, aconteceram cerca de uma vez por mês. A maioria dos assuntos tratados consistia apenas de informes em relação à operacionalização do Programa e deliberações sobre a retirada de crianças e adolescentes do PETI. Isso acontecia quando havia alguma denúncia, quase sempre oriunda da própria comunidade, de que alguma criança ou adolescente não deveria estar fazendo parte do Programa, por não estar dentro dos critérios do público-alvo. Quando isso acontecia, a coordenadora do Programa visitava a família, emitindo um parecer que era apreciado pela Comissão. Esta sempre apontava para a exclusão da família do Programa, abrindo a vaga para outro beneficiário.

Pesquisa recente realizada pelo IBGE e pelo IPEA, com o apoio do GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – e da ABONG - Associação Brasileira de ONGs, comprovou a existência de 276 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil. Muitas destas organizações têm cunho humanitário e religioso. É o caso do CADI, organização confessional cristã de cunho humanitário, que tem como um dos seus



valores e princípios de atuação “a centralidade da família como matriz de intervenção”, a “busca do desenvolvimento integral” e a “emancipação”. Nesse caso, houve um perfeito casamento entre a ideologia da ONG e a do Poder Público. O que se observa é o Estado brasileiro, secularizado, mas não laico, ordenado e ordenando a partir de uma visão cristã de mundo.<sup>12</sup> É nesse sentido que podemos afirmar que Estado e Igreja (embora aqui eu não me refira necessariamente à Igreja Católica, mas a uma visão cristã de mundo, definidora e ordenadora da ordem social) não são assim tão diferentes, mas refletem muitas vezes os mesmos ideais sociais.

A obra de WEBER (2004) é fundamental para a compreensão destas questões, tendo inclusive influenciado o pensamento de Geertz. Em “A Ética Protestante e o

---

<sup>12</sup> Segundo Acyr de Gerone, a atuação dos religiosos, na fase colonial do Brasil, foi diferente da utilizada por eles nos Estados Unidos, devido ao contexto da política colonizadora de Portugal, que concedia poder aos reis para gozarem do direito de padroado sobre as colônias, de sorte que, por delegação do Papa, os monarcas eram constituídos como verdadeiros chefes espirituais das novas terras. E, aqui no Brasil, esse cenário só foi mudar bem mais tarde com a independência do País. A Monarquia Brasileira continuou mantendo a Igreja Católica ligada ao Estado, tendo o Imperador oficializado-a desta forma, tornando-se a maior autoridade eclesiástica do País. CALLIOLI opina que a igreja brasileira durante os 67 anos de império, não era mais do que um departamento do governo, embora que, desde a Constituição Imperial de 1824, havia certa liberdade de culto para todas as outras religiões, restringindo-se, no entanto, ao culto doméstico ou em locais específicos, sem que pudessem extrapolar os limites dos respectivos templos. A proclamação da República ocorreu em 1889 e, em 1891, a separação entre Igreja e Estado. A Constituição de 1891 recepcionou o Decreto de Separação da Igreja do Estado (Decreto nº 119-A, de 07 de janeiro de 1890) e concedeu liberdade de culto não somente à Igreja Católica, mas a todas as outras religiões. Assim, o país adotou o princípio da igreja livre em um Estado livre, um não interferindo no outro. Na CF/1934, por exemplo, o legislador proibiu que o Estado estabelecesse, subvencionasse ou embaraçasse o exercício dos cultos religiosos, mas permitiu a colaboração recíproca do Estado e Igreja em prol do interesse coletivo, externada através do ensino religioso nas escolas, assistência religiosa a hospitais, às penitenciárias e às classes armadas; permitiu também que o casamento religioso tivesse efeito civil, desde que obedecidas as disposições da lei civil, incluindo o registro no órgão competente. Hoje, predomina, juridicamente, tanto a *separação* assim como a *colaboração* recíproca entre o Estado e a Igreja. Esta separação, como mencionei acima, não impede o ordenamento primordial de uma visão cristã de mundo ao Estado brasileiro.

Espírito do Capitalismo”, Weber nos mostra que há algo no estilo de vida proposta os seguidores do protestantismo que favorece o desenvolvimento do capitalismo. O ascetismo cristão (puritano) buscava transformar o trabalho em culto de ação de graças. Para tanto, se fazia necessário exercê-lo da forma mais metódica possível, com o maior grau de racionalização, otimizando os recursos e maximizando os resultados. Weber traça detalhadamente o tipo ideal de conduta religiosa que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento qualitativo do capitalismo. A consciência da “eleição” divina levava os adeptos do puritanismo a ser não um mero adepto ao rebanho, mas um vocacionado que se dedicava simultaneamente ao aprimoramento ético, intelectual e profissional. Em suma, o ascetismo intramundano, com seu elevado grau de racionalização, engendrou, segundo Weber, o espírito ao capitalismo, produzindo empresários e trabalhadores ideais para a consolidação de uma nova ordem social, que integrou um número excepcional de pessoas canalizando esforços produtivos (na economia) conforme orientação (política) preestabelecida.

No entanto, a vivência como profissional e militante da área de desenvolvimento social gerou um “estranhamento”, ao ver que a lógica das famílias não operava de acordo com a lógica do programa implantado. O que se percebia é que a maioria dos pais das crianças não se interessava por programas de capacitação e geração de renda, ou seja, não havia em geral, na lógica nativa, o interesse “emancipatório” e empreendedor, como preconizava a política em vigor. Mesmo atuando no contexto que eu queria pesquisar, o

meu olhar era, para usar um termo de MAGNANI<sup>13</sup> (2002), “de fora e de longe”. O que a realidade vivida trazia era um descompasso entre os objetivos do programa e a visão de mundo nativa. Nesse sentido, ROGER BASTIDE, em “Antropologia Aplicada” (1979), menciona uma série de exemplos em que os projetos de desenvolvimento, implantados pelos planejadores em nome do “desenvolvimento” não deram certo ou sofreram uma série de resistências da população. Segundo o autor, é justamente objeto da Antropologia Aplicada estudar estes processos de mudança e resistência, sem cair no etnocentrismo característico dos executores das políticas de julgar estas populações de “irracionais”.

Mesmo como profissional atuante na área do desenvolvimento social, o meu olhar, até então, era “de fora e de longe”, uma percepção muito comum entre os planejadores e executores das políticas públicas, solo fértil para todo tipo de preconceitos e julgamentos em relação à população beneficiária dos programas. Foi através da Antropologia que pude mergulhar num entendimento mais profundo da visão de mundo nativa.

---

<sup>13</sup> Nesse artigo, Magnani defende a etnografia como um olhar *de perto e de dentro*, em contraposição ao olhar *de fora e de longe*. O autor critica a abordagem distante da cidade, que a coloca como uma força impessoal, fruto das dinâmicas do capitalismo, ignorando os moradores propriamente ditos, “que, em suas múltiplas redes, formas de sociabilidade, estilos de vida, deslocamentos, conflitos, etc., constituem o elemento que definitivamente dá vida à metrópole” (p. 15). Para ele, é justamente esta dimensão que a etnografia ajuda e resgatar, ou seja, um olhar *de perto e de dentro*. A incorporação destes atores na análise ajudaria a resgatar uma outra dimensão do estudo do urbano, além das análises macroscópicas, que coloca as cidades como cenários degradados, espaços de rupturas de relacionamentos, violência, desagregação e pobreza. Confrontando a idéia de que esta abordagem *de longe e de fora* esgota o leque das possibilidades de experiências urbanas, o que se propõe é a captura de determinados aspectos da dinâmica urbana que “passariam despercebidos, se enquadrados exclusivamente pelo enfoque das visões macro e dos grandes números” (p.16): o olhar *de perto e de dentro*. Assim, o que se propõe com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar este olhar próximo, capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques qualificados pelo autor, para efeito de contraste, como *de fora e de longe*. A etnografia permitiria, portanto, identificar as regularidades, os padrões que presidem o comportamento dos atores sociais.

A minha experiência como coordenador da equipe do projeto permitiu colocar em confronto as expectativas geradas pela política pública oficial com as respostas dadas pelas famílias e a sua percepção de mundo. A política operada pelo Estado produziu uma resposta por parte das famílias diferente da esperada, gerando um sentimento de dívida que retornava ao Estado na forma de retribuição segundo a lógica das próprias famílias, não levando, necessariamente, aos preconizados processos de erradicação do trabalho infantil e de “emancipação”, mas que gerava um vínculo social que será necessário desvendar, constituindo um dos objetivos deste trabalho<sup>14</sup>.

A partir da minha inserção profissional, surge a necessidade de um distanciamento para que o meu “eu antropológico”, nos termos de CARLOS NELSON SANTOS<sup>15</sup> (1981), que tem a militância como ponto de partida de sua investigação, possa se colocar na busca da apreensão da ideologia nativa, sem querer atribuir-me uma “isenção”, uma neutralidade como pesquisador. Conforme afirma o autor: “a leitura das etnografias revelará que nelas estou discutindo fatos de que participei, nos quais tive um

---

<sup>14</sup> Nesse sentido, uma reflexão inicial importante se refere ao trabalho de Naidison de Quintella Baptista (2005), que trabalhou com o Programa Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil na área sisaleira da Bahia, implantando o projeto Agentes da Família. Baptista afirma que “o fato dos pais não assumirem o programa e suas dimensões básicas – por desconhecê-lo em seu conjunto como *direito* -, vinha dando espaço a explorações por parte das pessoas e grupos, principalmente políticos, que se apresentavam como responsáveis por sua implantação na região e, como tais, “benfeitores” da população. O desconhecimento e a desinformação, por conseguinte, ajudavam a enraizar mais ainda a cultura da “dádiva” e da subserviência.” (p.114)

<sup>15</sup> Carlos Nelson Santos, em “Movimentos Sociais do Rio de Janeiro”, estudou as classes populares do bairro Brás de Pina a partir de sua inserção inicial como militante na área do direito à habitação, inclusive como parte do aparato do Estado. Tendo como ponto de partida, portanto, a sua militância política, colocou o Estado como representante das classes dominantes, definindo o espaço da moradia como o lugar do confronto entre o capital (representado pelo Estado) e o trabalho (representado pelas classes operárias). O autor faz uma autocrítica, analisando a ideologia da qual ele participava, em confronto com a ideologia da população, fazendo uma observação da própria participação. O seu desafio, portanto, é produzir não-familiaridade a partir de um universo de grande familiaridade, ou seja, produzir uma re-elaboração operada a partir do “eu antropológico”.

desempenho e onde fui agente e paciente. Essa vivência é a fonte básica do meu conhecimento. Não tenho qualquer pretensão a ser isento. Isenção, nessas circunstâncias, seria uma posição falsa e desonesta e talvez mesmo anticientífica (...) se há antropólogos que fazem ótimos trabalhos de reflexão sobre material etnográfico alheio, posso sugerir aqui outro paralelismo: é como se eu, quando tinha outra identidade, estivesse mandando um material que o meu ‘eu antropológico’ atual reelabora” (p. 26-27). Foi um exercício de construção de um novo lugar político, o da observação etnográfica. Na Antropologia, eu buscava o olhar “de perto e de dentro”, o olhar etnográfico, um olhar político *sui generis*.

Em abril de 2005, a equipe do Projeto realizou uma pesquisa com 432 famílias beneficiárias do Programa no município, através de entrevista pessoal com os responsáveis (a grande maioria mães) habilitados para receber a Bolsa em dinheiro oferecida pelo Governo Federal. A pesquisa tinha por objetivo nos prover de informações básicas essenciais para dar início ao Projeto Família Cidadã entre as famílias do PETI.

Algumas das informações relevantes apontaram que:

- em 64,6% das famílias não há a presença regular do pai ou da mãe em casa, sendo que em quase todas estas, é a mãe que dirige a família;
- a taxa de divórcio chega a 37,34%, em contraste com uma média de 19,02% no município;
- 50,9% dos entrevistados têm, como renda familiar, até um salário-mínimo por mês;

- a renda per capita estimada, para uma média de 5,2 pessoas por domicílio, é de cerca de US\$ 0,64/dia, caracterizando esta população como abaixo da linha da pobreza;

- 66,8% dos entrevistados não trabalham ou são autônomos sem INSS.

Nesta pesquisa, procuramos detectar também os cursos de interesse das pessoas, no intuito de ganhar adesão ao projeto.

Após o início dos cursos de profissionalização oferecidos<sup>16</sup>, iniciamos com relatos de história oral das mulheres atendidas, onde pudemos avançar na análise qualitativa da visão de mundo nativa em relação a diversos aspectos. O objetivo dos relatos era equipar a equipe do projeto com subsídios para a intervenção social, especialmente através de psicodramas e jogos vivenciais, sempre no sentido de gerar uma suposta “atitude emancipatória”, relacionada aos objetivos do Projeto. Por “atitude emancipatória”, refiro-me a uma expectativa de futuro relacionada à capacidade de produzir renda, incluindo crenças, valores, sentimentos e atitudes consensuados pela equipe do Projeto Família Cidadã como sendo desejáveis e permanentemente avaliados pela psicóloga social, no contato direto com as mulheres participantes dos cursos profissionalizantes. Seriam estes: auto-estima saudável, crença na capacidade pessoal de superar obstáculos, crença na capacidade pessoal em construir a própria história de

---

<sup>16</sup> Todos os cursos oferecidos visaram atender às solicitações das mulheres, que representavam quase a totalidade dos entrevistados. Foram ofertados principalmente cursos de corte/costura e estética (manicuro, pedicuro, penteados, corte de cabelo, oficinas de unhas decoradas, etc.)

maneira significativa, expectativa positiva em relação ao futuro e ao curso, entusiasmo, noção da própria capacidade empreendedora, entre outros.

Os relatos eram digitados e analisados pela psicóloga social, que a partir daí programava as dinâmicas de grupo como parte das capacitações oferecidas à população. Eles apontaram para alguns padrões recorrentes, tais como: histórico de violência no seio familiar; fluxo migratório para fugir da miséria; a casa e a família com um grande valor simbólico; dificuldades e conflitos conjugais; baixa auto-estima, especialmente em relação às habilidades para o estudo; expectativas paternalistas em relação ao Estado e colaboradores da ONG; questões econômicas como determinantes da constituição da união conjugal; forte moralidade fundamentada na identidade religiosa; “ética do provedor” como orientadora da relação com o cônjuge; oposição entre “rua” (desordem) e “casa” (segurança), entre outros. A etnografia que realizei mais tarde, como parte dos estudos do Mestrado, veio refinar e aprofundar, à luz da teoria antropológica, os relatos já coletados.

Com a conclusão do primeiro ano do Mestrado, dedicado aos estudos teóricos, desliguei-me do vínculo que tinha com a Prefeitura Municipal e diretamente do Projeto Família Cidadã, por razões pessoais e motivado pela pesquisa de campo, atuando apenas na ONG, como voluntário. Este desligamento não foi fortuito, mas parte do meu “estranhamento” e do esforço de distanciamento para avançar na busca de um olhar antropológico.

Avançando na busca desse olhar “de perto e de dentro”, espera-se que a pesquisa contribua em pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, comparar a concepção do PETI, seu arcabouço legal e político-institucional com o ponto de vista das próprias famílias beneficiárias, e, com, isso, apreender outros aspectos da sua visão de mundo. Em segundo, de forma mais instrumental, auxiliar no sentido de dotar as políticas públicas de referenciais antropológicos para a sua formulação, execução e avaliação.

### 1.3 HETEROGENEIDADE E FRAGMENTAÇÃO

Ao contrário da lógica uniforme, escrita, do Poder Público e das agências de intervenção, percebi que a lógica nativa é repleta de heterogeneidades, fragmentações, aparentes contradições e incoerências. Não há uma visão de mundogia uniforme dos pobres urbanos acerca da problemática do trabalho infantil. A própria visão de família se mostrou plural, passível de problematização. A pobreza urbana, portanto, mostra-se tão complexa quanto as camadas médias urbanas.

ZALUAR (1985) e RUBEM GEORGE OLIVEN (1985) já criticaram, em suas obras, a noção de “cultura da pobreza”<sup>17</sup>, pensada como uma certa unidade autônoma,

---

<sup>17</sup> A noção de “cultura da pobreza” diz respeito aqui a um conjunto de traços culturais que caracterizam as populações pobres e as condicionam em totalidades culturais homogêneas com traços e significados de pobreza semelhantes em diferentes partes do mundo. Certa homogeneidade de condições de vida produziria, segundo este conceito, homogeneidade cultural. Alguns desses traços seriam o mínimo de organização acima da família, a falta de integração nas instituições da sociedade mais abrangente, fatalismo, desmotivação para o trabalho, resignação, entre outros. ZALUAR (1985) aponta o perigo disso, por supor que a pobreza tenha o mesmo significado em diferentes partes do mundo, e por não considerar as



uma totalidade cultural com traços característicos e bem delimitados. Suas reflexões deixam claro que não há uma população “fechada” em si mesma, uma totalidade cultural. Quando falam de “trabalhadores pobres”, não afirmam que este grupo pode ser pensado como um grupo hermético, uma totalidade – por isso, pensam o grupo na relação com diferentes agentes sociais. Estudando as relações sociais das classes populares com a sociedade como um todo, ZALUAR (op.cit.) enfatiza os *contatos* (ao contrário da idéia de “cultura da pobreza”, que enfatiza não a relação, mas um todo homogêneo que se auto-reproduz). As classes não são alienadas, elas se pensam também na relação com as outras classes<sup>18</sup>. Para ela, não há uma cultura homogênea, mas, ao contrário, uma certa heterogeneidade, mesmo num contexto de homogeneidade de *condições de vida*. Esta heterogeneidade interna de visões de mundo está presente nas diferentes auto-conceituações atribuídas pela própria população. No interior da classe, o trabalho e a *ética do provedor* são questionados como valor (“o trabalhador é um otário”), gerando as heterogeneidades internas. Em seu trabalho etnográfico, a autora procura apreender como esta heterogeneidade se manifesta socialmente, sendo construída no interior da classe social, pensada e vivida pelos indivíduos, não havendo, portanto, uma totalidade homogênea.

---

relações de poder e as questões de acesso às políticas públicas, o que acabaria por revitimizar os pobres por sua pobreza.

<sup>18</sup> É assim que, da mesma forma que critica na noção de cultura da pobreza, a autora também o faz em relação ao marxismo, que, segundo ela, pré-determina os pobres urbanos como “alienados”. Essas duas noções (cultura da pobreza X marxismo) seriam então dois extremos de um *continuum* irreal. De um lado, isolamento e alienação, de outro, dominação absoluta. Em cada um deles, haveria uma cultura própria de classe, independente, isolada. O que Zaluar trabalha é a tensão entre estes extremos, o lugar intermediário.

VELHO (op.cit.), estudando as camadas médias urbanas de Copacabana e buscando apreender a ideologia nativa, enfatizou a heterogeneidade e a fragmentação: “esta é uma das principais características das sociedades complexas – a coexistência de diferentes estilos de vida e visões de mundo” (1994:14)<sup>19</sup>. Essa característica, no entanto, não impede o antropólogo de apreender um discurso predominante, padrões mais recorrentes que pudessem traduzir uma forma peculiar de percepção de mundo, exigindo, todavia, deste, um grande esforço de compreensão e análise. É assim que este autor nos fala de duas vertentes ou pontos de vista com os quais lida continuamente: o da unidade e o da diferenciação, definindo-os como uma dialética, constituída de deslocamentos e oscilações (p. 21).

Da mesma forma, entre as famílias beneficiárias do PETI em Fazenda Rio Grande, não há um padrão recorrente uniforme, em se tratando da visão de mundo acerca de família e de trabalho infantil. Não há, tampouco, uma idéia de comunidade, como categoria nativa de pertencimento. Diferentes pontos de vista, muitas vezes relacionados a diferentes histórias de vida e, especialmente, à faixa etária dos entrevistados, revelam um mosaico de heterogeneidades. Este mosaico multicolorido manifesta, pois, na

---

<sup>19</sup> VELHO (1994), neste sentido, fundamenta a sua análise usando diferentes autores e terminologias: “Na abordagem fenomenológica de Schutz e no interacionismo de Simmel enfatiza-se a distinção e a autonomia de diferentes *mundos e províncias de significado, níveis e dimensões* do real. Por outro lado, Mikhail Bakhtin fala de uma *heteroglossia*, coexistência de diferentes discursos em uma mesma sociedade que, embora relacionados, mantêm suas particularidades”(p. 22). Ainda segundo o autor, “a multiplicação e a fragmentação de domínios, associadas a variáveis econômicas, políticas, sociológicas e simbólicas, constituem um mundo de indivíduos cuja identidade é colocada permanentemente em cheque e sujeita a alterações drásticas. O trânsito intenso e freqüente entre domínios diferenciados implica adaptações constantes dos atores, produtores de e produzidos por escalas de valores e ideologias individualistas constitutivas da vida moderna. Essa situação, como já percebida por Simmel no início do século, é particularmente aguda nas metrópoles.” (p.44,45).

complexidade das sociedades contemporâneas, uma relação dialética entre o arcabouço jurídico e institucional do Estado e os valores de uma população constituída por migrantes pobres oriundos do interior do Estado que está se vendo obrigada a repensá-los. É consequência, também, da complexidade das interações e contatos no mundo de hoje, revelando o papel da imprensa, dos atores governamentais em ação (especialmente do Conselho Tutelar) e da política de educação.

A heterogeneidade observada entre esses pobres de periferia de Fazenda Rio Grande constitui parte da sua nova experiência urbana e metropolitana, e não caracteriza apenas a realidade das camadas médias estudadas por VELHO. Aqui, torna-se importante falar um pouco mais do local da pesquisa. Fazenda Rio Grande reflete um pouco deste cenário de mutação e heterogeneidade vivenciado através do inchaço dos grandes centros urbanos brasileiros. A maior parte das famílias do PETI veio do interior do Estado do Paraná, de um contexto rural, para buscar uma nova vida na capital, Curitiba. Ainda que traços culturais da realidade vivida no campo permaneçam (como veremos adiante, a importância do significado social da família e da rede de relacionamentos), o novo contexto trará novos desafios e requererá uma nova capacidade de adaptação<sup>20</sup>. É assim que Fazenda Rio Grande faz parte desta nova realidade: a de uma urbanização recente,

---

<sup>20</sup> Neste sentido, Bastide (1979) nos lembra que “hoje, vemos antropólogos reconhecerem o valor dos bairros periféricos, até das favelas, de certas grandes metrópoles sul-americanas, porque eles permitem uma melhor conexão entre a família dos campônios migrantes e as exigências da vida urbana. A princípio, o preço barato dos terrenos, até mesmo a possibilidade de apropriar-se deles assegura a estes migrantes a propriedade de suas casas, sem ter prestações a pagar mensalmente, e, por consequência dando-lhes uma sensação de segurança que lhes permite enfrentar mais facilmente os traumatismos que a vida no centro da metrópole poderia provocar”(p. 91)

mas que evoca o rural até no nome<sup>21</sup>. Uma evocação que se gradualmente se desvanece, cujos ecos vão se tornando cada vez mais distantes, já que é um dos municípios que mais crescem no estado e no país. A Fazenda é uma cidade. Sua população, aliás, é compactada, já que o município é geograficamente pequeno e caracteriza-se por um adensamento populacional, tendo uma área rural pouco expressiva. Na paisagem, esta cidade de apenas 18 anos de emancipação vai ficando cada vez mais asfaltada, mais cheia de prédios e construções que convivem lado a lado com terrenos baldios cobertos pelo mato que cresce à vontade. O projeto de urbanização é caracterizado e compatível, portanto, com o projeto de “melhorar de vida”, do qual falaremos mais tarde.

É assim que, em nosso estudo, diferentemente de VELHO, o Urbano não é só um cenário. Aqui, o urbano / rural afirma e favorece este mosaico heterogêneo e as nuances de uma integração sociedade X Estado, lógica da dádiva X lógica dos direitos, velha geração, vinda do campo X nova geração, nascida na cidade.

Esta análise não nos impede, no entanto, de vislumbrar certos traços predominantes, regularidades presentes na análise da visão de mundo nativa, que nos permitem organizar a narrativa etnográfica, afirmando a sua autoridade, modelando de forma hermenêutica uma nova leitura, mais um olhar. Olhar este que muitas vezes corrobora, outras vezes avança, algumas vezes questiona a teoria antropológica existente.

---

<sup>21</sup> Muitas vezes, quando viajo para outras regiões do Brasil, alguém me pergunta: “mas você mora numa fazenda?”

#### 1.4 QUANDO A ANTROPOLOGIA É A INFORMANTE

Discutirei agora, à luz da pesquisa realizada e ao que originalmente me conduziu à busca de referenciais antropológicos, e, posteriormente a campo, perseguindo um olhar “de perto e de dentro”, tendo como ponto de partida a minha inserção profissional nas comunidades pobres da periferia de Curitiba, proponho uma breve discussão teórica, e, a partir dela, uma sinalização das possibilidades de uma Antropologia Instrumental no campo das políticas sociais. Nesse sentido, aprofundo o que contribuiu para uma das motivações da pesquisa e o que vislumbro ser, como profissional da área do desenvolvimento social, uma das mais férteis e instigadoras possibilidades da Antropologia Social.

Nesse sentido, estarei utilizando como base, primeiramente, o texto de Almeida (2002) “*Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica*”, onde o autor combate a idéia do relativismo como doutrina (e não como postura metodológica) e sua “incomensurabilidade de mundos”, defendendo a objetividade etnográfica como componente essencial da atividade antropológica.

Para o autor, no *relativismo como doutrina*, permanece a lógica da incomensurabilidade dos diferentes mundos: tudo é admissível em nome da cultura, e não podemos incorrer em mudança de valores, caso contrário, estaremos sendo etnocêntricos. Já no *relativismo como postura metodológica*, necessária para penetrarmos na visão de

mundo do outro, ainda é permitida a *quase-verdade*, lugar de comensurabilidade (comunicação) entre os diferentes mundos. Diferentes sistemas de mundo poderiam admitir afirmações “verdadeiras”, que podem entrar em acordo em relação a áreas específicas da experiência humana, especialmente no que diz respeito às suas conseqüências pragmáticas. Em comparação com outras tradições antropológicas, o autor vai situar a Antropologia brasileira de forma diferencial, muitas vezes como um trabalho de militância social e política, fazendo com que, no Brasil, carreiras antropológicas se transformem em carreiras políticas, especialmente na questão da defesa dos direitos dos oprimidos e minorias.

Condenando a crítica pós-moderna e seu discurso relativista em relação à autoridade etnográfica, Almeida afirma que, como resultado desta visão (que traz uma autocrítica em relação à suposta ‘tradição autoritária’ da pesquisa etnográfica, gerando um “enclausuramento na narrativa de sujeitos sobre sua subjetividade”), a “etnografia parece então dissolver-se na mera idéia de escrita subjetiva e a antropologia torna-se má consciência e crítica cultural” (p. 12). Almeida aponta para uma das conseqüências práticas dessa noção: a perda de argumentos para apoiar, na arena pública, os grupos marginalizados – tudo passaria então a ser ‘invenção’, ‘construção social’, ‘relativo’. Logo, a militância passaria para uma zona de retórica e manipulação, onde venceria o mais forte ou o mais eloqüente.

Para criticar a tese do relativismo (etnografia sem antropologia), o autor traça um relato esclarecedor sobre o surgimento, na segunda metade do século XX, da idéia de

que a experiência humana se daria no interior de mundos incomensuráveis, ‘paradigmas’, ‘culturas’ e ‘jogos de linguagem’. Nesses cortes abissais que separam estes mundos completamente incomensuráveis, não há um atlas comum de significado, não é possível emitir juízos e opiniões, a incomunicabilidade é total.

Para ao autor, é possível a noção de comensurabilidade enquanto lugar de confronto argumentativo, mas racional, da experiência etnográfica, e o estabelecimento de projetos comuns para chegar a acordos sobre coisas e juízos. A existência de “um território disputado, onde, através de argumentos cerrados, seria possível resultar uma maioria temporária, um consenso talvez permanente, mas em mudança, sobre um domínio também parcial de procedimentos para selecionar fatos e afirmar juízos” (p. 15). Citando o filósofo Newton da Costa, conceitua a idéia de *quase-verdade*, aplicável a uma parte de cada sistema cognitivo. Os partidários de diferentes sistemas cognitivos podem conviver e comunicar-se em bom acordo sobre domínios limitados da experiência, onde ‘quase-verdades’ operam. “A pluralidade dos sistemas cognitivos resulta em ‘quase-verdades’, apesar das contradições entre esses sistemas. Uma maneira de entender o significado de ‘verdade’ nesse contexto é pensar nas conseqüências pragmáticas dos sistemas em questão” (p. 16).

Evocando o trabalho de Povinelli (2001), Almeida reforça a idéia de que a comensurabilidade é processual e pode ser pragmaticamente entendida, ou seja, de que é possível comensurar visões ontologicamente distintas em suas conseqüências pragmáticas. Sua postura fica claramente evidente quando afirma que “o problema

etnográfico não é ‘traduzir’ os mundos múltiplos, mas também de comensurá-los e de transformá-los” (p.19). A afirmação de Amartia Sen de que “há fins humanos intrínsecos e que são consensuais” (p. 22) estabelece o fundamento para admitir que a possibilidade de comensuração ética leva a princípios práticos com validade geral, abrindo a viabilidade de universais humanos, ligados à idéia de fim da vida humana, criando zonas de acordo conquistado sobre os direitos do homem e da mulher, especialmente em relação ao corpo. Há uma capacidade geral humana, subjacente a casos especiais, que “aponta não apenas para o caráter estruturado dos ‘mundos’ da experiência, mas também para a dimensão humana geral do ‘bom senso’ que põe tais mundos à prova contra o pano de fundo da prática humana. Essa dimensão não é outra senão a presença de ‘princípios pragmáticos da razão’ em toda humanidade” (p. 25).

Para Almeida, a provável estranheza da ‘antropologia relativística’ em relação a estes enunciados é hipócrita, já que, do diálogo conflituoso entre sociedades e culturas, “emergem várias áreas de consenso parcial”. “A família humana compartilha a capacidade para produzir e modificar cânones intercambiáveis – e, para além de qualquer cânone, compartilha a capacidade de saltar entre cânones, de juntar fragmentos separados, e de recriá-los criticamente” (p.23).

Concluindo e reforçando a idéia de objetividade etnográfica, Almeida esclarece que afirmar “que a etnografia é objetiva não significa que há de um lado um etnógrafo neutro e distante, e de outro um conjunto de coisas indiferentes ao observador” (p.21). A



etnografia consiste em “interação – hibridação politizada, e orientada cognitiva e moralmente para zonas de quase-verdade” (p.23).

As reflexões aqui geradas trazem à tona questões fundamentais acerca do que é ciência, como se produzem os fatos científicos, da possibilidade de uma objetividade etnográfica, da natureza do real, e coloca em evidência a natureza política por excelência da antropologia: a existência de implicações políticas em seu projeto de conhecimento e militância.

Almeida critica a redução do trabalho antropológico a um relativismo nihilista e auto-punitivo. Ao contrário, para ele, os antropólogos são, por um lado, parceiros na emergência das ‘culturas híbridas’ – e por outro são membros de uma comunidade orientada para verdades e juízos. “O nexo entre as suas duas disposições é essencial para sua atuação e para sua contribuição no processo de construção de consensos necessários sobre a natureza do mundo social” (p. 24). A etnografia almeja a busca de uma verdade (ou zona de quase-verdade), ancorada numa objetividade possível.

Dessa argumentação surge uma importante reflexão acerca da própria natureza da atividade científica. De acordo com Latour e Woolgar (1997), esta atividade constitui construção e ‘ficção’, visão da qual partilho, sem abrir mão, contudo, da possibilidade da construção de zonas de ‘quase-verdade’ e do papel militante do antropólogo na defesa de uma transformação baseada em valores consensuais da família humana, o que nos impede de cair num particularismo etnográfico sem fim, exotismo que narra casos de contextos específicos e relativizados, mas que não contribuem para o estabelecimento de uma

ciência antropológica que almeja e formulação de ‘quase-verdades’ generalizantes e que se recusa a renunciar à sua autoridade etnográfica.

O segundo trabalho que desejo evocar é o de Bastide (1979), que também traz luz a esta questão, ao afirmar que o antropólogo é “chamado cada vez mais a cumprir, nos chamados países em vias de desenvolvimento, uma tarefa prática.” (p.3).

Embora para o autor, os fins da ação humana, supostamente baseados numa moral universal, refiram-se apenas aos fins de uma cultura (a nossa), que desejamos opor a culturas diferentes, a Antropologia Aplicada consolida-se como “uma ciência em vias de concretizar-se na ação dos grupos e seus esforços para modelar-se ou remodelar-se, uma ciência, por conseguinte, toda ela carregada de juízos de valor (ânsia de poder, esperança de libertação, preocupação em ser melhor, busca de identidades culturais) mas de valores desta vez contraditórios. A Antropologia Aplicada coloca-nos em plena luta. Com o que ela constitui, sem dúvida, no mais apaixonante capítulo da Antropologia”. (p.8)

Na defesa de uma Antropologia Aplicada como ciência das mudanças sociais, Bastide afirma que “os conhecimentos teóricos desenvolvem-se ao mesmo tempo que nossos conhecimentos práticos por e em um mesmo movimento de *praxis*. A intervenção humana na realidade social é simultaneamente ação e ciência, visto que ela permite, ao mesmo tempo, modificar o mundo, e ao mesmo tempo, conhecê-lo.”(p. 6) O reconhecimento de que as populações que são objeto de programas de ajuda ou “de

desenvolvimento” aceitam, em alguma medida, a mudança que lhes é proposta é que torna uma Antropologia Aplicada , baseada em fatos de aculturação, plenamente possível.

Para Bastide, há uma diferenciação entre Etnologia Aplicada (aplicação específica, baseada em dados empíricos de uma comunidade) e Antropologia Aplicada (estudo das leis gerais da mudança), sendo esta última mais importante que a primeira. Em todo caso, independentemente da nomenclatura, ambas estão intrinsecamente ligadas, já que a “Etnografia Aplicada não pode ser uma monografia aplicada (uma monografia é um conjunto de constatações de fatos, não uma orientação), mas antes uma aplicação da Antropologia Aplicada a uma determinada situação etnográfica; o estudo desta situação só pode portanto vir em segundo lugar e não em primeiro.” (p.113,114). A Antropologia Aplicada seria então “a descoberta de leis que regem a evolução das sociedades e das suas culturas” (p.136), tendo a própria mudança social como objeto de estudo, mas ela é válida desde que desconfie de si mesma e seja sempre capaz de fazer sua “autocrítica”, já que a razão dos planejadores não é a única válida, nem os seus valores universais. Ela pode existir, segundo Bastide, a partir de duas premissas: a possibilidade de mudança e a existência de determinismos múltiplos (ecológico, sociológico e psíquico), os quais devem ser justamente do seu interesse de estudo.

Bastide defende uma concepção de Antropologia Aplicada como disciplina científica, cujo objeto seria o conhecimento teórico da alteração das culturas e das sociedades pelos etnólogos-planejadores ou pelos antropólogos-praticantes. É assim que, contribuindo de um lado com a Antropologia Geral, e de outro, com a prática social, a

Antropologia Aplicada traz uma “importante contribuição às aplicações práticas da Antropologia ao desenvolvimento social e às mutações culturais”. (p.161) Dela, a política poderia extrair uma arte.

Na Antropologia Aplicada, “a Antropologia Social encontraria para si sua mais alta justificativa, já que as formas de vida e pensamento que ela estuda não mais teriam apenas um interesse histórico e comparativo: corresponderiam a uma oportunidade permanente do homem” (Le Problème de l’Invariance em Anthropologie, Diogène, 31, 1966, p 23-33, citado por Bastide, 1979).

É nesse sentido que eu posso situar esse trabalho como uma experiência de Antropologia Aplicada, nos termos de Bastide, visto que ele se propõe, entre outras coisas, a estudar num contexto específico as possibilidades e a forma como se dá uma mudança social (a tentativa de erradicação do trabalho infantil) e as consequentes tensões entre diferentes visões de mundo que se interpenetram no processo. O Estado e sua moral específica vigente, sustentada internacionalmente, disciplinando as condutas de famílias empobrecidas, afetando gradual e dialeticamente a sua forma de ver o mundo, mas também sendo afetado por ela.

O que Bastide chamaria de “arte”, executada pelo político, eu poderia considerar como uma Antropologia instrumental, aliada a um projeto de militância dentro do que Almeida denominou “áreas de consenso parcial” onde “quase-verdades” operam. A Antropologia tornar-se-ia, agora, a informante das políticas sociais. Sem ela, os projetos de intervenção social seriam, muitas vezes, desfocados, descontextualizados, menos

eficazes, desperdiçariam recursos, não produziram os resultados esperados e até poderíamos classificá-los de “violentos”, uma vez que agiriam por uma quase-imposição, ignorando os significados dos “beneficiários”.

Ainda nesta linha, VELHO (1994), que analisa a heterogeneidade da realidade urbana brasileira, não deixa de apontar que “o trabalho dos cientistas sociais em geral, particularmente dos pesquisadores de cultura popular, é imprescindível para conhecer melhor o país e poder promover uma ação social de apoio aos setores mais carentes e com dificuldade de acesso e inserção no mundo do trabalho e na esfera pública em geral. Para o sucesso desse empreendimento é crucial o apoio do Estado. Só o poder público tem condições de liderar e coordenar esse processo que envolve investigação científica e política social”<sup>22</sup> (p. 69).

Julgo importante, aqui, fazer uma pausa para o contraponto. FONSECA (2006) nos apresenta de forma muito perspicaz as possíveis armadilhas nas quais o antropólogo-militante pode cair, especialmente nos estudos das classes populares e sua distintiva realidade e seu modo particular de vida. Em primeiro lugar, a crença de que “se existe pobre, nossa tarefa é transformá-lo”. Para a autora, a ânsia de intervir para transformar os pobres, geralmente associados a temas problemáticos como conflito com a lei, tráfico de drogas, violência, etc., acaba por gerar um empecilho para o desenvolvimento de uma reflexão etnográfica em torno de grupos populares. Este empecilho seria caracterizado

---

<sup>22</sup> Citando como exemplo o antigo Instituto Nacional de Folclore, o autor fala de uma “sutil mas vigorosa combinação de pesquisa científica, apoiada na academia, com uma política social democrática”(p. 70), no esforço de estudar e apoiar setores e comunidades específicos nos dilemas e pressões inerentes à mudança social.

pela falta de preparo do pesquisador, que cederia “facilmente às armadilhas da sociologia espontânea, procurando nos dados etnográficos não somente as curas da miséria, como as próprias causas”. FONSECA afirma estar “persuadida que existe uma conexão desastrosa entre a ânsia de ajudar e a aspiração de estudar etnograficamente grupos populares” (p.21), mas esta conexão, segundo a autora, estaria relacionada ao “ecletismo pouco convincente” entre a denúncia de estruturas capitalistas opressoras e a descoberta de valores dos pobres a serem transformados endogenamente. Os perigos daí decorrentes se refeririam, em primeiro lugar, à redução do modo de vida da população estudada a seus aspectos “reativos”, e, em seguida, a uma espécie de idealismo romântico que ignoraria os conflitos internos inerentes ao próprio grupo. Em todas as situações, as idéias pré-concebidas do pesquisador em sua ânsia por ajudar impediriam uma descrição densa.

FONSECA critica legitimamente projetos de intervenção de cunho unilateral que ignoram o ponto de vista nativo: “parece que é muitas vezes nesse espírito missionário, de mudança unilateral (a verdade levada por “nós” para “eles”), que os projetos de intervenção ocorrem” (p. 23). Mais ainda, “o uso de método antropológico por certos pesquisadores de áreas conexas (serviço social, educação,...) que, mesmo tendo travado contato pessoal com seus ‘nativos’, não conseguem ver nada além da miséria. Numa descrição absolutamente rala, mas que carrega a autoridade da pesquisa dita etnográfica, documenta-se a carência moral e espiritual que, na consciência do pesquisador, parece acompanhar fatalmente a carência material” (p. 22).

Ao fazer esta crítica elaborada, no entanto, a autora não deixa de abrir espaço para a possibilidade de uma antropologia baseada numa descrição densa que resulte numa construção dialógica e positiva: “não é, de forma alguma, minha intenção menosprezar os inúmeros programas de pesquisa-ação entre populações pobres. Sem dúvida, enviar agentes de intervenção para dialogar, frente a frente, com seu público-alvo, e descobrir elementos inesperados de sua realidade é uma política que dá resultados positivos. Mas é possível que esses resultados sejam devidos à transformação de mentalidade não dos “nativos” (alvo ostensivo do projeto), mas sim, dos próprios técnicos de intervenção.” (p. 23). É assim que percebi, como veremos, que insistir em programas coletivos de Economia Solidária, por exemplo, em comunidades como a que eu trabalhava, representaria uma idealização que estava no projeto e na cabeça do planejador de gabinete. A relação dialógica que a Antropologia mediou permitiu mudar o foco da intervenção. Por que não?

A crítica da autora avança na segunda armadilha possível ao pesquisador-interventor: “se a etnografia não serve para remediar a situação do pobre, pelo menos serve para denunciá-la”. Segundo ela, o mérito contido nesta iniciativa (que poderia contribuir para redirecionar políticas públicas falhas) raramente se concretiza, já que a denúncia ostensivamente formulada contribuiria muitas vezes para uma leitura maniqueísta de realidade. Os pobres apareceriam como passivos e apáticos, aguardando a salvação que vem de fora. Nesta linha, FONSECA critica a abordagem etnográfica

construída em tom de denúncia que privilegia a pobreza espetacular<sup>23</sup>. O pesquisador acabaria por ser tentado a encontrar tipos ideais que proporcionariam generalizações e homogeneizações, focalizando nos aspectos negativos dos nativos (em contraste com a realidade de fora das comunidades pobres). Além disso, outros erros seriam o privilégio dado ao recorte econômico, “como se a única preocupação do pobre devesse logicamente ser sobrevivência e melhoria financeira” (p. 28). A autora segue argumentando (citando G. Marcus) que “o discurso de compromisso moral, hoje reconhecido como parte integrante da análise etnográfica, não deve jamais servir como desculpa para uma descrição ‘rala’ “(p. 29), que se prenderia a conceitos preestabelecidos como ‘violência estrutural’ e ‘neoliberalismo’, geralmente vinculados à perspectiva marxista, agindo como um ‘hiper-ator’ sobre vítimas passivas” (p. 30). O olhar etnográfico permitiria que estes conceitos assumissem contornos inesperados, próprios de cada contexto.

Percebo que a argumentação da autora segue mais no sentido de uma crítica à pseudo-cientificidade dos dados e à pouca densidade da análise, ou seja, transita no campo metodológico e da qualidade da pesquisa, do que propriamente no anseio instrumental da disciplina. Prova disso é que, segundo ela, “mantendo o norte da descrição densa, traz-se uma contribuição não somente para a reflexão acadêmica sobre processos sociais, mas também para planejadores e agentes de intervenção que procuram, através do diálogo com os múltiplos agentes da sociedade contemporânea, instrumentos

---

<sup>23</sup> A crítica da autora refere-se principalmente às obras de Wacquant, que, no entanto, segundo ela, não foi treinado como antropólogo. São elas: “Um mariage dans le ghetto. Actes de la Recherche en Sciences Sociales”(1996); “A Zona”. In: A Miséria do Mundo (P. Bourdieu, org.) (1999); “Os condenados da cidade”(2001) e “Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe” (2001).



para combater a desigualdade política e econômica – desigualdade esta que reforça diariamente as fronteiras de classe” (p. 31).

Contrapondo Estado e Sociedade na questão da problemática do trabalho infantil e apreendendo a lógica nativa no contexto da operacionalização de um programa de intervenção social de âmbito federal, a partir da realidade etnográfica local, procuraremos analisar o processo de uma mudança social e veremos como a Antropologia pode ser instrumental: questionando, reavaliando, redimensionando, informando e transformando as políticas públicas.

## 2. O ESTADO E SEU PROJETO: POLÍTICAS PÚBLICAS E ANTROPOLOGIA

Neste capítulo, a partir da legislação e normas vigentes, analisarei o discurso do Estado em relação à política de erradicação do trabalho infantil, problematizando algumas premissas implícitas que podem ser colocadas em contraste com a visão de mundo nativa. Devido ao contexto e à experiência que originou a pesquisa, procurarei também situar a relação entre o Poder Público e o Terceiro Setor na execução da ideologia estatal, apontando especialmente para um mesmo ordenamento que opera a partir de pressupostos comuns e colocados como hegemônicos. Por fim, analisarei a Teoria Antropológica relacionada às perguntas que originaram a pesquisa, preparando-me para o campo.

### 2.1 O ESTADO E O TERCEIRO SETOR NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS

Considerando que o Projeto Família Cidadã, que tem como foco as famílias beneficiárias do PETI, é operacionalizado no município por uma ONG – Organização Não-Governamental, o CADI – Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral, em parceria com o Poder Público, faz-se necessário que nos situemos sobre a temática do

Terceiro Setor em relação às políticas públicas para uma compreensão maior das diferentes relações sociais e visões de mundo em questão.

O termo Terceiro Setor<sup>24</sup> foi usado pela primeira vez nas décadas de 40/50 na ONU, por pesquisadores nos EUA na década de 70 e na Europa a partir dos anos 80. É também chamado de Organizações Voluntárias (EUA), Caridades ou Filantropia (Inglaterra), Organizações Não Governamentais (NGO's) na Europa. No Brasil, a denominação mais comum é Organizações da Sociedade Civil ou simplesmente Organizações Não Governamentais (ONG's). Conceitualmente, o termo diz a que ele *não* se refere, ou seja, *não é* governamental.

Um dos conceitos que podem ser utilizados diz respeito a um conjunto de organizações sem fins lucrativos (e econômicos) que, a partir do âmbito privado, almeja propósito de interesse público. Porém ainda não existe consenso sobre o que é interesse público que, a princípio, seria monopólio do Estado. As organizações constituintes do Terceiro Setor são formais (exceto os movimentos sociais informais e movimentos políticos), autônomas (exceto as fundações vinculadas a empresas) e voluntárias. Para Rubens César Fernandes, *ONG's são instituições privadas, com fins públicos*.

Segundo DELGADO (2005), o terceiro setor é desenvolvido por instituições com preocupações voltadas para a execução de práticas sociais, sem fins lucrativos, gerando, direta ou indiretamente, bens e serviços que se assemelham aos prestados pelo Poder

---

<sup>24</sup> Palestra proferida pelo Prof. Acyr de Gerone, advogado, no Seminário de Desenvolvimento Comunitário, Fazenda Rio Grande, julho de 2007.

Público. Em síntese, podemos afirmar que o primeiro setor utiliza dinheiro público para fins públicos; o segundo setor usa dinheiro privado para fins privados e objetiva lucro; o terceiro setor serve-se de dinheiro público e privado (doações) para atender necessidades da sociedade que, em regra, são da obrigação do Poder Público.

No Brasil e na América Latina, o Terceiro Setor surge com força no sentido de melhorar a condição social comunitária e agir na democratização e mobilização popular. O ano de firmação do nome ONG é 1996, quando surgiu a idéia de enxugar a estrutura do Estado, passando as ONG's a ser parceiras nas tarefas sociais do Estado. Com isso, surgiu um espaço público, porém não estatal, que tem como características principais: o exercício de uma função social, constituição de uma estrutura formal fora do Estado, ligação à comunidade/sociedade através de atos de solidariedade e forte esforço voluntário, não distribuição de lucro e relativa autonomia (são auto-governadas).

A LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93) define, em seu art.3º, quem são as ONG's de assistência social: *consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.* O art. 2º diz estabelece os objetivos da assistência social:

*I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;*

*II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;*

*III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;*

*IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;*

*V - a garantia de 1 (um) salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.*

A resolução 191 do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, de 10.11.05, seguindo as diretrizes da LOAS, define que as entidades de Assistência Social são aquelas que realizam *atendimento, assessoramento e defesa ou garantia de direitos na área da assistência social e aos seus usuários, de forma permanente, planejada e contínua*. Pela resolução, não se caracterizam como entidades e organizações de assistência social as entidades religiosas, templos, clubes esportivos, partidos políticos, grêmios estudantis, sindicatos, e associações que visem somente ao benefício de seus associados que dirigem suas atividades a público restrito, categoria ou classe. Além disso, todas as entidades nacionais de Assistência Social devem proceder a sua inscrição nos Conselhos Municipais de Assistência Social daqueles municípios onde se encontram as suas unidades administrativas.

Segundo DELGADO (2005), as políticas administrativas adotadas pelo Poder Público para o cumprimento dos desígnios constitucionais apontados, por não terem, na prática, sido eficazes, proporcionaram uma nova ordem social não só no Brasil, como no mundo. Essa nova ordem social tem como efeito um sistema classificatório de três setores da sociedade, e é nela que se inserem as ONG's, constituintes do Terceiro Setor. Nesta visão, as entidades chegam apenas para suprir algo em que o Estado mostrou-se falho, atuando como complementares a ele.

Uma ONG pode estabelecer, com o poder público, relações jurídicas adequadas para a execução, em regime de mútua cooperação, de serviços e eventos de interesse recíproco, que podem ser estabelecidas por contrato<sup>25</sup>, convênio<sup>26</sup>, termo de parceria<sup>27</sup> e contrato de gestão.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> “É o instrumento que retrata o acordo de vontades entre as partes e que estipula obrigações e direitos recíprocos”. Usado quando há interesses diversos e opostos. Quando é firmado entre uma entidade privada e o Poder Público para a consecução de fins públicos é denominado contrato administrativo, devendo ser precedido de licitação (lei 8.666/93), ressalvadas hipóteses de dispensa e inexigibilidade.

<sup>26</sup> É o instrumento de cooperação celebrando entre um órgão público e uma ONG no qual são previstos obrigações e direitos recíprocos, visando a realização de objetivos de interesse (convergentes) comum entre as partes.

<sup>27</sup> É o instrumento firmado entre o Poder Público e as entidades qualificadas como OSCIP's, visando o fomento e a execução das atividades de interesse público descritas na Lei nº 9.790/99. Pode haver dispensa de licitação.

<sup>28</sup> “É um acordo operacional, não um contrato, pois não há interesse diversos e opostos, pelo qual o Estado cede à entidade qualificada como Organização Social recursos orçamentários, bens públicos e servidores para que ela possa cumprir os objetivos sociais tidos por convenientes e oportunos a coletividade”.

Como já dissemos, houve uma harmonia entre os princípios fundamentais da ONG, ordenados a partir de uma visão cristã (protestante) de mundo (constituída tradicionalmente, pelo menos em termos gerais, pela valorização do indivíduo, naturalização da família, orientação de vida voltada para o futuro, valorização da capacidade de iniciativa e arrojo empreendedor, ética de trabalho como intrinsecamente sagrado, entre outros) e a Política Nacional de Assistência Social. Nesse ponto, podemos questionar as interfaces entre Estado e Igreja (entendida aqui não como instituição, mas como organismo ordenador de uma visão cristã de mundo), separados institucionalmente, mas unidos pelo mesmo ideário, ao menos no que diz respeito à política de assistência social.<sup>29</sup>

Nesse sentido, NETO (2006), aponta que, numa sociedade como a brasileira, onde os sentidos religiosos permeiam o imaginário da sociedade, faz-se necessário o estudo das relações e dos desdobramentos entre os aspectos políticos e religiosos no campo da assistência social. Estudando a interseção entre ações filantrópicas e a execução das políticas públicas na cidade de Porto Alegre e os eixos de aproximação entre os domínios da religião e da política nesse contexto, o autor afirma que “uma primeira questão a ser levantada é a facilidade de absorção do projeto político da prefeitura por parte de agentes vinculados a entidades de assistência que possuem uma determinada procedência religiosa” (p. 127). Da mesma forma, percebeu que a realidade do campo da assistência social e de caridade em Porto Alegre mostrou que o projeto político da Poder Público (no

---

<sup>29</sup> WEBER (2004)

caso, a participação popular e a construção da cidadania) só se viabilizava pelo trabalho militante dos agentes religiosos. Longe de atribuir à relação entre estas duas esferas, a política e a religiosa, uma harmonia constante (pelo contrário, o autor nos mostra os pontos de tensão e discordância na atuação dos seus respectivos agentes), NETO traz uma contribuição ao estudar interpenetração de sentidos e ordens de interpretação entre a esfera da política e da religião, aumentando a compreensão dos fenômenos culturais.

## 2.2 A POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: O DISCURSO DO ESTADO<sup>30</sup>

Sem cair no simplismo de achar que o discurso nativo do Estado, com seus múltiplos agentes e diversas forças e níveis de coerção e mobilização, seja homogêneo em relação à questão, analisaremos agora brevemente o fundamento legal sobre o trabalho infantil que estabelece o arcabouço jurídico-institucional norteador das políticas nesta área.

A legislação brasileira é considerada uma das mais avançadas do mundo no que se refere à proteção da infância e da adolescência, e está em consonância com os padrões internacionais convencionados pela Organização Internacional do Trabalho. Trataremos agora de analisar os pontos mais importantes da legislação.

---

<sup>30</sup> Neste capítulo, escrevo em itálico os textos extraídos diretamente da legislação e de documentos oficiais.



### 2.2.1 Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988 proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos:

*Art 7 – São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:*

*XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.*

(Redação dada pela Emenda Constitucional n. 20 de 1998)

### 2.2.2 Recomendações internacionais e legislação brasileira correlata

As Conferências Internacionais do Trabalho, convocadas pelo Conselho de Administração da Secretaria Internacional do Trabalho, emitiram as recomendações n. 146 e 190, e a convenção n. 182, acerca da idade mínima para admissão a emprego e da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação.

#### 2.2.2.1 Recomendação n. 146

A recomendação n. 146, de 6 de junho de 1973 afirma, de forma suplementar à Convenção sobre idade mínima, 1973:

*- Reconhecendo que a efetiva abolição do trabalho infantil e a progressiva elevação da idade mínima para admissão a emprego constituem apenas um aspecto da proteção e promoção de crianças e adolescentes;*

*- considerando o interesse de todo o sistema das Nações Unidas por essa proteção e essa promoção;*

*- tendo adotado a Convenção sobre Idade Mínima, 1973;*

*- desejosa de melhor definir alguns elementos de política do interesse da Organização Internacional do trabalho;*

Recomenda, em relação à política nacional:

*Para assegurar o sucesso da política nacional definida no artigo 1 da Convenção sobre idade mínima, 1973, alta prioridade deveria ser conferida à identificação e ao atendimento das necessidades de crianças e adolescentes na política e em programas nacionais de desenvolvimento e à progressiva extensão das medidas inter-relacionadas necessárias para criar as melhores condições possíveis para o desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes.(Item 1)*

*Nesse contexto, especial atenção deveria ser dispensada às seguintes áreas de planejamento e de política:*

- a. *Firme compromisso nacional com o pleno emprego, nos termos da Convenção e da Recomendação sobre Política de Emprego, 1964, e medidas para promover o desenvolvimento voltado para o emprego, nas zonas rurais e nas urbanas;*
- b. *Progressiva extensão de outras medidas econômicas e sociais para atenuar a pobreza onde quer que exista e a assegurar às famílias padrões de vida e de renda tais que tornem desnecessário o recurso à atividade econômica de crianças;*
- c. *Desenvolvimento e progressiva extensão de adequadas facilidades para a proteção e o bem-estar de crianças e adolescentes, inclusive de adolescentes que trabalham, e promoção de seu desenvolvimento (Itens 2.a, 2.b e 2.e).*

Em termos da relação entre idade mínima para admissão a emprego e frequência escolar, a Recomendação declara:

*Deveria ser obrigatória e efetivamente garantida a frequência escolar em tempo integral ou a participação em programas aprovados de orientação profissional ou de formação, pelo menos até a idade mínima especificada para admissão a emprego, especificada no artigo 2 da Convenção sobre Idade Mínima, 1973. (Item 4)*

*Atenção especial deveria ser dispensada à proibição de emprego ou trabalho de crianças e adolescentes durante as horas de aula, enquanto fosse obrigatória a educação ou a formação. (Item 15.a)*

Quanto à idade mínima propriamente dita, a Recomendação afirma que *deve ser igual para todos os setores de atividade econômica* (item 6), e que *os Estados-membros deveriam ter como objetivo a progressiva elevação, para dezesseis anos, da idade mínima para admissão a emprego ou trabalho especificado de conformidade com o artigo 2 da Convenção sobre Idade Mínima, 1973*. E ainda: *onde a idade mínima para emprego ou trabalho coberto pelo artigo 2 da Convenção sobre Idade Mínima, 1973, estiver abaixo de 15 anos, urgentes providências deveriam ser tomadas para elevá-las a esse nível*. (item 7.2)

#### 2.2.2.2 Convenção n. 182

A Convenção n. 182, de 1 de junho de 1999, abordou o tema da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação. A Convenção, que entrou em vigor em 19 de novembro de 2000, coloca esta questão como a principal prioridade nacional e internacional, cuja operacionalização, segundo ela, requer uma ação imediata e global, atrelando a retirada da criança destes tipos de trabalho à educação fundamental e gratuita e ao atendimento das necessidades das famílias.

A Convenção também reconhece que *o trabalho infantil é devido, em grande parte, à pobreza e que a solução de longo prazo reside no crescimento econômico sustentado, que conduz ao progresso social, sobretudo ao alívio da pobreza e à educação universal*.

Para efeitos da Convenção, o termo “criança” se aplica a toda pessoa menor de 18 anos. A Convenção também considera como piores formas de trabalho infantil:

*- todas as formas de escravidão ou práticas análogas à escravidão, como venda e tráfico de crianças, sujeição por dívida, servidão, trabalho forçado ou compulsório, inclusive recrutamento forçado ou compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados;*

*- utilização, demanda e oferta de criança para fins de prostituição, produção de material pornográfico ou espetáculos pornográficos;*

*- utilização, demanda e oferta de criança para atividades ilícitas, particularmente para a produção e tráfico de drogas conforme definidos nos tratados internacionais pertinentes;*

*- trabalhos que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que são executados, são susceptíveis de prejudicar a saúde, a segurança e a moral da criança.*

(Artigo 3)

O artigo 7 da Convenção afirma, nos itens 2. b e 2.c, *que todo Estado-membro, tendo em vista a importância da educação para a eliminação do trabalho infantil, adotará medidas efetivas para, num determinado prazo, dispensar a necessária e apropriada assistência direta para retirar crianças das piores formas de trabalho infantil e assegurar sua reabilitação e integração social; assim como garantir o acesso de toda criança retirada das piores formas de trabalho infantil à educação fundamental gratuita e, quando possível e conveniente, à formação profissional.*

### 2.2.2.3 Recomendação 190

A Recomendação 190, de 1 de junho de 1999, seguindo a mesma linha das anteriores, trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para a sua eliminação. Em relação à sua aplicação, recomenda-se que *informações detalhadas e dados estatísticos sobre a natureza e extensão do trabalho infantil deveriam ser compilados e atualizados para servir de base para a definição de prioridades de ação nacional com vista à abolição do trabalho infantil, especialmente à proibição e eliminação de suas piores formas em caráter de urgência.* (Item 5.1)

Todas as convenções foram ratificadas pelo Brasil. A ratificação de uma convenção por um Estado-membro implica num compromisso com a adaptação das leis nacionais e com o desenvolvimento de planos de ação específicos e imediatos. A legislação internacional forneceu o solo fértil para que, após ampla participação da sociedade civil, fosse aprovada a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, principal instrumento legal que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente.

Para a OIT, “a noção de Trabalho Infantil deve-se aplicar a menores de 15 anos de idade que trabalham ou se empregam com o objetivo de ganhar o próprio sustento e o de suas famílias”. Mas a própria OIT reconhece que o conceito de trabalho infantil não é

simples, já que o conceito de infância difere de uma sociedade para outra, variando de idade cronológica ao cumprimento de determinados ritos sociais, normas e obrigações tradicionais. A OIT também reconhece que, quando a atividade da criança é parte real do processo de socialização e constitui um meio de transmissão de conhecimentos e experiências de geração para geração, faz pouco sentido falar em Trabalho Infantil.<sup>31</sup>

#### 2.2.2.4 Decreto n. 3.497

O Decreto n. 3.497, de 12 de setembro de 2000, da presidência da República (subchefia de assuntos jurídicos) promulgou a Convenção 182 e a Recomendação 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirmando que estas *deverão ser executadas e cumpridas tão inteiramente como nelas se contém*.

#### 2.2.3 Lei n. 10.097 de 19 de dezembro de 2000

A lei n. 10.097, de 19 de dezembro de 2000, alterou alguns dispositivos da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho (de 1943), no sentido de alinhar-se às determinações constitucionais. O Artigo 403 afirma que *é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos*, e que *o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua*

---

<sup>31</sup> Segundo o livro “O Trabalho Infantil”, publicado pela Organização Internacional do Trabalho, citado na publicação “Crianças Invisíveis” (VIVARTA, 2003)

*formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola.*

No sentido de fortalecer a escola como prioridade, o Artigo 432 estabelece que *a duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada* (exceção se refere a aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, podendo estes trabalharem até oito horas / dia, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica).

#### 2.2.4 Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA

A lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 16/07/1990, dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a sua proteção integral. A lei define como *criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade* (Art. 2). Por família natural, o Estatuto entende *a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes*.

O Artigo 60 do ECA estabelece que *é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz*, porém, como já mencionei, o Art. 7, inciso XXXIII, com nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 20, de 16/12/1998, disciplina o trabalho de menores proibindo o trabalho noturno, perigoso ou



insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

O ECA segue na linha da prevalência da escola e das atividades educativas sobre as laborais para crianças e adolescentes. O parágrafo 1 do Artigo 68 define trabalho educativo como *a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.*

#### 2.2.5 Portaria n. 458 da Secretaria de Estado da Assistência Social e Cartilha do PETI (MDS)

Em 4 de outubro de 2001 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria n. 458 da Secretaria de Estado de Assistência Social, que estabeleceu as diretrizes e normas do PETI. A portaria baseou-se na Constituição Federal de 1988, na Lei n. 8.069/90 (ECA), que, em seu artigo 60, ratifica a proibição do trabalho infantil, na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, na LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (que estabelece a conjugação de esforços para a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas em tempo integral), nas Convenções Internacionais, em resoluções do CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social e da CIT – Comissão Intergestores Tripartite.

A Portaria estabelece, como diretrizes e normas do PETI, que o objetivo geral do Programa é *erradicar, em parceria com os diversos setores governamentais e da*

*sociedade civil, o trabalho infantil nas atividades perigosas, insalubres, penosas ou degradantes nas zonas urbana e rural.*

A Cartilha do PETI, editada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em 2004, e seguindo as determinações da Portaria n. 458, define que os objetivos específicos do Programa são:

- retirar crianças e adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante;*
- possibilitar o acesso, a permanência e o bom desempenho de crianças e adolescentes na escola;*
- fomentar e incentivar a ampliação do universo de conhecimentos da criança e do adolescente, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar ao da escola, ou seja, na jornada a ampliada;*
- proporcionar apoio e orientação às famílias por meio da oferta de ações socioeducativas;*
- promover e implementar programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias.*

Na concepção do MDS, as atividades consideradas perigosas, penosas, insalubres ou degradantes são:

*Na área Urbana:*

- comércio em feiras ambulantes;*
- engraxates, flanelinhas;*

- *distribuição e venda de jornais e revistas;*
- *comércio de drogas.*

*Na área rural:*

- *culturas de sisal, algodão e fumo;*
- *horticultura;*
- *cultura de laranja e de outras frutas;*
- *cultura de coco e outros vegetais;*
- *pedreiras e garimpos;*
- *salinas, cerâmicas, olarias;*
- *madeireiras, marcenarias;*
- *tecelagem;*
- *fabricação de farinha e outros cereais;*
- *pesca;*
- *cultura de cana-de-açúcar;*
- *carvoaria;*

A Portaria 458 prevê ampla mobilização e sensibilização dos diversos setores da sociedade, formando um pacto que deve ser construído como instrumento de ação política no sentido de erradicar o trabalho infantil.

A Cartilha do Programa, seguindo a linhas de orientação da Portaria 458 e justificando o porquê da centralidade da família na sua concepção, afirma que: *apesar de*

*o Programa visar a retirada das crianças e dos adolescentes do trabalho perigoso, penoso, insalubre e degradante, o alvo de atenção é a família, que deve ser trabalhada por meio de ações socioeducativas e de geração de trabalho e renda que contribuam para o seu processo de emancipação, para sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social.*

O que se observa, porém, é que, em termos de trabalho com as famílias beneficiárias do PETI, dados do Governo Federal<sup>32</sup> apontam que em 40% dos municípios onde funciona o PETI, a principal fragilidade é o trabalho com as famílias, e que, no país todo, apenas 3,45% dos municípios inserem os pais das crianças e adolescentes oriundos do trabalho infantil em programas de geração de emprego e renda.

Enfatizando a importância do trabalho com as famílias, a cartilha afirma que: *a família, como núcleo natural e fundamental da sociedade, é, sob a ótica da Assistência Social, o lugar por excelência de proteção e inclusão social. Nessa perspectiva, os serviços e ações assistenciais devem favorecer o fortalecimento dos laços familiares, oportunizar a criação de espaços de socialização e construção de identidades e permitir ainda que o grupo familiar se perceba como ente participativo e sujeito de direito aos bens e serviços produzidos pela comunidade.*

Nota-se, aqui, uma naturalização da noção de família e a idealização da mesma como protagonista do seu próprio desenvolvimento e acesso a benefícios presentes na

---

<sup>32</sup> Segundo site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2005

sociedade. As ações, serviços e programas executados para as famílias devem incluir, entre outros:

- *programas que objetivem a ampliação do universo informacional e cultural, facilitando a participação nas decisões e no destino dos serviços e da comunidade onde se inserem;*

- *apoio socioeducativo, compreendido como as ações que oferecem oportunidade de desenvolvimento social, humano e econômico, visando à socialização, à ampliação do campo de conhecimentos, dos vínculos relacionais e da convivência comunitária.*

Orientando sobre o tempo de permanência da família no PETI, a cartilha afirma que a família pode permanecer no Programa pelo prazo máximo de quatro anos, contados a partir de sua inserção em programas e projetos de geração de trabalho e renda. O que se supõe aqui, implicitamente, é que, após quatro anos de participação em programas desta natureza, a família será capaz de reunir condições de se emancipar economicamente, não necessitando mais do Programa. Em Fazenda Rio Grande, no entanto, não ocorreu nenhum caso em que essa regra tenha se aplicado até o momento.

As regras para a permanência das famílias no Programa são:

- *retirada de todos os filhos menores de 16 anos das atividades laborais, independentemente do número de bolsas que a família receba;*
- *manutenção de todos os filhos na faixa etária de 7 a 15 anos na escola;*
- *apoio à manutenção dos filhos nas atividades da jornada ampliada;*

- *participação nas atividades socioeducativas;*
- *participação em programas e projetos de qualificação profissional e de geração de trabalho e renda oferecidos.*

A cartilha é clara em estabelecer que o não cumprimento, por parte da família, das obrigações perante o Programa, a torna passível de desligamento, assim como o fato de atingir os quatro anos de permanência em programas e projetos de geração de renda.

Na área rural, o valor da bolsa é de R\$ 25,00 por criança e adolescente de 7 a 15 anos que for efetivamente retirado do trabalho perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Na área urbana, o valor da bolsa é de R\$ 40,00.

Em relação aos eixos norteadores para a elaboração da proposta pedagógica, a cartilha propõe que *a execução de Jornada Ampliada<sup>33</sup> exige a existência de uma proposta pedagógica, uma vez que deve ser composta por atividades eminentemente complementares para o desenvolvimento sócio-educativo e cultural da criança e do adolescente assistidos – um instrumento de consolidação da inclusão social. Nesse aspecto, as famílias e comunidades alcançadas pelas ações do PETI devem necessariamente ser inseridas no processo de construção das propostas de trabalho, tanto no que diz respeito a sua participação ativa na indicação de seu conteúdo, quanto no que se refere ao respeito às suas vocações e costumes.*

---

<sup>33</sup> A chamada Jornada Ampliada é realizada no contra-turno escolar, isto é, em horários em que a criança não está na escola, e caracteriza-se pela oferta de atividade que extrapolam o currículo escolar. Muitas vezes, acaba se restringindo à execução de oficinas de artesanato e atividades esportivas. A Jornada Ampliada é usualmente realizada em locais especialmente designados para este fim, havendo pouca ou nenhuma integração com a escola propriamente dita.

Na concepção oficial, observa-se uma clara dicotomia entre o mundo da escola e o mundo do trabalho infantil. Quando trata da Jornada Ampliada, a cartilha do MDS aponta que *a ampliação do universo cultural das crianças e dos adolescentes e o desenvolvimento de suas potencialidades, com o objetivo de melhorar seu desempenho escolar e inseri-los no circuito de bens, serviços e riquezas sociais, devem ser trabalhados nas atividades da jornada ampliada, tendo sempre o núcleo familiar, a escola e a comunidade como referências*. E ainda: *em nenhuma hipótese podem ser desenvolvidas atividades profissionalizantes ou ditas 'semi-profissionalizantes' com as crianças e adolescentes do PETI*. Quanto à participação da Escola no PETI, *o Programa deve intervir, junto às famílias, particularmente no sentido de propiciar o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso das crianças e dos adolescentes na escola, retirando as mesmas do mundo do trabalho*.

Com relação ao Controle Social do PETI, ou seja, do estabelecimento das instâncias da sociedade que vão orientar e fiscalizar o cumprimento da política de erradicação do trabalho infantil, a cartilha orienta que *a mobilização da sociedade, comprometendo-a com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, por meio da remoção dos fatores indutores do engajamento no trabalho precoce, é fator relevante para o êxito do Programa*. *A participação da sociedade será concretizada por meio dos Conselhos de Assistência Social, dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e das Comissões de Erradicação do Trabalho Infantil, das quais*

*farão parte membros dos demais Conselhos Setoriais, viabilizando o controle social e a participação comunitária.*

Para que o PETI seja implantado em um município, deve ser estabelecida a Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, por meio de decreto do prefeito ou portaria do gestor de assistência social, após aprovação no Conselho Municipal de Assistência Social. A Comissão é formada por diversos membros da sociedade civil, relacionados à questão da problemática do trabalho infantil, e deve reunir-se mensalmente.

*As atribuições da Comissão são:*

- contribuir para a sensibilização e mobilização de setores do governo e da sociedade em torno da problemática do trabalho infantil;*
- participar, juntamente com o órgão gestor estadual da Assistência Social, na definição das atividades laborais priorizadas e do número de crianças e adolescentes a serem atendidos por município;*
- acompanhar o cadastramento das famílias, sugerindo, em conjunto com o órgão gestor, critérios complementares para a sua seleção;*
- validar, em conjunto com o órgão gestor, os cadastros das famílias a serem beneficiadas pelo PETI nos municípios;*
- interagir com os diversos programas setoriais de órgãos ou entidades executoras de políticas públicas que tratem das questões das famílias, das crianças e dos adolescentes, visando otimizar os resultados do PETI;*



- *recomendar a adoção de meios e instrumentos que assegurem o acompanhamento e a sustentabilidade das ações desenvolvidas no âmbito do Programa;*

- *denunciar aos órgãos competentes a ocorrência do trabalho infantil;*

- *contribuir para o levantamento e a consolidação das informações, subsidiando o órgão gestor da assistência social na operacionalização e na avaliação das ações implantadas.*

Em Fazenda Rio Grande, a Comissão é formada por oito membros titulares e oito suplentes, representando os seguintes segmentos:

1. Gerência Municipal de Educação
2. Gerência Municipal de Obras
3. Gerência Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho
4. CADI – Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral
5. Conselho Tutelar
6. Famílias do PETI
7. APAE – Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais
8. Gerência Municipal de Saúde

A Cartilha do MDS informa que a sociedade participa da política de erradicação do trabalho infantil por meio dos Conselhos de Assistência Social, Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselhos Tutelares, Comissões Municipais e Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil e Fóruns Nacionais de Prevenção e Erradicação do

Trabalho Infantil. É interessante observar que, na maioria dos casos, não há assento para representantes das famílias do PETI na composição dos Conselhos e Comissões que operacionalizam uma política que se supõe mobilizadora e geradora de transformações sociais.

O Programa pressupõe também o monitoramento e a avaliação dos resultados, definido-o como *um processo de aprendizagem social, devendo ser partilhado pelos diversos atores que compõem a sua rede*. Preconiza-se, aqui, avaliações por amostragem para detectar as mudanças desejadas, que devem ser acompanhadas por meio de indicadores de impacto (sem se dizer quais seriam eles).

Em relação à proposta de um Programa de geração de renda para as famílias do PETI, a cartilha do MDS afirma que *o programa objetiva criar mecanismos estruturados e sustentáveis para facilitar o acesso ao mercado de trabalho da população inserida do PETI, por meio de qualificação, requalificação e acesso a microcréditos para que possam iniciar e/ou fomentar seu negócio e também incentivar o cooperativismo e o associativismo, tendo em vista as transformações do mercado de trabalho. Com isso, espera-se a inserção social das famílias inseridas no PETI, que estão excluídas dos mecanismos comuns de formação profissional, do acesso ao crédito e do processo de produção e consumo de bens, contribuindo para a redução das desigualdades sociais*.

A Cartilha do MDS afirma que, no âmbito da geração de emprego e renda, *o estabelecimento de parcerias em agentes públicos ou privados deve garantir ações de caráter intersetorial, principalmente no que diz respeito à oferta de programas e projetos*

*de geração de trabalho e renda e concretizadas durante o período de execução do PETI. Essas atividades adquirem a mesma importância das ações destinadas às crianças e aos adolescentes e serão desenvolvidas já nas etapas iniciais de implantação do Programa.*

Em nível federal, o PETI firmou parceria com o PRONAGER – Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda, cuja metodologia permite a capacitação de pessoas de baixa qualificação profissional e escolaridade, objetivando gerar ocupação produtiva e renda aos chamados “excluídos” sociais. Segundo a Cartilha do PETI, *o PRONAGER parte da capacitação das pessoas desempregadas e/ou subempregadas, para sua organização em empresas, associações e cooperativas de produção de bens e/ou serviços, com competitividade no mercado. A parceria com o PETI permite o acesso prioritário das famílias das crianças e adolescentes ao PRONAGER, de modo a possibilitar a inserção econômica e social das mesmas, contribuindo para a superação de sua situação de pobreza.*

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a fazer parte do IPEC – Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil, da Organização Internacional do Trabalho.

Para a nossa análise, é importante reforçar ao menos três noções implícitas no marco legal referente à política de erradicação do trabalho infantil: em primeiro lugar, a *dicotomização entre o mundo da escola e o mundo do trabalho*. Estes dois universos constituem mundos completamente não intercambiáveis. O pano de fundo que sustenta

esta ideologia é a perspectiva voltada para o futuro dentro de uma orientação baseada no mercado, que vê na escola a sementeira para um futuro melhor para as crianças. A atividade laboral seria um obstáculo ao desenvolvimento da criança, especialmente em relação à formação para o mercado de trabalho. A esfera econômica, portanto, “achata” a esfera da família, ditando o seu ordenamento moral.

Em segundo lugar, o *ideário “emancipatório”*, que coloca o desejo de ascensão social, próprio das classes médias urbanas, como um valor a ser perseguido. Mais tarde veremos que esta ideologia não se coloca de maneira óbvia entre a população estudada, como supostamente se imaginaria na idéia de senso comum. Ainda de forma mais significativa, não se coloca nos mesmos termos e utilizando-se das mesmas estratégias daqueles que observam e tiram conclusões de “cima para baixo”.

Em terceiro lugar, percebe-se uma *naturalização da noção de família*, cujos laços precisam ser fortalecidos pelo Estado. A família, naturalmente constituída, mas fragilizada pela pobreza, precisaria ter suas relações garantidas e consolidadas por políticas públicas. A noção implícita é que crianças do trabalho infantil pertencem a famílias cujos laços são fracos ou efêmeros em seu seio, e que estas famílias são oriundas das camadas populares.<sup>34</sup>

Apesar de todo o aparato legal, 5,48 milhões de crianças e adolescentes trabalham no Brasil, segundo dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de

---

<sup>34</sup> Em recente dissertação de mestrado SNIZEK (2008) mostra que o ECA traz uma afirmação implícita e que nunca é problematizada, de que as medidas de proteção à infância são aplicadas às crianças e adolescentes provenientes das camadas de baixa renda.

Domicílios, divulgados em abril de 2003. Ainda de acordo com a pesquisa, cerca de 1 milhão não estudam e 4,4 milhões conciliam trabalho e escola.

### 2.3 RELAÇÕES FAMILIARES E PROJETOS DE VIDA: O DISCURSO ANTROPOLÓGICO

Observa-se no país, em termos de políticas sociais, uma recente revalorização da centralidade da família na formulação e execução dos programas. “A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando”. (FERRARI; KALOUSTIAN, 2004, p. 12) <sup>35</sup> O ressurgimento da família como central na formulação e execução de políticas públicas “reflete ainda uma certa consciência do esgotamento da opção – quase única – pelo indivíduo, centro da atenção pública”. (CARVALHO, 2004, p. 96). Considerando que, no entanto, a moderna sociedade ocidental marca “a expressão mais aguda da fragmentação e da individualização”, ou seja, aquela em que “aparecem com maior peso ou dominância as instâncias de individualização”, a partir da focalização do indivíduo biológico como unidade significativa e em torno do qual se desenvolve um sistema de relevâncias” (VELHO, 1995, p. 82-83), torna-se significativo, em consonância com a análise

---

<sup>35</sup> Alguns autores mencionados neste capítulo, como Ferrari, Kaloustian, Carvalho e Neder, provenientes do campo do Serviço Social, da História e de organizações internacionais como o UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância, por exemplo, trazem uma contribuição importante ao sublinhar a importância da matricialidade sócio-familiar e dos aspectos culturais nas concepções de políticas relacionadas com famílias.

usualmente conferida aos pobres urbanos de atrelarem os seus projetos de vida à rede de relacionamentos que constitui a família pobre, pesquisar esta *rede de significados* (GEERTZ) tal qual percebida pelos pobres urbanos, quer seja ela afirmada ou não.

O SUAS - Sistema Único de Assistência Social, configurando-se a nova política de Assistência Social, seguindo esta tendência, nasce com uma lógica de transferência do foco do atendimento do indivíduo para a família, cuja centralidade para a concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos é diretriz básica da Política Nacional de Assistência Social. Um dos eixos estruturantes do SUAS é a matricialidade sócio-familiar, ou seja, o reconhecimento da família como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa ser também cuidada e protegida. No entanto, reconhece que é preponderante considerar que “as novas feições da família estão intrínseca e dialeticamente condicionadas às transformações societárias contemporâneas, ou seja, às transformações econômicas e sociais, de hábitos e costumes e ao avanço da ciência e tecnologia. O novo cenário tem remetido à discussão do que seja a família.” (ARNS, 2005, p. 59)

LÉVI-STRAUSS afirma que, entre os etnólogos, há a tendência mais geral de “admitir que a vida de família existe no conjunto das sociedades humanas, mesmo naquelas onde os costumes sexuais e educativos parecem os mais afastados dos nossos” e que há uma inclinação para a opinião de que “a família, baseada na união mais ou menos duradoura, mas socialmente aprovada, de dois indivíduos de sexos diferentes que fundam

um lar, procriam e educam os seus filhos, aparece como um fenômeno praticamente universal, presente em todos os tipos de sociedades” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 71). No entanto, esta abordagem simplista peca pelo excesso, ao ignorar regimes alternativos de organização familiar, regimes estes que até mesmo aparecem sob a forma embrionária nas nossas sociedades modernas (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 72). Considerando esta diversidade atestada empiricamente “seria errado, pois, abordar o estudo da família com um espírito dogmático” (LÉVI-STRAUSS, 1983, p. 75). Ainda acerca das múltiplas possibilidades dos arranjos familiares, Lévi-Strauss mostra os casos de famílias domésticas, entendidas como “famílias extensas” adotadas em diversas regiões (*joints families*), e que, tal como existe nas nossas sociedades, a família conjugal não é, pois, a expressão de uma necessidade universal nem está tampouco inscrita no âmago da natureza humana” (LÉVI-STRAUSS, p. 83).

FONSECA (2005) reforça esta idéia ao criticar a noção de “modelo dominante e suas variantes” de família, afirmando que, “apesar de décadas de pesquisa demonstrarem uma realidade empírica e ideológica diversificada, ainda há uma tendência de falar em ‘a família’ no singular”. Desde Morgan, que em sua época apresentou o estudo do desenvolvimento dos tipos familiares em 15 estágios de uma evolução como condição natural e necessária, a antropologia tem se debruçado sobre a diferença, sobre a alteridade que é a sua própria razão de ser (KUPER, p. 62-63).

LÉVI-STRAUSS também enfatiza as preocupações de ordem econômica, e não sexual, como primordiais ao casamento e, por conseguinte, à constituição das famílias,

através da divisão sexual do trabalho. Esta divisão se faz a partir da complementaridade sexual, sendo homem e mulher oriundos de famílias diferentes. O sexo natural, a atração e a relação sexual subordinam-se, pois à ordem social. Com relação ao sistema de parentesco, para Lévi-Strauss (1982), o estudo das terminologias não esgota a sua compreensão – é preciso também conhecer o sistema de atitudes, ou seja, a etiqueta das pessoas, como elas se portam. Lévi-Strauss critica Radcliffe-Brown na concepção da idéia de que a família biológica constitui o ponto a partir da qual toda a sociedade elabora o seu sistema de parentesco. Reconhecendo a presença da família biológica de forma universal na sociedade humana, no entanto, para ele, “o que confere ao parentesco o seu caráter de fato social não é o que ele deve conservar da natureza: é o procedimento essencial pelo qual se separa dela. Um sistema de parentesco não consiste nos elos objetivos de filiação ou consangüinidade dados entre os indivíduos; só existe na consciência dos homens, é um sistema arbitrário de representações, não o desenvolvimento espontâneo de uma situação de fato”. Para Lévi-Strauss, “o que é verdadeiramente elementar não são as famílias, termos isolados, mas a relação entre estes termos. Nenhuma outra interpretação pode explicar a universalidade da proibição do incesto, da qual a relação avuncular, em seu aspecto mais geral, é somente um corolário”. Nas escolhas de casamento, portanto, a liberdade é uma ilusão. Conforme afirma no estudo dos mitos, aqui também, para o estruturalismo, o pensamento é sempre conduzido pelos mesmos imperativos. A passagem da natureza para a cultura é constituída com a regra universal da proibição do incesto, que particulariza o ser humano. Para Lévi-



Strauss, a ausência de regra caracteriza o critério mais seguro para diferenciar um processo natural de um processo cultural. Portanto, ao estado de natureza, caracterizado pela ausência de regra, opõe-se o domínio da cultura, por sua vez, caracterizado pela presença da regra. Nesse sentido, a proibição do incesto seria a primeira regra, aquela que fundamenta a cultura, “o processo pelo qual a natureza se ultrapassa a si mesma, acende a faísca sob a ação da qual forma-se uma estrutura de novo tipo, mais complexa, e se superpõe, integrando-as, às estruturas mais simples da vida psíquica, assim como estas se superpõem, integrando-as, às estruturas, mais simples que elas próprias, da vida animal. Realiza, e constitui por si mesma, o advento de uma nova ordem”. Na análise do tabu do incesto, a endogamia / exogamia não são suficientes para explicá-lo. Ele constitui-se no momento em que a natureza ultrapassa a si mesma, o espaço, segundo as palavras do próprio Lévi-Strauss, em que “se coloca a dobradiça da porta”, não sendo caracterizado por um momento histórico específico, mas por uma autoridade, uma regra lógica, não histórica. A proibição do incesto não é apenas uma interdição. “Ao mesmo tempo que proíbe, ordena. A proibição do incesto, como a exogamia que é a sua expressão social ampliada, constitui uma regra de reciprocidade. A mulher que nos recusamos e que nos é recusada já com isso se oferece”. “A partir do momento em que proíbo a mim mesmo o uso de uma mulher, que com isso passa a ser disponível para um outro homem, há, em algum lugar, um homem que renuncia a uma mulher que, por esse fato, torna-se disponível para mim. O conteúdo da proibição não se esgota no fato da proibição. Esta só é instaurada para garantir e fundar, direta ou indiretamente, imediata ou mediatamente,

uma troca”. Na questão da relação entre o tabu do incesto e a formação da família, Lévi-Strauss afirma: “nada seria, pois, mais falso do que reduzir a família à sua base natural. Nem o instinto da procriação, nem o instinto maternal, nem os laços afetivos entre marido e mulher e entre pais e filhos, nem a combinação de todos estes fatores o explicam. Por muito importantes que eles sejam, estes elementos não poderiam, por si sós, dar nascimento a uma família, e isto por uma razão muito simples: em todas as sociedades humanas, a criação de uma nova família tem como condição absoluta a existência prévia de duas famílias, prontas a fornecer, uma, um homem, outra uma mulher, de cujo casamento nascerá uma terceira família, e assim indefinidamente. Por outras palavras, o que diferencia o homem do animal é que, entre os humanos, uma família não poderia existir se primeiro não houvesse uma sociedade – pluralidade de famílias que reconhecem a existência de laços além dos da consangüinidade – e que o processo natural da filiação não pode seguir o seu curso senão integrado no processo social da aliança”. Para ele, “haveria dificuldade em conceber o que poderia ser uma organização social elementar sem lhe dar por alicerce a proibição do incesto”. Com relação à idéia de casamento como aliança no sentido de proporcionar meios para a sobrevivência econômica, Lévi-Strauss enfatiza as preocupações de ordem econômica, e não sexual, como primordiais ao casamento e, por conseguinte, à constituição das famílias. Conforme deixa claro em “O Olhar Distanciado” (1983), para ele, “regra geral, as preocupações de ordem sexual intervêm pouco nos projetos matrimoniais. Pelo contrário, são as de ordem econômica, que desempenham um papel de primeiro plano, pois é sobretudo a divisão do trabalho

entre os sexos que torna o casamento indispensável. Ora isto tanto acontece com a divisão sexual do trabalho, como com a família: esta também assenta mais sobre um fundamento social do que sobre um fundamento natural”. Em “As Estruturas Elementares do Parentesco” (1982) Lévi-Strauss afirma, da mesma forma, que, “como foi frequentemente observado, o casamento, na maioria das sociedades primitivas (assim como também – mas em menor grau – nas classes rurais da nossa sociedade), apresenta uma importância completamente diferente, não erótica, mas econômica”. Nesses grupos a satisfação das necessidades econômicas repousa inteiramente sobre a sociedade conjugal e sobre a divisão social do trabalho entre os sexos. “Não somente o homem e a mulher não têm a mesma especialização técnica, dependendo, portanto, um do outro para a fabricação dos objetos necessários às tarefas cotidianas, mas dedicam-se à produção de tipos diferentes de alimentos. Uma alimentação completa, e sobretudo regular, depende por conseguinte desta verdadeira “cooperativa de produção” que constitui uma família”. Esta idéia do casamento como “negócio” aparece claramente em inúmeras citações e exemplos, explicitando a equiparação das mulheres aos bens, de um lado escassos e de outro essenciais à vida do grupo. Para Lévi-Strauss, o casamento constitui um conjunto de obrigações recíprocas de caráter total, econômico, sexual, jurídico e social. A divisão do trabalho institui, portanto, um estado de dependência recíproca entre os sexos, e “a maior parte das sociedades não estabelecem entre família e sexualidade esta ligação íntima que se firmou na nossa”.

A família se assentaria, portanto, mais sobre o fundamento social do que sobre o fundamento natural. “Parte-se, portanto, da idéia de que não existe, histórica e antropológicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar; não existe a família regular. Pensar as famílias em forma plural pode significar uma construção democrática baseada na tolerância com as diferenças, com o Outro” (NEDER, 2004, p. 28). “Pensa-se a necessidade de valorização das famílias enquanto *locus* de produção de identidade social básica para qualquer criança, tendo em vista a formação de uma cidadania ativa. A construção desta identidade, individual e coletiva, deve, contudo, passar pela tolerância com a diversidade humana. Vale dizer, pelo exercício da capacidade de, ajustando melhor o foco das nossas lentes, sermos capazes de, em primeiro lugar, enxergar as diferenças étnico-culturais presentes na sociedade brasileira; em segundo, há que se respeitar politicamente tais diferenças. Dito de outro modo: pode-se experimentar evitar paradigmas de *família regular X família irregular*, naturalizando, especialmente, a idéia de família nuclear ocidental e burguesa.” Haveria, portanto, uma concepção implícita por parte das políticas públicas de que família “regular” é a família das classes médias, e que as famílias das classes populares seriam “irregulares”.

O trabalho realizado em Fazenda Rio Grande, confirmando esta análise, permitiu que fossem encontrados os mais diversos arranjos familiares. “Sem dúvida, o conjunto de atributos ideológicos, políticos e psicológicos que circundam a idéia de família irregular desfaz, na essência, qualquer tentativa de valorização das famílias das classes populares, por maiores e mais sinceras que possam ser as intenções de ajuda (e valorização) dessas.

Isto porque já se parte de uma definição *a priori*. Quando é proposto um novo olhar, com especial atenção aos aspectos históricos e culturais, está-se buscando uma saída para armadilha ideológica de se caracterizar a família nuclear como a “correta” e “natural”. Uma boa política social para as famílias das classes populares (geralmente pobres) deve, portanto, respeitar política e ideologicamente as diferenças, se almeja alguma eficácia” (NEDER, 2004, p. 44-45). Segundo FERRARI; KALOUSTIAN (2004, p. 14):

“A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares.”

Dentro do princípio da matricialidade sócio-familiar, constituinte do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, já se reconhece que um dos grandes desafios das políticas públicas voltadas para as famílias consiste em “aprender a respeitar os projetos de vida das famílias, através de uma relação dialógica criativa”. (TAKASHIMA, 2004, p. 90).

Avaliando a questão da troca-dávica no universo das relações familiares, no entanto, WOORTMANN (1987), citado por SARTI, salienta que “o fato importante é a ausência de cálculo de dívida explícito”. “É precisamente a falta de *interesse* que marca

as relações familiares, na medida em que o interesse constitui uma categoria fundamentalmente individualista, em oposição à noção de *necessidade*, utilizada pelos pobres como critério para definir a obrigação de ajuda. A pessoa ajuda quem *tem precisão*, na certeza de que será ajudada quando chegar a sua hora. Não se trata, portanto, de um dar e receber imediatos, mas de uma cadeia difusa de obrigações morais, em que se dá na certeza de que de algum lugar virá a retribuição” (p. 86). CAILLÉ, nesta mesma linha, afirma que, no interior da sociedade, ao contrário da esfera do político, onde domina o dom agonístico (onde há rivalidade para dar), “entre os próximos e os parentes, domina o dom-partilha”, que é definido por ele mesmo como aquele que é dado sem rivalizar (2002:147). Como veremos, as crianças “trabalham” na lógica estatal, mas não trabalham na lógica nativa: trazem para dentro de casa uma “ajuda” para a família que precisa sobreviver.

Segundo OLIVEN (op.cit.), “a noção de rede de relações sociais, utilizada por antropólogos em outros contextos, adquire uma importância fundamental para analisar o dia-a-dia das populações urbanas marginais ou de baixa renda, bem como de outros setores sociais” (p. 33). Analisando as conclusões da pesquisa realizada por VELHO em camadas médias urbanas de Copacabana, OLIVEN (1985) afirma que “os resultados de pesquisa indicam que, ao contrário da previsão de que a urbanização implicaria no *enfraquecimento dos laços de parentesco e no declínio do significado social da família*, ela é uma instituição de grande relevância no meio urbano da América Latina”. Constatou-se que a urbanização só fazia aumentar, e não diminuir, os laços extensos de

família, e que esta continuava desempenhando importantes funções, tanto para migrantes quanto para não-migrantes. Há, portanto, um sistema de obrigações recíprocas que orienta a dimensão simbólica de família e ajuda a orientar, do ponto de vista do nativo, *o que é família*. Família passa a ser uma rede de pessoas unidas pelas obrigações de dar, receber e retribuir, caracterizando o que pode ser chamado de “família extensa”.<sup>36</sup>

Nessa mesma linha, e fortalecendo a noção de família como unidade de produção e consumo, DURHAM, estudando os migrantes de São Paulo na década de 80, afirma que “o sucesso da migração não parece ser visto como decorrente do tipo de ocupação, mas antes do nível de consumo. E este, evidentemente, se apresenta como nível de vida da família, isto é, não do indivíduo considerado isoladamente” (p. 209).

---

<sup>36</sup> Para Godbout, “é a lealdade que constitui o princípio básico da esfera doméstica”(1999:33). A expressão da dívida na esfera familiar, para o autor, seria aquela que mais se aproxima da idéia descrita pelos etnólogos, já que nela está mais presente a noção de obrigação, fruto da menor possibilidade de rompimento dos laços do que em outras situações. “A família, aliás, se fundamenta ela própria numa dívida: a união de dois estranhos para formar o núcleo daquilo que será o lugar menos estranho, o lugar da própria definição daquilo que não é estranho: a família. Esse encontro entre dois estranhos que produz o núcleo da família é o “centro” incontornável da relação de dívida, o ponto onde explode toda tipologia, o impensado do vínculo social, o ponto cego, o lugar da transmutação, o lugar do “nascimento”, de aparecimento do vínculo social, e não apenas biológico, como no vínculo entre pai e filho. A transmutação de um estranho em familiar é o fenômeno básico da dívida, que permite em seguida a reciprocidade e o mercado, mas que permite sobretudo à sociedade perpetuar-se como sociedade (e não apenas como família), renovar-se renovando a aliança em cada “geração”. Encontramos, portanto, o estranho no lugar onde menos o esperaríamos: no centro das relações pessoais, como fundamento da própria esfera doméstica”(1999:41). Para o autor, na lógica das relações familiares, “o útil, o necessário, o gratuito, o ritual aí se misturam alegremente (ou dramaticamente), numa rede de ligações inextrincáveis que constitui um sistema de dívidas que não pode ser nem depurado de seus aspectos utilitários, nem reduzido a estes últimos”( 1999:61). Relações familiares bem-sucedidas teriam em comum o fato de seus membros se sentirem “devedores” um em relação aos outros. Um dos patamares que pode ser destacado para o estudo da circulação da dívida na família, segundo o autor, refere-se “aos serviços prestados, os favores, os inúmeros gestos cotidianos realizados pelos membros da rede em benefício de outro membro, a pedido deste ou não”(1999:63).

FONSECA (1995) argumenta que há uma coletivização das responsabilidades pelas crianças dentro do grupo de parentesco, caracterizando uma “circulação de crianças”. Essa prática, mesmo quando temporária, é compatível com a lógica das obrigações morais que caracteriza a rede de parentesco em camadas populares de periferia. Isso se evidencia claramente quando a autora mostra que, quando a mãe dá para criar o seu filho ou a sua filha pode exigir uma retribuição, por ter renunciado às suas prerrogativas de mãe em benefício do bem-estar dos filhos, por algum motivo. Da mesma forma, a mãe “adotiva” também se julga merecedora de retribuição pelos serviços prestados. A criança e os cuidados a ela prestados podem ser vistos, então, como dádiva, o que estabelece a possibilidade de uma reivindicação de retribuição, abrindo espaço para relações de obrigação entre as pessoas que deram e receberam a guarda das crianças. O resultado é uma relativização das categorias “pai” e “mãe”, e, por conseguinte, “família”. Família passa a ser uma rede de pessoas unidas pelas obrigações de dar, receber e retribuir.

Definimos aqui “família extensa” como a família que ultrapassa os limites da casa, ou seja, a rede mais extensa de apoio e proteção mútuos concebida mediante as obrigações recíprocas, especialmente quando se frustram os papéis do “pai” e da “mãe” claramente definidos pela moral familiar. Nesse sentido, família seria, para os pobres urbanos, “aquele em que se pode confiar” (SARTI, p.85), não se limitando a um grupo genealógico ou a um grupo de pessoas que habita em um *locus* específico constituído pelo domicílio. Sociologicamente, o que define, portanto, a extensão da família é a rede



de obrigações que se estabelece, ou seja, aqueles que entram no círculo de obrigações de dar, receber e retribuir. Segundo a autora, “a noção de *obrigação* torna-se central à idéia de parentesco, sobrepondo-se aos laços de sangue” (pág. 85). Como fato social total, o sistema da troca-dáviva configura-se como elemento constituinte daquilo que estamos chamando de “família extensa” fundamentando-a e estruturando suas relações. O princípio da reciprocidade se coloca a tal ponto como norteador de valores relativos à família, que está na base da distinção entre os projetos de *melhorar de vida* e de *subir na vida*, já que este último significaria um rompimento com a pertinência ao grupo social de origem, onde a reciprocidade opera. A etnografia de ZALUAR (1985) confirma esta tendência: “a igualdade é ao mesmo tempo ciosamente buscada e patrulhada na trama da sociabilidade local. Os que querem se destacar com hábitos de classe superior, ‘os presepeiros’, são alvos de sanções e de comentários críticos. O comportamento dos dirigentes de suas organizações é objeto de controle, certamente exercido em canais ‘informais’ para denunciar qualquer manifestação de desprezo pelos pobres e de identificação ou exagerada deferência para com os socialmente superiores (...). As mudanças mais notáveis nos seus hábitos e melhoria nas suas casas são extremamente comentadas na vizinhança, em geral com a desconfiança de que a nova prosperidade se deve à apropriação clandestina dos fundos da organização ou ao uso do cargo de diretor para ‘visar apenas o seu lado’, enriquecendo, subindo de nível social e esquecendo-os (...). A igualdade social que se manifesta, não na idéia abstrata de que ‘somos todos iguais perante a lei’, mas no jeito de falar, de vestir, no respeito que se mostra pelos

outros, é, portanto, um valor social (...). Tudo indica que existam, portanto, mecanismos sociais que criam obstáculos à diferenciação social entre eles (...). Qualquer sinal de diferenciação é considerado traição” (p. 124-125). Isso foi confirmado nos dados da nossa pesquisa introdutória, quando do início de operacionalização do Projeto Família Cidadã: em resposta à questão quanto aos sonhos e projetos de futuro, boa parte dos entrevistados não conseguiu se posicionar claramente em relação a esta questão. A resposta mais utilizada referia-se apenas a “melhorar” (26,27 % dos entrevistados), sem que houvesse uma maior especificidade. O projeto de *melhorar de vida*, portanto, englobaria o grupo familiar em seu conjunto, constituindo-se em fator primordial para a existência da periferia urbana, consequência do processo migratório originado por este projeto (SARTI, 2005, p. 31).

ZALUAR (1985), comentando a noção de família extensa, também coloca que “parece que o processo de extensão da família nuclear dá-se através da inclusão dos membros mais jovens e dos mais idosos da rede de parentesco, justamente aqueles que precisam de mais proteção e cuidado” (p. 99). Resumindo a análise feita por SARTI em sua pesquisa entre pobres da periferia paulistana, vemos que a família, em nossa argumentação, constitui-se como “um tipo de relação, na qual as obrigações morais formam a sua base. A família como ordem moral, fundada num dar, receber e retribuir contínuos (as três obrigações fundamentais) torna-se uma referência fundamental, uma linguagem através da qual os pobres traduzem o mundo social, orientando e atribuindo significado a suas relações dentro e fora da casa.”

DURHAM (op.cit.) já apontava o fato da unidade doméstica e o grupo de parentes próximos constituir a célula fundamental da vida social. Formando uma unidade de produção e consumo, a família e o universo simbólico gerado a partir dela, dão sentido à lógica que sustenta o ideal do trabalho infantil entre os migrantes: “o fato de que os filhos passam a receber salário quando antes apenas o chefe de família era remunerado, é visto não como fragmentação da atividade produtiva da família, mas antes como sua multiplicação. Por isso mesmo é que entre os aspectos favoráveis da vida urbana menciona-se frequentemente o fato de que, na cidade ‘há empregos para os filhos’, e ‘as crianças também podem ganhar’”(p. 202). Sobre a importância do trabalho dos filhos para a sobrevivência das famílias migrantes sob o caráter de “ajuda”, diz: “o jovem é integrado na família não apenas como consumidor, mas também como produtor, isto é, ele é levado a assumir a responsabilidade de contribuir para a manutenção da casa. O trabalho dos filhos é, frequentemente, essencial para o equilíbrio do orçamento doméstico, e o processo de socialização da criança é orientado nesse sentido. Assim, a necessidade de ‘ajudar os pais’ impede maior liberdade dos jovens, ao mesmo tempo que o trabalho diminui o tempo livre, e, portanto, a participação nos grupos de convivência extrafamiliares”(p. 206). Em Fazenda Rio Grande, da mesma forma, a família urbana não é vista apenas como uma unidade de consumo, mas também como unidade de produção. Todos ajudam um pouco no sustento da casa<sup>37</sup>, e, neste contexto, como veremos, o

---

<sup>37</sup> A etnografia de Borges (2003), no Recanto das Emas, em Brasília, enriquece grandemente a nossa análise. Num dos casos narrados, a autora constatou a existência, no seio da família, de um “sistema total de solidariedade” entre os seus membros: “o que cada um dos membros obtém na rua é compartilhado dentro do lote” (p. 60)

trabalho (ajuda) infantil é visto como positivo e normal. É uma forma de ajuda e de retribuição.<sup>38</sup>

Ainda em relação à problemática do trabalho infantil, ZALUAR (1985) exemplifica em termos da sua experiência: “encontrei, na grande maioria das famílias entrevistadas, crianças ocupadas (sem serem captadas pelas estatísticas do IBGE), ‘fazendo carroto em feira’, ‘vendendo doce na porta do supermercado’, ‘no Leblon’, ‘nos sinais’ para ajudar a mãe ‘se criando’. Encontrei também filhos menores e maiores e 18 anos que entregavam a maior parte dos seus salários à mãe. Esta também trabalhava onde e como podia, agradecendo a proteção de Deus quando tinha um ‘marido trabalhador’ que ‘não nega serviço’, ‘pega qualquer coisa’ para ‘não faltar comida em casa’ ou um filho bom que entregava seu salário e a libertava do assalariamento” (p. 94). Ao contrário das classes médias, onde o dinheiro ganho pode ser para o indivíduo, nas classes populares a *família* forma uma unidade de consumo. Considerando que a etnografia de

---

<sup>38</sup> Para Godbout, a dádiva por excelência no seio da família constitui-as na relação com os filhos, “dádiva carregada de obrigações que constitui a própria razão de ser da família”. No entanto, o fato desta relação configurar-se na dádiva por excelência não impede que advenha uma série de problemas para a criança. “Somente um deus pode receber sem jamais ter que retribuir. Não há nada mais difícil do que assumir tal dádiva” (1999: 51,52). O autor menciona que, em diversas sociedades, “a criança começa bem depressa a retribuir, produzindo e procriando por sua vez”. “O filho, na sociedade moderna, encontra-se em situação única: de um lado, nunca foi tão bem considerado, porém jamais foi tão ameaçado de se transformar em objeto. Jamais tal relação de dádiva total esteve tão perto de se transformar em relação comercial e jurídica, jamais esse vínculo esteve tão ameaçado pelos direitos dos adultos – a começar pelo de usar o próprio corpo sem obrigação para com os outros – e pela transferência aos especialistas, numa relação de mercado ou estatal, de um conjunto de responsabilidades assumidas anteriormente pelos pais. Os dois movimentos existem: o filho-deus, único ser humano a quem podemos tudo dar sem sermos vistos com suspeita na sociedade atual; o filho-objeto, de quem podemos dispor como quisermos (um pouco como fazemos com os animais domésticos), a quem poderíamos dar muito também, mas de quem poderíamos muito facilmente nos livrar sem obrigação.” (1999:53).

Alba Zaluar foi feita na década de 80, e que de lá para cá ocorreram diversas transformações na estrutura e nos arranjos familiares, uma pergunta interessante que pode ser formulada é: quem assume a condição da categoria *provedor*, ou como ela é resignificada, na ausência dos maridos/homens adultos na casa, já que a ética do provedor das famílias pobres estaria necessariamente ligada à idéia de masculinidade? Nesse sentido, cabe perguntar como a família extensa, ou a rede de laços sociais baseada na reciprocidade, pode ser acionada.

Ainda dentro da peculiar percepção dos pobres urbanos acerca do trabalho infantil em contraposição com a política oficial do Estado, ZALUAR aponta que “não surpreende, portanto, que dentre as reivindicações dos moradores locais mais ouvidas por mim figure em posição de importância crucial a criação de empregos para os jovens e a permissão de trabalho para o menor de 14 anos” (p. 94-95). Da mesma forma, em Fazenda Rio Grande, alguns pais reivindicam a mudança da lei, a fim de que a criança possa ter o direito de começar a trabalhar quando quiser. Em nosso contexto, o trabalho precoce constitui a realidade de vida da grande maioria dos pais, que o relatam como experiência positiva. Graças a ele, pode-se adquirir experiência, independência, “ser dono do próprio nariz”, e tornar possível comprar as primeiras coisas. Além disso, a ele é atribuído um valor moral que tem uma função pedagógica fundamental na vida dos filhos. Como veremos, a etnografia comprovará este ponto central de contraposição entre a visão de mundo nativa e as políticas públicas, caracterizando a tensão entre Estado e Sociedade.

### 3. VIDAS EM CONTEXTO: A VISÃO DE MUNDO NATIVA

A minha vivência como profissional trabalhando entre as famílias pobres de Fazenda Rio Grande ainda não me tinha revelado, até a fase da pesquisa de campo, um visão profunda da visão de mundo dessas pessoas, da sua forma de conferir sentido à vida. Nesse sentido, o alvo de executar uma pesquisa qualitativa se mostrou particularmente desafiador. Por onde começar? Qual será o meu recorte de análise? Cada vez mais eu percebia que era necessário partir para uma descrição densa da população a quem buscava servir, pois dispunha apenas de noções externas e análises quantitativas que poderiam ser direcionadas facilmente ao sabor da minha própria visão de mundo. A análise qualitativa a partir de um mergulho no ponto de vista nativo me permitiria, enquanto executor de políticas públicas, dialogar com a Antropologia. Como antropólogo, dialogar com as políticas.

Levando em consideração que eu buscava contrapor a visão de mundo nativa com a visão do Estado em relação à percepção do trabalho infantil, a partir de uma realidade concreta, resolvi buscar famílias em que de fato o trabalho infantil tivesse sido parte da sua experiência, ou ainda estivesse sendo. Isso porque já estava claro para mim que uma boa parte das crianças e adolescentes do PETI, na verdade, nunca tinham experimentado esta realidade. Muitos deles estão no Programa por virem de famílias economicamente vulneráveis, e nesse caso, a adesão ao Programa, segundo os técnicos da Prefeitura, tinha um cunho meramente preventivo.

Era visível para mim também, que o elo mais forte de ligação entre essas famílias e o Estado, era representado pela relação com os coordenadores locais do PETI. Estes conheciam mais intimamente a realidade das famílias por sua convivência diária com as crianças adolescentes e seus responsáveis, e eram assim reconhecidos pelos beneficiários.

Resolvi então promover uma reunião com os coordenadores do PETI, explicando os objetivos da pesquisa. Após alguns dias, eles me indicaram uma lista de famílias da sua região, as quais haviam, de alguma forma, vivenciado a realidade do trabalho infantil de fato em sua experiência de vida.

A lista apresentada continha os nomes e endereços das pessoas cadastradas como responsáveis pelas crianças do PETI, e representavam o seguinte quantitativo<sup>39</sup>:

PETI Nova Vida (cinco pessoas)

PETI Santa Maria (cinco pessoas)

PETI Santarém (seis pessoas)

PETI Kokubo (seis pessoas)

PETI Marlene Barbosa (quatro pessoas)

PETI Gabriel Sampaio (quatro pessoas)

Além das pessoas apontadas pelos coordenadores, eu já dispunha de nove relatos de história oral de vida, os quais ofereciam material de boa qualidade para análise, coletados entre as alunas dos cursos oferecidos pelo Projeto Família Cidadã.

---

<sup>39</sup> Não recebi informações da coordenação do PETI Jardim Colonial.

Iniciei visitas domiciliares nas casas das famílias apontadas, e, considerando que quase sempre eu era recebido por mulheres, procurei fazer as visitas acompanhado de outra mulher (geralmente a minha esposa). Nas visitas, pude conhecer mais da realidade das famílias e sempre fui muito bem recebido. Coletei todos os relatos e experiências vividas, fazendo um esforço analítico de distanciamento e de classificação.

Comecei a vislumbrar claramente a heterogeneidade das visões de mundo e das experiências de vida, mas trabalhei no sentido de encontrar regularidades, traços culturais comuns e detectáveis diante de uma realidade complexa. A escolha do meu universo de informantes, portanto, não foi aleatória, mas delineou-se a partir de um direcionamento prévio dos técnicos do próprio aparelho estatal a partir dos meus interesses de pesquisa, na busca da maior aproximação possível com a experiência concreta vivida pelos informantes e que era meu objeto de pesquisa.

A partir dessas regularidades, desses traços comuns, e quando algo específico apresentava para mim uma possível chave para melhor apreensão da visão de mundo, busquei aprofundar o contato com algumas pessoas. Em seguida, relato um deles com mais profundidade aqui, o que considero um caso que revela de forma consistente a expressão dessas regularidades num universo de heterogeneidades.



### 3.1 A FAMÍLIA DE SR. CARLOS E DONA JOANA<sup>40</sup>

O conjunto residencial Angico é um grupo de casas bem organizadas espacialmente, na periferia da cidade, construído para abrigar famílias realocadas de áreas de risco de inundação, especialmente a Vila Aquário, área de ocupação irregular que praticamente avançava às margens do Rio Iguaçu e era palco de constantes enchentes. Em 2005, a prefeitura municipal fez um esforço de cadastramento dessas famílias, transferindo-as para o Angico, no bairro Santa Terezinha, que fica distante da área de ocupação original. Cada família contribui com uma pequena quantia mensal pelo imóvel. As casas apresentam um aspecto ordenado, sendo, originalmente, todas iguais e dispostas linearmente. Atualmente, muitos moradores já modificaram o aspecto original das residências, aumentando a área construída dos imóveis. As ruas permanecem em estado precário, todas de terra e esburacadas. Muitos dos moradores locais são catadores de recicláveis, o que se observa em depósitos de lixo reciclável nas proximidades. O local fica bem próximo ao barracão do PETI Kokubo, e diversas crianças da comunidade participam do Programa.

Cada casa tem um jardim, uma pequena varanda na frente, uma sala-cozinha e dois quartos pequenos. Ao final de uma das ruas fica a casa do Sr. Carlos e dona Joana.

A casa do Sr. Carlos e Joana tem uma boa aparência, com um jardim com flores plantadas à frente. No interior da casa, nas paredes, há diversos quadros, adesivos e

---

<sup>40</sup> Os nomes dos informantes foram alterados, unicamente por estarem relacionados com situações específicas de conflito com o Conselho Tutelar e a determinação da legislação.

adereços com símbolos religiosos. No quintal estão dispostos os produtos para serem reciclados, mas de forma razoavelmente organizada. Há também uma horta de mandioca no quintal, ao lado dos produtos reciclados.

Na casa vivem Carlos (67 anos), Joana (34 anos), e os três filhos: Leandro, de 13 anos, Alessandra, de 11 e Michele, de 9 anos de idade. Os três filhos são do casal, que vive juntos há 13 anos. Ambos vêm de outras relações anteriores e possuem filhos delas. Sr. Carlos tem três outros filhos e Joana tem mais uma filha.

A infância do Sr. Carlos foi caracterizada pela circulação nas casas de parentes. Com o falecimento da sua mãe quando ele ainda era uma criança, acabou sendo cuidado ora pelo pai e madrasta, ora pela irmã. Quando completou a maioridade fugiu de casa pra se livrar dos maus-tratos da madrasta.

Nascido no interior de São Paulo, trabalhou na roça e como tropeiro, migrando para a capital do Paraná em busca de uma vida melhor. Nunca estudou.

Joana, da mesma forma, nunca estudou, pois desde cedo teve que trabalhar na roça. Ela não foi capaz de relatar a própria idade, que foi informada pelo Sr. Carlos.

Sr. Carlos e Joana se matricularam no curso de alfabetização oferecido pela prefeitura municipal na escola próxima do bairro, mas o Sr. Carlos desistiu, alegando que não pode deixar a casa sozinha à noite. Apenas Joana permanece no curso.

A família de Joana, da mesma forma, morava no interior do estado do Paraná, migrou de uma realidade rural a fim de tentar a vida na região metropolitana. Ambos passaram primeiramente por Curitiba antes de se radicarem em Fazenda Rio Grande.

A ida do Sr. Carlos para a Fazenda Rio Grande deveu-se ao fato de que lá já morava um grupo de parentes e amigos que facilitaram a adaptação à nova realidade, oferecendo uma oportunidade de trabalho. Sr. Carlos começou a trabalhar cavando poços. Nesta fase, Sr. Carlos morou em várias casas. Da mesma forma, Joana já tinha irmãos morando no município, facilitando o processo de adaptação. Ambos se conheceram na Fazenda. Sr. Carlos morava sozinho quando conheceu Joana:

Sr. Carlos: *“Eu tava precisando de arrumar uma muié aí para trabalhar comigo e limpar casa aí, um cuidar do outro aí. Aí ela largou do outro cara porque andava passando fome. Aí nós acertemo”*.

Joana relata que costumava apanhar do antigo marido, que, além de violento, falhava como provedor, deixando que ela passasse fome. Sr. Carlos, ao contrário, trabalhava, e hoje possui aposentadoria que é capaz de prover o mínimo para a casa.

Joana tinha uma filha do primeiro casamento, que foi “tirada” dela quando tinha 2 anos de idade e hoje vive em Canoinhas (SC). Segundo Joana, por persuasão dos parentes, ela foi forçada a “dar” a criança contra a vontade, de “papel passado” para um casal. Ao que parece, a perda da menina deveu-se ao antigo alcoolismo do Sr. Carlos. Joana revela a dor de ter perdido a sua filha, a quem, depois de 12 anos, nunca mais viu. A tia, que mora na cidade de Canoinhas, é por ela responsabilizada de tirar a sua filha e entregá-la para outro casal, e ainda impedi-la de ver a menina.

A história das vidas de Carlos e Joana revela uma constante movimentação em busca de sobrevivência. Após algum tempo em Fazenda Rio Grande, retornaram para o

interior, no município de Cerro Azul, para trabalhar numa chácara, onde, segundo eles, *“trabalhavam que nem cavalo”*, até que decidiram retornar para a Fazenda, indo morar em uma área de ocupação, a Vila Aquário.

Na casa, vive o casal e o três filhos. Todos dormem no mesmo quarto, visto que um dos quartos é utilizado para guardar as coisas da família. Os filhos estão estudando em escolas públicas da cidade. A escola atual, inaugurada recentemente, é vista de forma positiva, em contraste com a anterior, onde, segundo eles, as crianças brigavam e havia confusões com os colegas e professores. As duas filhas estão no PETI, participando do Programa pela manhã e estudando na escola à tarde. Sr. Carlos as leva diariamente ao barracão onde acontecem as atividades do Programa, e que fica a uns 15 minutos de caminhada da sua casa. Leandro está cursando a quinta série, por já ter reprovado algumas vezes.

Carlos e Joana trabalham como catadores de recicláveis. Possuem seu próprio carrinho e o depósito de material é no quintal da própria casa, que permanece abarrotado de materiais coletados. Quase sempre o Sr. Carlos fica em casa, por causa da idade e das dores na coluna e Joana é quem sai para coletar os materiais.

Ambos trabalharam na infância, especialmente na lavoura, o que os impediu de estudar. Joana teve a primeira filha aos 15 anos de idade. O trabalho precoce é visto como um valor positivo, e a saúde para executá-lo com grande importância e uma evidência da bênção divina.

Joana frequenta regularmente há dois anos a Igreja Universal do Reino de Deus, acompanhada esporadicamente por Carlos. A Igreja facilita que as pessoas participem dos cultos, oferecendo um ônibus que recolhe as pessoas da comunidade e os transporta até o templo, que fica no centro da cidade, trazendo-os de volta após o culto.

As crianças ajudam nos serviços domésticos de separação e organização do material coletado, no período da manhã, sob a supervisão do Sr. Carlos, e à tarde vão para a escola. Os três também saem ocasionalmente para coletar lixo reciclável com os pais, mas “*só de vez em quando*” e “*porque eles gostam*”. Alessandra, a filha do meio, quase não sai, porque diz que não gosta.

Além da importância monetária do trabalho de coleta de recicláveis, este também é compensador pelas coisas que se ganha. Na casa, havia uma bicicleta e uma televisão em estado razoável que foram doadas para as crianças por pessoas cujo lixo é coletado por eles.

Não há uma disciplina pré-estabelecida de horário para a coleta nas ruas. As decisões de sair para coletar são tomadas diariamente: se vão sair, a que horas vão, e quem vai. O trabalho de puxar carrinho cansa, é duro e requer disposição. Em uma ocasião, Joana estava no carrinho juntamente com a filha, e uma pessoa da Guarda Municipal de Fazenda Rio Grande abordou-a, dizendo que se ela continuasse com a menina ia chamar a polícia, “*eles iam catar a menina*” e ela perderia a filha. Joana continua levando a filha, que, segundo ela, gosta de sair. O trabalho da menina é visto

como uma “ajuda” que reverte em benefício para ela mesma, já que gosta de tomar leite, comer bolachas e balas.

A renda da família decorre basicamente da aposentadoria do Sr. Carlos e do trabalho de reciclagem. Também são realizados bicos, como carpir um lote, por exemplo. Os bicos permitem pagar a prestação da casa, de R\$ 54,00. O recurso do PETI, correspondente a R\$ 80,00, é apenas uma ajuda e nem sequer é mencionado como “renda”. Ao contrário de algumas noções do senso comum, esse recurso não gera uma “preguiça”, ou uma acomodação. O mundo do trabalho continua com um valor positivo e constantemente são buscadas alternativas de sobrevivência. Há um forte senso de responsabilidade e protagonismo pessoal: “*se a gente não se virar, a coisa perece*”.

No caso da família do Sr. Carlos e Joana, da mesma forma, a sua pobreza não está relacionada à falta de arrojo e de capacidade empreendedora. O seu sonho, no momento, é ter um negócio próprio, montando um comércio na própria residência<sup>41</sup>. Numa das minhas visitas, havia uma quantidade considerável de produtos alimentícios (balas, guloseimas, doces, salgadinhos) estocadas na sala, para serem revendidas. Joana comprava os produtos no centro da cidade e estava começando a revendê-los, com uma margem de lucro de aproximadamente 25%. Mas este é um projeto *familiar*, e não *individual* (como o apresentado pelos cursos profissionalizantes, oferecidos a indivíduos).

---

<sup>41</sup> A nível macrossociológico, dados do PNAD (2006) parecem confirmar a tendência, confirmada pela etnografia, de que, ao contrário de algumas noções de senso comum, o Bolsa Família não traz acomodação ou “preguiça”. Comparando 2004 com 2006, houve ampliação do trabalho entre jovens e adultos beneficiários. Considerando a “pessoa de referência”, a ocupação entre os beneficiários é maior (86,1%) do que entre não-beneficiários (81,8%). Além disso, o crescimento na proporção de empregados com carteira assinada entre 2004 e 2006 aumentou mais entre beneficiários do Bolsa Família do que entre não-beneficiários.

Os sonhos de futuro estão também fortemente relacionados aos filhos: que tenham uma vida melhor, que se casem bem, que se casem com “*alguém de Deus*”.

Os materiais coletados e separados na residência são vendidos a um único atravessador, que repassa o dinheiro diariamente, imediatamente após a pesagem do material. Esse fato é considerado de muita importância, pois é esse recurso diário que garante o sustento da família. O atravessador é visto como uma pessoa de confiança. É mais vantajoso receber menos, mas agora, do que mais, depois. Para eles, não representa um problema ter os materiais coletados armazenados no próprio quintal de casa, ou seja, não são vistos como lixo, mas como recicláveis que geram sustento. No momento, eles estão aguardando a criação da Associação dos Catadores de Recicláveis do município, que está em fase de formação e terá o próprio barracão. Eles estão participando das reuniões para a formação da Associação, que são realizadas por técnicos da prefeitura que trabalham no CRAS – Centro de Referência em Assistência Social da região.

Dos três filhos, dois permanecem no PETI: Alessandra e Michele. Leandro, o mais velho, participou do Programa por algum tempo, tendo sido desligado depois.<sup>42</sup>

O PETI é avaliado positivamente pelos pais, porque lá “*as crianças brincam*”, “*aprendem muita coisa*” e “*pegam um troquinho*”. Mas isso não livra o Programa de críticas. Certa vez, uma das filhas passou mal, o que levou o Sr. Carlos a ir reclamar na

---

<sup>42</sup> As constantes faltas de Leandro ao PETI motivaram uma visita domiciliar de membros da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil, em 2007, o que não alterou o quadro, relatado pelo próprio Sr. Carlos, de desinteresse de Leandro pelo Programa. Atualmente, Leandro está matriculado na Escola Estadual Lucy Requião, na quinta série, tendo poucas presenças em sala de aula.

Ação Social dizendo que a comida que davam para as crianças era estragada. O recurso do PETI é utilizado pela família para comprar comida e gás de cozinha.

Não está claro, para Carlos e Joana, que o Programa tenha condicionalidades: retirar as crianças das situações de trabalho, mantê-las na escola com frequência mínima e participar de programas de geração de emprego e renda. A princípio, o Programa não está associado a qualquer idéia de mudança.

O principal vínculo da família com o Programa é com a coordenadora local, Maria. O trabalho dela é valorizado especialmente porque *“trata as crianças com carinho”*. No início de 2008, a Gerência Municipal de Ação Social determinou a transferência da coordenadora, o que mobilizou os pais a participarem de uma reunião para pedirem que ela permanecesse. A reunião foi convocada pela própria Maria, que aparentemente, tinha o interesse em permanecer. Carlos e Joana estiveram na reunião e votaram pela permanência da coordenadora, mesmo confessando que não tinham entendido direito o conteúdo da reunião e porque estavam lá. Mas ficou claro, em vários momentos, que o seu discurso em relação à questão era o discurso da própria Maria: não queriam uma nova coordenadora.

A mudança da Vila Aquário, onde permaneceram por cerca de 8 anos, para a área de relocação, o Angico, foi vista como muito positiva, porque trouxe mais conforto para a família. Por esta melhoria de vida, o grande responsável e digno de gratidão é Deus. Foi Ele quem preparou a casa para eles. Depois, aqueles que *“lutaram por nós”* (mas a quem eles não sabem nominar).



A relação com o Poder Público local, especialmente representada pela coordenadora do PETI e outros funcionários da prefeitura, é de caráter pessoal. Da mesma forma é concebida a relação com o próprio prefeito, com quem Sr. Carlos me relatou uma conversa que teve. O prefeito, com um mapa na mão, é quem informou os limites do novo terreno, indo pessoalmente ao lote quando fazia uma visita na vizinhança, após solicitação do Sr. Carlos.

Além da ajuda na coleta de recicláveis durante a semana, os filhos costumam sair, especialmente nos finais de semana, para guardar carros e “dançar”<sup>43</sup> em sinais de trânsito. Esta atividade é vista como positiva por duas razões: porque *“trazem alguma coisinha pra casa”*, e porque *“é melhor trabalhar do que roubar”*. Neste caso, o trabalho infantil tem um valor moral positivo que o justifica, um valor pedagógico importante para a formação da criança que reforça a importância do recurso financeiro que agrega. O trabalho, neste caso, socializa e confere dignidade.

O trabalho de guardar os carros e “dançar” nos semáforos é feito em Curitiba, nas imediações do Parque Barigui (inicialmente, começaram na Fonte de Jerusalém, na avenida Artur Bernardes), porque as crianças gostam de ir lá brincar e porque supõem que ali entra mais dinheiro do que se fosse em Fazenda Rio Grande. Essa atividade é importante porque ajuda no sustento da casa, e, além disso, as crianças gostam de ir. Há um lugar fixo no qual costumam ir, mas isso não caracteriza um “ponto”, uma disputa pelo espaço com outras pessoas. O recurso adquirido entra para o orçamento familiar,

---

<sup>43</sup> “Dançar”, termo usado pelas crianças, refere-se a acrobacias e artes circenses que são feitas nos semáforos.

administrado pela unidade doméstica, embora as crianças gastem uma parte com doces e guloseimas. Recentemente, a falta do gás de cozinha para preparar o alimento, fez com que Leandro fosse para a rua e voltasse com o recurso para o gás. É este recurso também que garante a compra das roupas que as crianças pedem.

Leandro costuma sair com um grupo de amigos para guardar carros e “dançar” nos semáforos. Os amigos são crianças e adolescentes do próprio Angico. As atividades realizadas não estão, nem para os pais, nem para os meninos, em oposição à escola, que é vista como “*principal*”. A escola é importante porque dá um futuro melhor, ou seja, só assim que eles podem “*conseguir um serviço melhor*”. A escola costuma ter um valor pragmático e instrumental voltado não para a formação da vida e do caráter, mas para uma melhor inserção no mercado de trabalho, em algum lugar do futuro.

Leandro diz que desistiu do PETI porque o dinheiro demorava a sair, o que o desanimava muito. Mas para ele, as atividades do Programa também não eram relevantes, resumindo-se a brincadeiras para passar o tempo. Essa visão desencadeou o fato de que Leandro gradativamente fosse deixando de freqüentar as oficinas do PETI. As atividades executadas na rua, geralmente aos sábados, para “*juntar um troquinho*” não são vistas pelas crianças como trabalho, mas como um passatempo, uma extensão das brincadeiras que fazem no Parque e que não chega nem a cansar. Não tendo cunho laboral, para eles não faz sentido a noção de erradicação de trabalho infantil associado a esta atividade pelos atores do Poder Público. O recurso arrecadado por eles nessas atividades é bem maior do que o PETI oferece e pode se tornar bastante significativo, o que chega a ser

motivo de orgulho. Algumas pessoas que circulam nos carros costumam gritar palavras de ordem, como “*vai trabalhar*” ou “*vai estudar*”. Mas em geral as pessoas dos carros os tratam com indiferença.

A disposição do filho mais velho em trabalhar e ajudar é vista como muito positiva, em contraposição à atitude da filha do meio, que é “preguiçosa” e não quer ajudar, inclusive com as tarefas domésticas.

A impossibilidade legal do filho mais velho trabalhar é visto por Carlos e Joana como algo errado. O pai já havia tentado, inclusive, fazer a carteira de trabalho do filho, sendo impedido por causa da sua idade. Para ele, se já tivesse a carteira, já poderia ter conseguido um serviço melhor.

Para Carlos, que tenta preservar a sua reputação como provedor capaz e responsável por mobilizar as pessoas da unidade doméstica para o trabalho e administrar a renda, sua família é feliz. Já para Joana, a constante escassez contraria essa visão. As crianças querem dinheiro e não têm. Para ela, “*família feliz é aquela que tem dinheiro para dar para os filhos comerem o que quiserem*”.

Há relatos de conflitos com vizinhos da comunidade<sup>44</sup> e de medo de ser roubado e ter a casa arrombada por eles. A vizinhança é reconhecida como violenta e perigosa. Um dos conflitos relaciona-se com a acusação de roubo feita por um vizinho contra Leandro. O mesmo ocorre em relação aos familiares, a quem Joana responsabiliza o fato

---

<sup>44</sup> O termo “comunidade”, aqui, não aparece como categoria nativa de pertencimento (esse senso de pertencimento não há no Angico), mas simplesmente como local geográfico.

de ter perdido a guarda da sua filha. Os familiares, além de terem interferido neste episódio, são acusados de não ajudar em nada.

A Fazenda Rio Grande, que representa “*a cidade*”, no sentido de “o urbano”, é um bom lugar para se viver. Mas há um saudosismo e uma certa idealização em relação ao passado na roça, onde há fartura e tranquilidade.

Para Carlos e Joana, o trabalho infantil, não interpretado como trabalho, mas como uma ajuda ofertada pelas crianças, é sustentado ideologicamente ao menos por uma dupla razão: em primeiro lugar, pela provisão financeira, já que o recurso proveniente do PETI não é considerado suficiente, e nem ao menos é tido como “renda”, muito embora represente uma ajuda significativa no orçamento familiar. Em segundo lugar, pelo valor moral atribuído a ele, vinculado à disciplina da criança<sup>45</sup> e demarcação entre dignidade e marginalidade. Esta ajuda, tida como um valor positivo, é reafirmada pelos filhos, que não a vêem como “trabalho”, mas como lazer / divertimento. Em tudo isso, como já disse, não há a oposição entre o mundo do trabalho / ajuda *versus* o mundo da escola, sendo ambos valorizados num todo integrado em que não há a dicotomia imaginada pela idéia de senso comum e das classes médias em geral, quando se referem às famílias

---

<sup>45</sup> Interessante deixar claro que a noção de trabalho infantil enquanto um valor positivo na formação moral das crianças e no estabelecimento de uma ordem disciplinar para a formação do caráter não é característica apenas das classes populares. Presenciei o resultado de uma reunião entre integrantes da Comissão Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e da ACINFAZ – Associação Comercial e Industrial de Fazenda Rio Grande (composta por empresários da indústria e do comércio). Os empresários, em sua maioria, defenderam o valor positivo do trabalho infantil e consideraram a lei como inadequada neste aspecto. Vários atribuíam o próprio sucesso pessoal nos negócios ao início precoce no trabalho.

Esta análise também permite reforçar a noção de que, dentro do aparelho do próprio Estado, os significados de trabalho infantil também variem consideravelmente, reafirmando a idéia de que o Estado não constitui um bloco monolítico, mas também está repleto de heterogeneidades internas. Ouvi pessoalmente, de agentes do Estado, a afirmação acerca dos benefícios do trabalho precoce para a formação moral das crianças.

pobres. Esta oposição escola *versus* trabalho, presente também na legislação, não faz sentido para as famílias da mesma maneira, já que estão relacionados não como pares de oposição, mas complementares.

A família do Sr. Carlos e Dona Joana já vivenciara ao menos três conflitos sérios com o Conselho Tutelar. Um deles envolveu uma acusação de roubo, por parte de uma professora da antiga escola, sobre uma das filhas. O caso foi esclarecido em favor da menina, já que o dinheiro apareceu em poder de outro aluno. Outro caso, ocorrido em Curitiba, resultou na detenção das meninas por estarem trabalhando na rua. O próprio Carlos, que estava acompanhando as crianças, foi encaminhado juntamente com elas para a FAS – Fundação de Assistência Social da Prefeitura de Curitiba, onde foram orientados a procurar a Assistência Social de Fazenda Rio Grande, receberam uma cesta básica e foram entregues em casa. Um terceiro caso deveu-se a uma acusação de roubo contra Leandro, feita por um comerciante da região do Barigui. Na FAS, segundo o Sr. Carlos, as crianças foram tratadas com carinho, receberam alimentos e cesta básica. A cesta básica (mencionada com risadas pelos informantes) é a resposta primária do aparelho estatal para a família, tida por miserável e negligente.

Nesses e em outros casos vividos pela família em que foi vítima de preconceito, há um esforço por posicionarem-se, eles e seus filhos, como pessoas honestas, que não roubam, sustentando o seu valor moral e demarcando bem uma fronteira com a contravenção e a marginalidade. Os episódios ocorridos com o Conselho, no entanto, alimentam uma idéia de auto-vitimização e não foram capazes de incutir a noção de

necessidade de alguma mudança ou caracterizar-se como uma intervenção de cunho educativo. Leandro continua indo regularmente aos sábados para as mesmas esquinas, agora com mais um inimigo à espreita, além da própria miséria: o Conselho Tutelar. As meninas mais jovens, no entanto, são instadas a não mais irem para o Barigui, porque, segundo ele, “*não agüentariam correr do Conselho Tutelar*”.

### 3.2 FAMÍLIA, MIGRAÇÃO E CONFLITOS

A partir da minha experiência vivenciada no contato com as famílias pesquisadas, proponho agora uma análise de diferentes aspectos da visão de mundo nativa. Esta análise decorre de um significativo material etnográfico coletado de todas as 30 famílias pesquisadas.

Conforme aponte na análise do marco legal, a legislação, ao afirmar que *a família é o núcleo natural e fundamental da sociedade*, (Cartilha do PETI, seguindo a Portaria 458), naturaliza a noção de família, sem problematizá-la. Embora documentos recentes, extra-oficiais, evoquem a necessidade do respeito aos diferentes arranjos familiares, a noção implícita de família natural está sempre relacionada à família conjugal tradicional: pai, mãe e filhos<sup>46</sup>.

---

<sup>46</sup> Recente documento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que traz orientações acerca da implantação dos CREAS – Centros de Referência Especializado de Assistência Social, já afirma que “o conceito de família refere-se não apenas ao grupo formado pelos pais ou qualquer um deles e seus dependentes, mas aos diferentes arranjos familiares resultantes de agregados sociais por relações consanguíneas ou afetivas, ou de subsistência e que assumem a função de cuidar dos membros”. Outro documento do MDS, que apresenta aos municípios proposta de regulamentação da concessão de

Empiricamente, no entanto, encontrei em Fazenda Rio Grande, nas unidades domésticas pesquisadas mais de perto, os mais diversos tipos de arranjos familiares, assim reconhecidos como “família” no discurso nativo. Entre eles cito: a tradicional família nuclear, constituída por marido, mulher e filhos (cerca de 50% dos casos); mulher sozinha e filhos (cerca de 37% dos casos); duas mulheres e seus filhos (1 caso); várias irmãs com seus filhos e o irmão delas (1 caso); marido, três mulheres e seus filhos (1 caso); avós e netos (1 caso).

Acerca do fundamento social, e não natural, da família, já apresentamos a noção lévi-straussiana de que as preocupações de ordem econômica (e não sexual), manifestas através da divisão sexual do trabalho, são as determinantes na constituição do casamento. Como disse o Sr. Carlos: *“Eu tava precisando de arrumar uma muié aí para trabalhar comigo e limpar casa aí, um cuidar do outro aí. Aí ela largou do outro cara por que andava passando fome. Aí nós acertemo”*.

Analisando a lógica da dádiva no processo de constituição da noção de “família”, e considerando que as famílias da Fazenda Rio Grande, em sua maioria, estabeleceram-se no município como resultado de processos migratórios<sup>47</sup>, é de

---

benefícios eventuais, registra que “considera-se família para efeito de avaliação da renda mensal *per capita*, o núcleo social básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração e gênero e que vivem sob o mesmo teto”. Já a cartilha da SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social (PR), sobre trabalho com famílias e instrumentos de gestão dos CRAS, define família como “um espaço de pessoas, constituído de maneira contínua, relativamente estável e não casual, com os mais diferentes arranjos. São pessoas em relação”(p. 15)

<sup>47</sup> Dados da pesquisa realizada pelo Projeto Família Cidadã em abril de 2005 já apontavam que cerca de 55% das famílias beneficiárias do PETI estão no município de Fazenda Rio Grande há menos de

fundamental importância para as famílias as relações de lealdade mútuas, pessoais e familiares, baseadas numa lógica de obrigações morais e compromissos que formam e sustentam a família extensa, viabilizando-a. O processo de adaptação é mediado pela família, num código de lealdades e de obrigações mútuas e recíprocas próprio das relações familiares. Essas relações, baseadas num código de reciprocidade, viabilizam e moldam o modo de vida dos migrantes, constituindo o seu instrumento de integração ao meio urbano.

Em Fazenda Rio Grande, o projeto dos migrantes vindos do interior, na maioria dos casos, só é passível de ser viabilizado pela colaboração dos familiares que se encontram no grande centro urbano (no caso, Curitiba). O migrante, acostumado a tarefas características do ambiente rural, em geral tem que se adaptar, no novo meio urbano, a tarefas típicas como construção civil, para os homens, e serviços domésticos em casas de família, para as mulheres. No projeto de migração das famílias, muitas vezes, ao sair do interior, é a capital que está nos planos. Não podendo se estabelecer em Curitiba, acabam por mudar-se para a periferia, as cidades circunvizinhas da região metropolitana, da qual Fazenda Rio Grande é uma delas. Muitos procedem assim para se livrarem do aluguel, já que na periferia, onde os preços dos terrenos são menores, o acesso à casa própria pode

---

10 anos. A maior parte dos entrevistados provém de Curitiba (após terem migrado do interior para a capital) e do norte do Paraná. Estes dados foram confirmados posteriormente na pesquisa qualitativa. Esta tendência é geral em toda a região metropolitana de Curitiba no que se refere às altas taxas migratórias observadas. Dados do Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade – ORBIS apontam que, de 1990 a 2000, o Paraná teve saldo negativo de 437.265 pessoas, o que resultou num crescimento negativo da taxa líquida de migração de 4,6%. A mesorregião metropolitana e litoral, no entanto, ganhou um saldo migratório de 375.727 pessoas e uma taxa líquida de migração de 12,3%.



ser viabilizado. Curitiba, a capital, é um campo intermediário, uma história de frustração em seu novo projeto de vida: “*em Curitiba a gente foi tentar a vida, mas não deu certo*” (Vera, informante do bairro Santa Maria, vinda do norte do Paraná). Como estratégia de adaptação à nova realidade, contam com a solidariedade dos laços de parentesco. A escolha de Fazenda Rio Grande como possibilidade de vida, na maioria dos casos, também se dá por causa de parentes que lá já estavam estabelecidos, engendrando a rede de apoio. São irmãos mais velhos que oferecem hospedagem, tias cuidando de sobrinhos, dinheiro que se pede emprestado para se pagar “a perder de vista”, mutirão de construção de casas de parentes, etc. Os familiares, constituindo a rede de relacionamentos e os laços de solidariedade, estão sempre por perto.

Claramente se percebe, no entanto, que isso não se dá sem frustrações, rupturas e conflitos. No olhar nativo, quase nunca os familiares ajudam com tudo o que poderiam. Os limites da cooperação familiar estão bem claros: “*é o mesmo que não ter família... na hora que a gente mais precisa, a pessoa diz não. E dói na gente.*” (Neuza, bairro Santarém). A ajuda dos parentes se evidencia no fato de que, em muitos casos, a escolha do local de moradia se deu por causa da presença de familiares por perto. Mas essa ajuda, mesmo sendo de uma grande importância no novo projeto de vida, é pouco mencionada pelos informantes. Neste caso, as obrigações recíprocas entre familiares caem na obviedade e são tidas como compulsórias e garantidas.

Em Fazenda Rio Grande, a migração é parte do projeto de “melhorar”, projeto este recheado de esperança, esperança esta que tem nos filhos a sua mola propulsora. São

diferentes histórias de vida, cada um buscando o seu lugar no mundo, definindo a sua trajetória. Mas em quase todos os casos de migrantes, a presença dos parentes no novo destino foi crucial para concretizar o projeto migratório. Apesar das dificuldades do tempo presente, um retorno ao campo e à realidade rural não está na agenda desses pobres urbanos. O “norte” é o lugar mais difícil, onde a vida é mais dura e onde falta emprego. A cidade é melhor, onde tem mais emprego e mais conforto. A vida na roça é considerada ruim e mais difícil, mas não deixa de ser revestida com uma boa dose de nostalgia e idealização do passado. Lá é mais saudável, mais tranquilo e mais seguro. Hoje, em Fazenda Rio Grande, na consciência da própria pobreza e carência material do presente, ainda manifestam o orgulho de conquistas, especialmente a casa própria, quando é o caso. Não precisar pagar aluguel é tido como um grande êxito no projeto de “melhorar” de vida: *“minha maior vitória é ter conseguido uma casa de material”* (Rosenil, bairro Santa Maria); *“como eu tô hoje né, dentro de uma casa que é minha mesmo, num terreno que é meu mesmo. Essa é minha maior vitória, eu queria ter uma coisa que fosse da gente mesmo, que ninguém viesse vir perturbar”* (Rosana, bairro Santa Maria).

Como já mencionei, esta relação de solidariedade com a rede familiar, no entanto, não é feita sem ambigüidades e conflitos. É neste ponto que a família constitui o maior presente, mas também o maior veneno. Família é uma grande bênção, ao mesmo tempo que uma maldição. Nas suas histórias de vida, os pais circularam entre muitas casas e cuidados, desencadeando afetos, temores e ressentimentos. O que aconteceu de

melhor também é o que de pior poderia ter acontecido. Nas histórias de vida, fica claro que muitos saíram de casa para se livrar dos pais, padrastos ou avós, sofreram abusos e privações, e foram marcados, muitas vezes, por relações conjugais conflituosas e violentas. O grande anseio de algumas mulheres é poder se verem livres dos maridos. Da mesma forma, os conflitos existem nas relações com tios e tias; sobrinhos e sobrinhas; avôs e avós: brigas, discussões, fofocas, disputas e agressões físicas.

A família, em geral, foi o apoio que tornou possível a concretização da migração. Mas a família que ajuda é a mesma que gera o conflito: ela acolhe, e também despoja: *“viemos morar na Fazenda Rio Grande com a nossa tia porque a vó despojou a gente”* (Doraci, bairro Santarém). Apesar de tudo, a família extensa está sempre por perto. Os conflitos familiares constantemente narrados e vividos reforçam os laços de reciprocidade que são próprios das relações familiares, através de vínculos caracterizados pela hostilidade e a “guerra”. Uma informante diz: *“eu não fui morar com ele (o marido) porque gostava dele. Fui morar com ele porque eu queria ter uma casa, longe da minha avó, porque minha avó é daquelas pessoas antiga bem ruim, tá. Daquelas que tinha comida, preferia que a comida embolorasse lá, no canto, do que dar pra você comer”* (Daniela, bairro Angico). Os filhos, especialmente os adolescentes, costumam ser vistos como “teimosos”, “rebeldes”, não gostam de ajudar com as tarefas domésticas, não escutam os pais.

A existência da solidariedade familiar não exclui a grande importância conferida aos vizinhos nas relações de ajuda mútua: *“aqui todo mundo se ajuda”*. Porém, quando

se referem aos vizinhos, ao contrário dos parentes, não pesa sobre eles a obrigação de servi-los desimpedidamente, que é própria das relações familiares. Aos vizinhos, costumam-se atribuir termos de parentesco para expressar o afeto e a relação: “são como irmãos”. Esta idealização de família, no entanto, explicitada pelo uso de termos de parentesco, não condiz com a realidade vivida.

Para os pobres urbanos de Fazenda Rio Grande, a noção de infância não parece evocar uma idéia relacionada a um período específico de desenvolvimento ou a uma faixa etária. Geralmente, afirmam que “não tive infância”, ou não querem falar sobre ela, ou mesmo esta acaba sendo relatada como uma época difícil. A idéia de infância como fase etária da vida, na verdade, parece não fazer muito sentido. É uma categoria idealizada, como fase da vida em que “brincar” é importante. A representação da infância está sempre associada a brincadeiras, por isso, de fato, ela nunca existiu de forma significativa na vida de quem cedo precisou trabalhar: *“a gente não teve aquela infância, igual hoje em dia as crianças tem, pra brincar”* (Vera, bairro Santa Maria). Os pais “circularam” pela rede de parentesco quando crianças: tios, avós, padrinhos foram os responsáveis por seu cuidado em determinadas fases da vida.

Podemos problematizar aqui um novo e importante contraponto entre a lógica nativa e a premissa legal, já que a noção de infância universal está explícita no discurso legal. SNIZEK (2008) nos informa que, a partir de promulgação, em 1959, da Declaração dos Direitos da Criança, pela ONU, a “noção de criança passou por uma universalização, amparada no pressuposto de sua universalização ontológica” (p.44). Nesse sentido, a

criança passa a ser sujeito de direitos, independentemente dos interesses do grupo familiar. A infância moderna e a individualização ocidental triunfam, pois, sobre as relações familiares. A idéia de “infância universal” seria, portanto, “baseada nas teorias do desenvolvimento infantil psicologizantes que tornam a criança, antes de tudo, ‘criança’.... a noção de infância é concebida como muito influenciada pelos saberes “psi”, que supõem a universalidade da natureza humana”. (p.46)

Além disso, preservando a infância como fase da vida única e consagrada para a formação de um ser humano em desenvolvimento, e privilegiando, nesta fase, o acesso à educação, o Estado trabalha a partir de uma concepção e uma visão de futuro em famílias em que, na fala nativa, “*se trabalha de dia para comer à noite*”. Opondo escola e trabalho infantil, o que normalmente não acontece na concepção nativa, foca-se num futuro que trará a colheita de toda esta sementeira, adiando a execução de estratégias de sobrevivência que operam de acordo com a lógica nativa. Mas, e quando não se pode esperar a semente germinar? A idéia da colheita futura, muitas vezes presente no discurso nativo, sucumbe ante a necessidade presente.

### 3.3 GÊNERO E EMANCIPAÇÃO

Quando do início da operacionalização do Projeto Família Cidadã, a equipe de trabalho buscou nas entrevistas com as famílias do PETI, quais seriam os seus interesses vocacionais gerais. A princípio, a idéia de oferecimento de cursos de capacitação

profissional ofertados gratuitamente foi bem recebida pela população. Com uma pergunta primeiramente aberta seguida de opções de cursos profissionalizantes, os entrevistados, quase que exclusivamente mulheres, apontaram para os cursos em que teriam interesse. A nosso ver, isso por si só já significava um avanço em termos de execução de programas de profissionalização para famílias de baixa renda, contrariando a tendência geral de imposição de cursos determinados pelos técnicos e especialistas e pelo aparato burocrático.

A experiência vivida, no entanto, mostrou que a realidade era bem mais complexa. Embora tenha havido exceções, a regra geral foi a de pouca adesão aos cursos, grande número de desistências e pouco entusiasmo com as oportunidades oferecidas. Um olhar distante, carregado de pressuposições frequentemente presentes no senso comum e até mesmo nos técnicos, conduziria a julgamentos tais como a “preguiça”, “acomodação” e “sem-vergonhice” do povo.

FONSECA (2004), em pesquisa realizada numa favela de Porto Alegre, chama a atenção para a questão de a mulher trabalhar fora ou buscar uma remuneração fixa: “vemos então que o emprego remunerado não aumenta o status da mulher dentro de casa. Pelo contrário, esta atividade mancha a imagem pública do marido e este, envergonhado, arrisca fazer a mulher pagar pela vergonha” (p. 74). Acredito ter achado uma chave, confirmada pela etnografia, da não adesão de grande parte das mulheres aos cursos de profissionalização ligados à idéia de “emancipação” das famílias. A visão de classe média não condiz com a realidade intra-familiar vivenciada pela própria mulher na sua

relação com o marido, cuja autoridade se estende até mesmo ao salário da esposa, quando for o caso. Esta realidade, operada pela ética do provedor, não permite ao homem “botar a mulher na batalha” (p. 73), sob pena de manchar a sua honra.

A aquisição de uma capacitação profissional não acarretava, portanto, uma mudança no status intra-familiar da mulher, podendo até mesmo aumentar o seu nível de dificuldades. Uma abordagem de intervenção de um programa social de fato consistente deveria ser, portanto, holística, abarcando diversos aspectos da realidade familiar e social.

Em Fazenda Rio Grande, muitas mulheres que têm marido possuem alguma ocupação para auxiliar na renda familiar. Mas trata-se apenas de uma “ajuda”, já que o principal recurso da casa, como a literatura antropológica já apontava, provém do marido, constituindo a chamada “ética do provedor”<sup>48</sup>. Em geral, quando presente, é ele o

---

<sup>48</sup> ZALUAR (1985), em sua etnografia realizada no Rio de Janeiro, na década de 80, define a categoria “*trabalhador*” como aquela que constrói a identidade do grupo estudado. As pessoas da Cidade de Deus se definem como “trabalhadores”. Mas o que orienta esta lógica não é a “moral do trabalho” (ética protestante do trabalho, ou seja, o trabalho como intrinsecamente sagrado), mas a “moral do provedor”, sendo a lógica da família, e não do mercado de trabalho, como grande orientadora da visão de mundo. A diferenciação social é construída internamente à família – todos são trabalhadores, mas eles não se pensam como iguais: a diferenciação tem por base a família. O homem é o provedor, a mulher e os filhos são pensados como complementares ao provedor. A renda destes é vista como “uma ajuda”, cabendo ao homem a responsabilidade de prover para as necessidades básicas do núcleo familiar. A afirmação do valor do provedor é evidenciada na construção de uma “ética de honra masculina”, caracterizada por uma “ética de provedor”. O provedor é aquele que “põe comida dentro de casa”, por isso o seu dinheiro tem um valor maior, atrelado ao essencial para a sobrevivência. A ética do provedor organiza as relações familiares. Em relação ao provedor, o trabalho possui um valor moral, mas não intrínseco, como na ética protestante.

A percepção desta ética do provedor, fortemente arraigada na visão de mundo nativa, em contraposição à noção do trabalho como intrinsecamente sagrado, permeia a obra da autora: “também privados do orgulho que os membros da corporação de ofícios tinham pelo conhecimento das técnicas necessárias para realizar seu trabalho, próprio do período pré-capitalista, e da satisfação moral que a concepção religiosa do trabalho como um valor em si, própria do capitalismo em sua versão puritana, aos trabalhadores pobres do Brasil resta a satisfação material que seus ganhos salariais poderiam lhes fornecer. Contudo, sem o orgulho da corporação, sem o ‘espírito’ do capitalismo e sem salários condignos, esses trabalhadores desenvolvem uma concepção ambígua da sua atividade, oscilando entre a visão escravista do trabalho com o sinal negativo, mais disseminado entre os jovens, e a concepção do trabalho como valor moral, sustentada pelos pais de família e suas mulheres. Neste último caso, na ausência de uma ética

responsável pelo sustento da casa, ou seja, pelo orçamento doméstico no âmbito da sobrevivência básica. A mulher ajuda para “*pagar as continhas*” dela. Assim diz uma informante: “*não podemos deixar de faltar a comida. Meu marido trabalha para dar a comida, eu compro as coisinhas para as crianças*” (Neuza, bairro Santarém). Uma inversão da primordialidade na provisão da renda doméstica, possivelmente, acarretaria um desequilíbrio ainda maior nas já frágeis relações conjugais.

Em muitas famílias, é a mulher quem assume sozinha o sustento da casa. Isso se dá principalmente quando ela se vê em condições de sustentar o filhos e manter a casa, sem precisar depender de um homem, levando-a a não buscar um novo relacionamento, o que acontece especialmente quando ela tem o filho junto, na unidade doméstica. Várias destas mulheres se declararam vitoriosas, por terem conseguido criar os filhos sozinhas, sem deixar faltar nada. Em alguns casos, após o abandono sofrido a dignidade é restaurada com a criação dos filhos. Para estas, muitas vezes a presença de um marido no lar é vista de forma depreciativa e o passado de convivência com um homem como extremamente negativo: “*nunca quero casar de novo. Não dá certo. É melhor ficar sozinha. Tenho medo de casar de novo, tive muitos problemas com o primeiro.*” (Elenilda, bairro Santarém, que relata um passado em que o marido a agredia constantemente). Mas mesmo nesses casos, quando há um filho mais velho, já maior de

---

protestante que tenha disseminado entre eles a idéia do trabalho como um valor em si, garantia de alcançar a aprovação divina e a própria dignidade interior, o trabalho tem seu valor moral vinculado ao *status* do trabalhador como “ganha-pão” do grupo doméstico e não à execução da atividade propriamente dita (...). Não é, portanto, uma ética do trabalho, mas uma ética do provedor que leva os membros da família a finalmente aceitarem a disciplina do trabalho.” (p. 120-121).



idade, recai sobre esse um grande peso de responsabilidade no sustento. Na ausência da figura paterna em muitas unidades domésticas, a “ética de provedor” é reaplicada de novas formas. Encontrei até mesmo uma família (assim definida por seus membros como tal) em que, no domicílio, residiam duas mulheres com seus respectivos filhos. Uma delas, por possuir pensão do ex-marido já falecido, assumiu a condição de provedora, o “sagrado” para a sobrevivência da casa, assumindo também claramente a liderança em termos de educação das crianças e das decisões. A outra mulher cuidava desta, e sua filha ficava responsável pelos afazeres domésticos. Neste caso, percebo que, mesmo com mudança dos papéis de gênero, não se alterou a lógica do modelo tradicional de família.

Outras mulheres, algum tempo após terminarem um relacionamento conjugal, iniciam outra relação. O motivo para este novo relacionamento geralmente está associado à provisão material com a qual o novo companheiro pode ajudar: *“eu conheci o meu marido através de um filho dele. Eu me dava bem com o piá, o piá tinha uns treze anos. Daí o piá falava ‘meu pai tá solteiro sozinho, e nós sofrendo’, o pai dele tinha um bar, daí eles se danavam tudo, até o pai cuidar do bar, fazer comida, fazer tudo, era apurado né....Aí, mandei um bilhete para ele e através deste bilhete tamo até hoje. Eu tinha trinta anos quando fui morar com ele”* (Rosenil, bairro Santa Maria). Dona Vera, informante do bairro Santa Maria, nos diz: *“só eu sozinha com cinco crianças tava muito difícil. Apareceu ele e disse que ajuda dentro de casa”*. Nesses casos, a mulher busca uma divisão de responsabilidades, especialmente no cuidado com o sustento dos filhos. Da mesma forma, o homem busca apoio, principalmente na manutenção das tarefas da casa.

No caso das mulheres, apesar de valorizarem a idéia do acesso à educação, de “fazer cursos”, não conseguem operacionalizar, na prática, um planejamento para si mesmas nessa direção, mesmo havendo oportunidade. Isso pode estar relacionado ao fato de que os seus projetos futuros estarem intimamente relacionados aos filhos apenas, ou à questão, já mencionada, do status intra-familiar na relação com o marido. Os cursos (aqui entendidos de forma genérica) são muito valorizados na vida dos filhos. Na pesquisa etnográfica percebe-se, em termos de visão de futuro entre membros adultos das famílias, que estas expectativas dizem respeito especialmente aos filhos, já não restando às mães um interesse significativo em processos de capacitação profissional e geração de renda.

O grande sonho e desejo futuro dos pais é dar para os filhos “uma vida melhor”, o que quase sempre se constitui em dar para eles o que não puderam ter. Os sonhos futuros estão atrelados aos filhos e se relacionam com eles: “*que não falte nada dentro de casa para eles*”, “*dar para eles o que eu não tive – desde uma coisa boa pra comer, uma boa roupa pra vestir, e um lar feliz que eu não tive*” (informante do PETI Santarém, chorando). O futuro melhor para os filhos está associado ao estudo e à escola: “*espero que os filhos estudem, que tenham alguma coisa melhor. Os filhos têm que estudar para ser alguma coisa na vida, que encontrem um serviço melhor*” (informante PETI Santa Maria). Para os pais, é importante “saúde para trabalhar”. A saúde é representada como manifestação da bênção de Deus e constitui um grande valor para as famílias.

O olhar para o futuro representou para muitas um exercício novo, que veio repleto de emoções. Várias mulheres informantes começaram a chorar quando indagadas

sobre os seus sonhos de futuro. Neles, sempre estão os filhos, desfrutando de uma “vida melhor”. Apesar das lutas do presente, são cheias de esperança.

O princípio do “empoderamento”<sup>49</sup>, aliado a uma visão familiar sistêmica, norteadores das políticas de desenvolvimento social, à luz da lógica nativa, não faz muito sentido. Ou seja, ajudar os pais a se profissionalizarem em cursos de médio e longo prazos, para mudar a situação familiar e com isso ajudarem os seus filhos, não está na agenda de muitos. O sonho de futuro nasce a partir de noção de infância, e é orientado para os filhos: *“não tem mais nada para mim, agora eu já não tenho mais infância nenhuma. Agora eu penso neles”*. Além disso, como veremos adiante, a idéia de “emancipação” evoca contornos e caminhos distintos da visão da política pública.

Um ponto importante a considerar, como já mencionei, é que, apesar das críticas recebidas, pesquisas de cunho macrossociológico já têm demonstrado aquilo que se comprova na pesquisa etnográfica: o Programa Bolsa Família não gera “preguiça” ou acomodação<sup>50</sup>: *“não é porque eu ganho do governo que eu não vou ganhar mais”* (Lucilene, bairro Santa Maria, catadora de recicláveis). O que se observa é que o

---

<sup>49</sup> Por empoderamento (do inglês “empowerment”), termo comumente usado entre interventores sociais para explicitar a fuga de projetos assistencialistas, quero dizer a capacidade de conferir poder a alguém, neste caso, a famílias empobrecidas da periferia, através do ensino de conhecimentos, habilidades específicas, alguma profissão ou, especialmente, a conjunção de tudo isso com a consciência dos próprios direitos e a capacidade de lutar por eles. Está relacionado, portanto, a uma ideologia desenvolvimentista, em que o facilitador de um projeto comunitário está lá apenas para ajudar a comunidade a resolver os seus próprios problemas, e não para resolvê-los por ela.

<sup>50</sup> Esta afirmação nos remete à questão de como os pobres urbanos, especialmente os beneficiários do Bolsa-Família, são percebidos no Brasil. Para não colocar apenas como uma questão genérica de senso comum, eu mesmo vivenciei, em julho de 2008, uma reunião com empresários locais, na qual estes reclamavam, em tom jocoso, de que iam pedir ao governo uma “Bolsa-empresário” para ajudar a manter as suas empresas. Além disso, afirmavam que o Bolsa-família gerava preguiça e acomodação no povo.

percentual de acesso ao trabalho nos últimos anos tem aumentado mais entre os beneficiários do Programa do que entre não-beneficiários. A pesquisa de campo revelou também um traço de regularidade apontando que o fato das famílias receberem a bolsa (interpretada como “ajuda”, e não como “renda”), não significa que esta gere acomodação ou remeta para um sinal latente de falta de capacidade produtiva ou arrojo empreendedor. Muito pelo contrário, esta iniciativa empreendedora está presente, nos termos e possibilidades nativos.

No entanto, esta busca por uma inserção no mercado produtivo pelas famílias não se dá da forma preconizada pela política que concebe o Programa, ou seja, através de cursos de qualificação profissional consideravelmente longos. As altas taxas de evasão dos cursos ministrados<sup>51</sup> evidenciam este fato. Os cursos são extensos e representam uma grande dose de investimento numa perspectiva futura. Ao que parece, este tipo de iniciativa e arrojo empreendedor, a despeito da baixa escolaridade das pessoas, se manifesta na forma de iniciativas de empreendedorismo relacionados a um negócio ou atividade próprios e autônomos (coleta de recicláveis, venda de alimentos, etc.). Neste caso, é um projeto familiar, e não individual (como no caso dos cursos de qualificação) que está em jogo.

Da mesma forma, em relação à Economia Solidária, apesar do grande incentivo governamental e de uma forte idealização deste tipo de empreendimento no desenho de

---

<sup>51</sup> Como já foi mencionado, este fato foi uma realidade na operacionalização do Projeto Família Cidadã, bem como em cursos oferecidos pelos CRAS – Centros de Referência de Assistência Social, com algumas exceções.

programas de qualificação relacionados à clientela do Bolsa Família, não há um interesse nativo pelo exercício produtivo na forma de arranjos coletivos. Busca-se o interesse próprio (orientado pela unidade familiar, não no sentido de “indivíduo”), e não o coletivo. Caminhos distintos de “emancipação” norteiam a lógica nativa e a política pública. O horizonte dessas pessoas é o horizonte familiar, e não o comunitário.

Isso está sendo observado claramente na operacionalização, por parte da equipe do Projeto Família Cidadã, de um arranjo coletivo de catadores de recicláveis. Há uma forte resistência em se abrir mão dos interesses individuais em prol de um projeto coletivo. Da mesma forma, em 2007, após a conclusão de cursos de costura, foi iniciada uma Cooperativa de costureiras, que durou pouco. Apesar de todo o apoio técnico oferecido pelo CADI e do mentoreamento constante das atividades da recém-criada cooperativa, após alguns meses de atividades o empreendimento dissolveu-se, mas as costureiras continuam trabalhando e produzindo individualmente. Não houve uma mobilização suficiente para manter o grupo coeso num empreendimento de economia solidária, mesmo com todos os incentivos para isso. Inseridas num contexto de mercado individualista e capitalista, após terem investido uma boa dose de tempo e energia no aprendizado das técnicas de costura e *patchwork*, estas mulheres responderam segundo esta lógica mais abrangente, contrariando as concepções mais ideologizadas de organização produtiva das classes populares que estão presentes na concepção dos Programas de desenvolvimento ligados ao Poder Público e às ONG's.

Várias mulheres informantes de Fazenda Rio Grande, quando instadas a falar sobre a família, respondiam que *“família são os meus filhos”*. Percebe-se uma proeminência do laço consanguíneo sobre a relação por afinidade. Com os filhos constituem-se os relacionamentos prioritários. Para estas mulheres, eles são a família de fato. Essa constatação, aparentemente, questiona a literatura antropológica na medida em que, para essas mulheres, família parece basear-se não na rede de solidariedade e obrigações recíprocas, mas nos laços de consangüinidade com os filhos. Nesta concepção primordial, exclui-se de primeira mão o companheiro e os demais membros da parentela, ainda que, muitas vezes, vivam sob o mesmo teto. A relação entre mãe e filho é a relação mais importante, dotada de grande força e significado.

Percebo, no entanto, que o significado de família pode ser apreendido em dois planos: um plano primário, em que, numa sociedade fragmentada e sem uma clara categoria nativa de pertencimento e comunitarianismo, com laços conjugais tênues e muitas vezes determinados por estratégias circunstanciais de sobrevivência, a idéia de família, para essas mulheres, está associada a filhos. Num plano secundário, e apenas nele, situaríamos a família extensa, presente em relações de grande ambigüidade, mas que ajudam a conferir sentido à realidade. Uma informante diz: *“família é o que eu tenho dentro de casa... esses aí já pra mim não* (referindo-se às irmãs e cunhados)” (Neuza, bairro Santarém).

A presença do marido na casa é comumente associada à provisão material. Homem bom é homem que gosta de trabalhar. Da mesma forma, a satisfação no

casamento é vinculada à capacidade de provisão oferecida pelo marido: *“eu não posso me queixar que eu tô numa vida ruim, porque ele (o marido) é uma pessoa que vê que tá faltando alguma coisa em casa ele vai lá e compra, um café. Assim ele nunca deixou faltar as coisas, nada dentro de casa.”* (Antonia, bairro Santa Maria). Além disso, para elas, família ideal é aquela que tem paz, que não tem problemas de brigas e discussões. Mas a insatisfação gerada pela falta de conforto e provisão pode ser amenizada por algumas mulheres que atribuem o “não ir pra frente” como consequência da falta de trabalho, e não por culpa do marido.

A “ética do provedor”, pois, é manifesta através da noção de honra vinculada à capacidade do homem em prover para a sua família, conferindo sentido ao mundo do trabalho. O fato de serem as mulheres aquelas que recebem e operacionalizam a bolsa proveniente do PETI, portanto, faz sentido e não afeta esta ética. O dinheiro da bolsa é uma “ajuda”. Em geral, são as mulheres que pleiteiam esse dinheiro, não caracterizando, para ela, nenhum constrangimento com essa atitude. Não se vê homens fazendo isso, o que poderia ser interpretado como uma desonra para eles. Encontrei homens que minimizaram a importância da bolsa, afirmando, nas entrelinhas, que são bons provedores e que, na verdade, não precisariam desse recurso. A bolsa afirma, portanto, a lógica nativa, situando-se no mesmo plano do recurso adquirido no trabalho infantil: é uma “ajuda”.

### 3.4 RELIGIOSIDADE

Deus está sempre presente na visão de mundo dessas pessoas de Fazenda Rio Grande. Ele é o grande provedor, o primeiro responsável pelas conquistas, e está constantemente movendo as engrenagens das circunstâncias da vida, conduzindo os caminhos de cada um. *“Foi Ele que preparou esta casa para mim”*. Enquanto isso, *“a gente vai levando”*.

Deus é também aquele que dá saúde e força para criar os filhos. Independentemente das circunstâncias, Deus é sempre aquele digno de gratidão. Ele não tem deixado faltar as coisas, garantindo que a fronteira com a miséria, representada pela falta de acesso à comida, fique bem distante. Este recurso básico para a sobrevivência é tido como “sagrado”.

Nas histórias de vida, são constantes relatos de livramentos sobrenaturais e interferências divinas na vida cotidiana, especialmente para salvar da morte e de doenças. Uma das informantes, por exemplo, nos relatou: *“meu filho levou um tiro no pescoço, ele perdeu o sangue do corpo inteirinho. Naquela hora eu clamei a Deus – e não sei quem veio, não vi se foi um anjo, ou se foi alguma coisa, e tampou aqui. E formou uma bolinha de sangue, e circulou o coração dele, e Deus deu a vida pra ele de novo.”* (Rosana, bairro Santa Maria). Outras histórias semelhantes são comuns: *“esse filho aqui tava com um ano e dois meses de vida quando ele morreu dentro da minha casa aqui né... tava chovendo muito, tava frio, tava só eu e as crianças aqui dentro de casa....corri pra fora com*



*ele...eu falei meu Deus do céu, aonde vou encontrar socorro, não encontrava ninguém. Daí uma igrejinha aqui em frente de casa tava aberta, eu falei é ali que eu vou pedir socorro né. E eu corri com ele chorando desesperada em frente ao altar....veio uma irmã e pegou ele do meu braço e começaram a orar e ele foi assim tornando, sabe? Aí eu – muito desesperada – eu chorava sabe, de desespero tudo ao mesmo tempo né, oraram e meu filho tornou!”* (Sandra, bairro Santa Maria). As fronteiras entre o mundo natural e o sobrenatural são tênues, descortinando um mundo pouco fragmentado e uma lógica que pode ser “impermeável à experiência”, ou seja, os fatos são explicados a partir de uma matriz interpretativa própria que dá sentido à vida e não é questionada abertamente. Quase tudo, independente do que seja, pode ser explicado pelo sobrenatural em harmonia com o natural. O mundo é controlado por forças além da vontade humana. Apesar de terem a noção de responsabilidade pessoal na condução da própria vida, o sobrenatural interfere consistentemente em situações cotidianas. São livramentos, revelações, campanhas, milagres, influência de signos do zodíaco. A participação em igrejas ou em outras atividades religiosas pode redimir, salvar do mal que há no mundo, “tirar do fundo do poço” e representar prestígio público. A igreja, muitas vezes, seja ela qual for, ordena o cotidiano e estabelece as regras de conduta familiar, mas não de forma monolítica e simplesmente ascendente. Há mesclas de todo tipo, diferentes percepções que definem ordenamentos não tão demarcados por linhas doutrinárias ou teológicas. O pragmatismo, as relações pessoais e de assistência são definidoras da adesão religiosa, e não os sistemas ordenados de crenças.

A religiosidade é, portanto, vivida em dois aspectos: no plano da associação religiosa, caracterizado especialmente pelo apoio social da Igreja (como no caso da família do Sr. Carlos e Joana, com o apoio recebido pela Igreja Universal), mas também no plano do individualismo, fortemente marcado e enfatizado, onde Deus tem um interesse especial pelo indivíduo e o abençoa, relacionando-se de forma particular e peculiar com ele. As evidências da bênção divina estão relacionadas principalmente com a provisão material, categorizada na noção de “prosperidade”. Para alguns informantes, a igreja contribui com um papel importante de oferecer a plataforma de afirmação do valor moral da família e de ascensão social, ainda que restrita internamente ao grupo religioso: *“a minha maior vitória é que Deus tirou ele (um filho que era viciado em drogas) do fundo do poço e trouxe pra cima, hoje ele é um pregador da igreja sabe, evangélico – ele era viciado e tudo né, agora graças a Deus – então a minha felicidade é isso aí né – de eu ver agora ele em cima – lá na igreja – em cima do altar”* ( Maria Augusta, bairro Santa Maria).

A marca do trânsito religioso é muito comum. Em muitos casos, não há uma integração forte com algum grupo religioso, os laços são tênues e estão a serviço das estratégias de sobrevivência. Qualquer motivo pode ser suficiente para uma mudança de igreja ou “religião”. Em outros, o grupo religioso foi importante no estabelecimento de relações de ajuda mútuas, especialmente em momentos de crise. A participação, mesmo que constante, em algum tipo de culto ou atividade religiosa, não gera o vínculo de pertencimento. Sentimentos e circunstâncias determinam o trânsito religioso.

A religiosidade em si está presente na vida desses pobres urbanos, mas sem uma delimitação doutrinária clara. As fronteiras desse trânsito religioso praticamente inexistem e não conseguem ser nomeadas claramente.

### 3.5 “TRABALHO” E “AJUDA”, ESTAR NA RUA SEM SER DA RUA: A NOÇÃO NATIVA DE TRABALHO INFANTIL

Para os pais do PETI em Fazenda Rio Grande, a visão do trabalho precoce dos filhos é repleta de ambigüidades, e está diretamente ligada à sua formação moral. É bom que eles trabalhem, para “*não pensarem que tudo vem de graça*”, “*para não ficarem para trás*”, “*para não sofrerem*” e “*não demorarem a se adaptar*”. Ao contrário da noção comumente atribuída pelas classes médias de sofrimento infantil atrelado ao trabalho precoce, aqui o não-exercer atividade laboral é que aproxima os filhos do sofrimento. O trabalho dos filhos é valorizado positivamente e não está em oposição à escola, que costuma ter uma grande importância simbólica. Não há, portanto, uma dualidade trabalho (“ajuda”) infantil X escola, conforme a idéia de senso comum das classes médias em relação às famílias de baixa renda. O trabalho precoce tem um valor pedagógico, que funcionou para eles, pais, logo pode funcionar para os filhos também<sup>52</sup>. Problematisa-se

---

<sup>52</sup> VELHO (1994), analisando *Memória, Identidade e Projeto*, afirma que “se a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória e biografia, o projeto é a antecipação no futuro dessas trajetória e biografia. (...) A consistência do projeto depende, fundamentalmente, da memória que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais seria impossível ter ou elaborar projetos. Não pretendo, nem Schutz pretendia, trabalhar com a idéia de um indivíduo-sujeito, cognitivo racional, capaz de

aqui a concepção da política pública oficial que necessariamente coloca em oposição “escola” e “trabalho infantil”, e a relação das famílias do PETI com o Estado no âmbito do Programa que operacionaliza a política vigente.

Quando um pai ou uma mãe colocam o filho para executar uma atividade laboral junto a si, seja na coleta de recicláveis, seja como guardador de carros, isso não significa, para ele, que o projeto de futuro da criança, baseado na escola e no estudo, está sendo violado. Ao contrário, dentro do “mundo da ordem”, longe da rua, onde está o roubo e a marginalidade, e na maioria das vezes, sob as vistas dos pais, ao trabalhar está em operação a formação moral da criança, aliada e complementar à escola. Mas essa visão preponderante, destacando-se num mosaico de heterogeneidades, como veremos, é confrontada gradualmente pela visão da legislação de proteção à infância.

Por outro lado, em minha pesquisa, percebe-se que o trabalho infantil, na perspectiva nativa, não tem o mesmo significado de “trabalho” atribuído pela política oficial e pelas classes médias. Trata-se de uma “ajuda”, algo que a criança ou adolescente retribuem, no círculo de reciprocidade que fundamenta a família pobre, mesmo que o trabalho eventualmente impeça a criança de estudar. Portanto, muitas vezes, quando se fala que “trabalho infantil é proibido”, muitas vezes o significado dessa afirmação não é apreendido completamente pelas famílias ou não é relacionado à sua própria realidade,

---

armar estratégias e fazer cálculos, organizando seus dados e atuando cerebralmente. As circunstâncias de um presente do indivíduo envolvem, necessariamente, valores, preconceitos, emoções. O projeto a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida, e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade. Ou seja, na constituição da identidade social dos indivíduos, com particular ênfase nas sociedades e segmentos individualistas, a memória e o projetos individuais são amarras fundamentais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, dentro de uma conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória” (p.101).

pois para elas o que está em jogo não é “trabalho”. Em Fazenda Rio Grande, para muitos, a categoria “trabalho infantil” não faz quase nenhum sentido. Além do trabalho executado pelas crianças ser muitas vezes considerado apenas uma “ajuda”, há também casos em que a criança na rua com os pais (especialmente os catadores de recicláveis), na visão nativa, estar apenas “acompanhando”, já que os pais não têm com quem deixá-las enquanto trabalham. Neste caso não há trabalho infantil em questão.

Da mesma forma, o trabalho infantil doméstico, realizado pelos filhos, não é trabalho. Todos os filhos são instados a contribuir com as tarefas domésticas.

A relativização do conceito de trabalho infantil, portanto, é importante para uma relação dialógica entre as famílias e o Estado. Ao atribuir às famílias uma irracionalidade ou negligência com os filhos pela chamada “exploração do trabalho infantil”, despreza-se o real significado por elas atribuído às atividades infantis no processo de socialização da criança e do adolescente, e que conferem sentido ao mundo da família, grande ordenador da vida. O que existe sim é uma outra racionalidade, um “outro tipo de manipulação ou de domesticação da realidade”(BASTIDE, 1979, p.193).<sup>53</sup>

---

<sup>53</sup> Segundo Bastide (1979), a ação dos planejadores sempre se chocou com obstáculos e resistências. “Uma Antropologia Aplicada (...) não se admira destes obstáculos e destas resistências, pois ela as considera como resposta dos fatos às hipóteses daqueles que os desejam manipular – ela possibilita a descoberta das leis da sociedade ou da cultura, leis que tornam viável, aliás, uma vez conhecidas, uma “arte”, porém também uma ciência da ação humana sobre as coisas. Em compensação, na perspectiva da Antropologia Aplicada clássica, tais obstáculos ou tais resistências aparecem como pertencentes ao não-racional – superstições enraizadas nas mentalidades, desejos de não mudar doces hábitos, para privilegiados medo de perder seus *status*, angústias dos homens diante da aventura da mudança. Um substrato de maniqueísmo esboça-se assim no pensamento dos planejadores seguros de trabalharem para o bem da humanidade, e que se sentem desorientados, frustrados pela inesperada reação destes grupos humanos em cujo meio eles trabalham, e que não desejam nem seu “bem” nem sua razão”. (p.184)

Da mesma forma, o autor afirma: “a resistência tenaz, velada ou violenta, à ação dos engenheiros sociais e dos planejadores (...) chocou e desencorajou, muitas vezes, estes engenheiros e planejadores –

Na atribuição de significado ao trabalho infantil, surge a oposição “casa *versus* rua”. Como disse uma informante: “*criança que fica na rua nunca dá uma criança boa*”. A rua representa a malandragem, a briga e a droga. O trabalho infantil, mesmo sendo realizado “**na rua**”, não é “**da rua**”, pois o seu sentido está sendo operado a partir da dinâmica familiar, ou seja, do mundo da ordem. As crianças que estão trabalhando não estão “na rua”. Há, portanto, diversas nuances na categoria “rua”. Muito mais do que um lugar físico, ela representa um conjunto de significados, variando de acordo com a atividade que se exerce. Nesta matéria, MAGNANI (1998:63), nos dá algumas pistas. Ao construir a categoria intermediária “Pedaço” como constituinte da experiência urbana, recorre à “categoria sociológica” *rua* (DA MATTA), em oposição à categoria *casa*, ambas estabelecendo um sistema de oposições<sup>54</sup>. “Quando se está referindo à rua, obviamente não é por sua materialidade enquanto elemento físico constante da paisagem urbana, mas pelo lugar que ocupa, como categoria, no interior do sistema e na distância que mantém com relação ao outro termo da oposição (a casa)”. Dentro desta concepção, NOVAES (1999:27) chama a atenção para formas de pensamento presentes na sociedade brasileira que associam “o ingresso precoce no mercado de trabalho, particularmente no

---

tanto mais quanto, na maioria das vezes, não sendo antropólogos, vem nisso uma irrupção do racional”(p.45). Bastide evoca Godelier para mostrar o caráter etnocêntrico de nossa noção de “racionalidade”, mostrando que “aquilo que resiste é um outro racional, enraizado numa determinada estrutura das relações sociais (...) o falar de “uma insurreição do irracional contra os projetos, razoáveis e benéficos, do planejador, trata-se, na verdade, de ignorância, por parte do reformador social, dos níveis estratificados da realidade sociológica”(p. 45).

<sup>54</sup> O diálogo de Magnani com Da Matta, aqui, é particularmente elucidativo, ajudando-nos a compreender as nuances da categoria “rua”, importante para a nossa reflexão. Em Da Matta, a casa é o espaço doméstico, privado, por oposição à rua, o espaço público. Magnani estabelece uma categoria intermediária, o “pedaço”, em cujo espaço público, são inseridas relações que têm por referência o privado. O pedaço é a mediação entre rua e casa. A partir das redes de sociabilidade, constrói as categorias de experiência: “pedaço”, “mancha”, “circuito”, “trajeto” e “pórtico”.

meio urbano, como única alternativa viável às ruas e à marginalidade, convertendo-se assim em prevenção à hipótese de prostituição, roubo e drogas”.

Em Fazenda Rio Grande, a oposição “casa *versus* rua” aparece enfaticamente nas falas dos informantes. “Casa” e “Rua” constituem categorias sociológicas no estilo damattiano, “não designando simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas” (DaMatta, 2000:15).

O PETI é visto como positivo, pois “*quando estão no PETI, não estão na rua*”. A rua é ruim porque é lá que se “*aprende tudo que não presta*”. A rua “*leva para outros caminhos que a gente não quer que vá*”, é o lugar da vagabundagem, da desobediência. É melhor trabalhar do que ficar na rua. Estar no PETI, assim como estar na escola, embora não seja estar em casa, também não é estar na rua, sobretudo porque, nesses casos, há a supervisão de ao menos um adulto. Não estar “na rua”, portanto é estar sob a supervisão de um adulto, mesmo que a supervisão aconteça na própria rua. Extrapolando os conceitos de Da Matta, o PETI e a escola atuam como categoria sociológica no mesmo patamar de “casa”, assim como a própria atividade laboral executada sob a supervisão de um adulto.

Além de a formação moral ser um benefício do trabalho (“ajuda”) que os filhos prestam, este garante a distância da rua, onde “*se aprende muita coisa que não presta*”.

Estar mais tempo na rua é estar mais suscetível à criminalidade e às drogas. A casa é o lugar da segurança, do mundo da ordem. A rua é o lugar da desordem.

O trabalho (ajuda) infantil, no olhar nativo, constitui parte da formação moral e do disciplinamento da criança no mundo, caracterizando como uma experiência de construção de “pessoas morais”. Segundo BEVILAQUA (2000) <sup>55</sup>, diz respeito, portanto, a “experiências ‘totais’, que só fazem sentido no plano da construção da pessoa, englobando o formalismo jurídico-legal que remete ao estreito plano das funções institucionais” de setores do Estado (p. 125).

Da mesma forma, o exercício do trabalho infantil, mesmo que seja interpretado como “ajuda”, é oposto à “rua”, ainda que seja realizado na rua. Trabalhando *na rua*, a criança está junto ao pai e/ou à mãe, portanto, livre *da rua*. Aqui também, a supervisão do adulto parece conter o diferencial. Trabalhar *na rua* não é uma atividade *de rua*. Rua não é um espaço geográfico, é a expressão simbólica de um lugar social.

O “trabalho” infantil como valor positivo nas famílias pobres questiona o “divisor de águas” da letra da lei: até os 16 anos, é tido como perverso para o aparato legal. Mas a partir de 16, é aceitável e até desejável.

Alguns pais relatam que são os filhos, em geral os adolescentes de 12 e 13 anos, que querem trabalhar, e fazem pressão pela aquisição de coisas, chegando a “exigir”.

---

<sup>55</sup> A reflexão de BEVILAQUA (2000), ao estudar os órgãos de defesa do consumidor traz uma importante contribuição epistemológica acerca das questões teórico-metodológicas ligadas a uma Antropologia do Estado. A Antropologia, neste campo, proporcionaria uma inteligibilidade mais profunda dos fenômenos sociais no âmbito do Estado, analisando as relações sociais a partir de cânones clássicos e consagrados da disciplina. Desta forma, por exemplo, instituições como o exército e os órgãos de defesa do consumidor não se limitariam a “regular as relações de mercado e a promover o consenso individual, mas atuam também na construção de pessoas morais, operando portanto na lógica da troca-dom”(p. 124).



Neste caso, o trabalho não é colocado como antagônico à escola. O dinheiro ganho com o trabalho, ora é utilizado pela própria criança, ora é entregue aos pais para as despesas básicas da família.

Colocar o filho no PETI, tarefa esta geralmente realizada pelos pais, não tem relação com buscar a erradicação do trabalho infantil, ou livrá-los dele. Constitui apenas uma ajuda no esforço familiar por sobreviver. Mesmo no caso de famílias abordadas pelo Conselho Tutelar por situação de trabalho infantil, esta intervenção pareceu não alterar significativamente a sua visão de mundo e a relação entre esta abordagem e o PETI não se dá obviamente. Em geral, a concepção de trabalho infantil não muda com o Programa. A participação das crianças no PETI determina a proibição dessas trabalharem (*“não posso levar eles pra catar papel por causa do PETI”*), mas a desvinculação ao Programa reacende a prática (*“agora esse piá que tá aí pode ir porque ele já saiu do PETI”*).

A realidade do trabalho infantil nas vidas dos pais, quando estes eram crianças, não é interpretada pragmaticamente, por eles mesmos, como um empecilho ao próprio estudo e às dificuldades do presente. Trabalhar desde cedo foi bom para eles, logo também será para os filhos. Muitos pararam de estudar para cuidar dos irmãos mais novos, exercendo as suas atividades no próprio domicílio. Esta atividade é interpretada pelos pais e mães como uma “ajuda” em casa. Em geral, os filhos mais velhos, por causa do cuidado dos menores, acabaram tendo um nível de escolaridade menor que os mais novos.

Não há, na mente nativa, uma relação óbvia de causa e efeito do tipo: trabalho infantil – gera baixa escolaridade – gera pobreza. Esta não constitui uma cadeia descendente e unilinear facilmente constatável e que reflete uma continuidade de aspectos positivos ou negativos, embora sejam conscientes de que, na maioria das vezes, foi o trabalho precoce que inviabilizou os estudos. Trabalhar desde cedo é bom, mas parar de estudar é ruim.

A sua baixa escolaridade, gerada pela falta de oportunidades, não impede que valorizem, no nível do discurso, os estudos. Declaram que querem voltar a estudar, mas muitas vezes não aproveitam esta oportunidade, quase sempre acessível a todos no município. É muito comum a noção pré-concebida de uma inaptidão para os estudos: “*tenho a cabeça fraca*”.

Por trás da lógica do trabalho infantil no seio das famílias pobres, há uma “moral” sustentadora dessas práticas que valoriza e enobrece o trabalho precoce. Além disso, estamos lidando com uma questão econômica, ou seja, as crianças trabalham porque seus pais estão desempregados ou subempregados, não satisfazendo as necessidades da família. Os dois aspectos sustentam-se mutuamente, legitimando o trabalho infantil. Mas isso não anula o fato de que, o que está em jogo, na maioria dos casos, são valores em mutação, uma penetração gradual da lógica legal, sustentada ideologicamente pela imprensa e pelos atores governamentais, conforme se vê no relato de uma informante: “*A experiência de trabalhar quando era criança foi boa para mim, porque hoje eu posso dar este exemplo para os meus filhos... porque hoje eu já não quero*

*que eles trabalhem, eu quero que eles estudem primeiro. Isso é o que eu quero, educação. Mas se puder estudar e trabalhar, é melhor”.*

É muito importante destacar que o estudo contextualizado das famílias oriundas da problemática do trabalho infantil em Fazenda Rio Grande, longe de nos permitir apenas vislumbrar um particularismo que se encerra em si mesmo, permite-nos projetar princípios mais gerais da sociabilidade humana. O trabalho da criança, parte da sua formação como pessoa moral, é sustentado por uma lógica da reciprocidade no seio da família, grande norteadora de sentido à vida. Supervisionada por um adulto ( portanto, sem ser “da rua”), logo, sustentada por uma ordem conferida pelo mundo da família, a “ajuda” proporcionada pelos filhos manifesta o sentido dos laços de reciprocidade que operam no âmago das relações sociais. Da mesma forma, em termos gerais, o mundo da família, seus valores e suas relações engloba a ordem jurídico-legal, proveniente do disciplinamento estatal.

### 3.6 UM POUCO DO OLHAR DAS CRIANÇAS DO PETI DE FAZENDA RIO GRANDE

Em minha etnografia, busquei sempre apreender o olhar de adultos, em geral mães, responsáveis pelas crianças e adolescentes do PETI. Embora pessoalmente eu quase não tenha conversado com as crianças do Programa, julguei relevante analisar um volumoso material coletado pela equipe do Projeto Família Cidadã por ocasião da

realização de oficinas sócio-educativas e outras intervenções em atividades esporádicas do Programa. São materiais elaborados pelas crianças: desenhos, textos e frases que relatam o seu cotidiano e sua visão de família e do próprio Programa.

A visão da família, como no caso das mulheres, opera-se em dois planos. Primeiramente são as mães, como um forte referencial afetivo e simbólico. Bem mais distante, situam-se os pais e padrastos. Num segundo plano, situa-se a chamada família extensa: tios, primos e avós convivem muitas vezes sob o mesmo teto ou moram perto, e fazem parte da história de vida dessas crianças. Elas expressam o seu grande amor pela família, independentemente das dificuldades e carências narradas por elas mesmas: *“a minha mãe é a melhor mãe do mundo”*.

No universo infantil, o PETI é um lugar para pessoas carentes, um lugar muito bom *“porque ajuda os que passam fome”* e *“os que ficam na rua”*. Mas estes são quase sempre os outros, nunca elas mesmas. São as outras crianças que só vão para o PETI para comer. A criança consegue formar um mundo que, aos seus olhos, reflete a imagem de uma família feliz, o seu lugar de segurança e proteção.

Brigas e discussões têm um sentido de suma importância no universo das crianças, desempenhando um papel crucial de afirmação ou negação. Ter uma família feliz de verdade é ter um lar sem brigas e discussões. A negação das brigas fortalece a imagem de um lar feliz.

A figura da mãe aparece com a força simbólica e de referência mais vigorosa no mundo das crianças. Deus também está muito presente no universo simbólico das

crianças, a quem frequentemente agradecem pela família. A sua presença é tão forte quanto a ausência da figura paterna, sendo esta praticamente irrelevante.

A oposição “legal” *versus* “chato” está presente nas concepções de quase tudo que permeia o universo infantil: os irmãos, os pais, os professores, os colegas, a escola. O PETI tem uma avaliação altamente positiva por parte das crianças. Lá é “legal”, porque tem brincadeiras, ao contrário da rua, onde estão os “maloqueiros”.

As crianças relatam um cotidiano de labor infantil doméstico, visto por elas mesmas como uma “ajuda” que dão em casa: *“daí a minha mãe chega em casa cansada enquanto ela toma banho eu já vou esquentar a comida para ela”*. Deste modo, a criança reflete de várias maneiras os valores da sua família, reproduzindo-os, os quais conferem sentido ao seu próprio mundo, ao mesmo tempo em que o formam.

Quase sempre, a família é um lugar de segurança e proteção, onde a felicidade acontece “apesar de”. Desmistificando uma noção prévia de senso comum que vitimiza estas crianças, colocando-as como exploradas e infelizes em meio a um contexto de desagregação familiar, o campo tem revelado uma realidade permeada de alegria e de fortes laços afetivos, em que a criança se vê amada e protegida.

### 3.7 RELAÇÕES COM O ESTADO

Pensando na problemática da relação entre lógica nativa e políticas públicas, cito, na literatura etnográfica, FOOT-WHYTE, que, em “Sociedade de Esquina” (2005),

ao fazer a crítica aos assistentes sociais que trabalhavam no Centro Comunitário do bairro por ele estudado, levanta a inconsistência e a completa falência das políticas públicas que eram aplicadas. Os assistentes sociais não conheciam a lógica da população nativa, mesmo estando há vários anos trabalhando com ela, e não reproduziam o sistema hierárquico da liderança informal que compunha a lógica dos imigrantes ítalo-americanos. Políticas públicas que não dão conta da lógica de interação dos grupos sociais, mas implementam programas a partir da lógica dos profissionais que as formulam (um olhar “de cima para baixo”), geram programas e projetos inconsistentes. Isso traz à tona a questão da aplicabilidade de políticas emancipatórias para uma população que não tem na “emancipação” um valor. Colocando o trabalho infantil como um valor negativo e a necessidade de “emancipação” como algo desejável, em que medida as políticas públicas estão operando a partir de uma visão “de cima para baixo”, muitas vezes responsabilizando os pobres urbanos pela manipulação dos recursos de transferência de renda, pela reincidência das crianças e adolescentes no trabalho infantil e pela recusa de algumas famílias em participar dos cursos de formação profissional oferecidos?

Os assistentes sociais em questão, os coordenadores locais do PETI e demais agentes públicos, assim como a própria equipe do Projeto Família Cidadã, agem como intermediários entre a política oficial e os beneficiários. São, portanto, orientados pelo ideal de ascensão social das classes médias, das quais fazem parte. Esta lógica, formuladora da legislação e por ela legitimada, migra do campo ideológico para o da

legislação (registros e normas “oficiais”), moldando as políticas e programas, e a partir daí, procurando influenciar comportamentos e projetos de vida, seja pela via da educação, seja pela da coerção.

Quanto a outros aspectos da operacionalização do PETI, a diferenciação entre o PETI Rural e o PETI Urbano, por exemplo, utilizada na implantação do Programa, não faz sentido para os beneficiários de Fazenda Rio Grande. O que se percebe é que as famílias apenas reconheciam que “uns ganhavam mais e outros menos”, referindo-se aos valores diferenciados das bolsas, sem associar isso à questão da criança ser ou não oriunda de zona rural ou urbana. Também não faz sentido outros termos comumente utilizados pelos técnicos, como “metas”, por exemplo, para explicar porque não havia mais crianças no PETI: não havia mais “metas” disponíveis (uma “meta” corresponde a uma criança).

Ainda em relação a esta questão da relação entre a formulação de políticas e a lógica nativa, SARTI (op. cit.) afirma que “a dificuldade de relativização dos pontos de vista parece-me ser uma das mais relevantes questões a serem trabalhadas na implementação de políticas sociais e em todo trabalho que envolva ajuda não apenas aos pobres, mas a quem quer que seja.” (SARTI, 2005, p. 14). Da mesma forma, para ARNS, “a efetivação da política de assistência social, caracterizada pela complexidade e contradição que cerca as relações intrafamiliares e as relações da família com outras esferas da sociedade, especialmente o Estado, colocam desafios tanto em relação à sua proposição e formulação quanto à sua execução”. (ARNS, 2005, p. 61)

Assim, qualquer programa de política pública fomentada pelo governo e outras entidades não-governamentais que não se contentem com soluções simplistas e imediatistas deve contemplar os aspectos culturais da população a quem se destina, entendendo Cultura como “um arcabouço de símbolos construídos e operados pelas pessoas dando sentido a uma realidade” (DENYS CUCHE, 2002, p. 143). A necessidade do conhecimento profundo acerca da realidade das famílias beneficiárias dos programas sociais é evidenciado na constatação de que o enfoque à família tem se revestido de um cunho assistencial, desarticulado e dependente. Nesse processo o mais grave é que “os profissionais acabam, com certa naturalidade, “invadindo como um trator” a privacidade (das famílias). Ao invés de fortificar e descobrir suas potencialidades, acabam permitindo a opacidade da sua identidade”. (VIVARTA, 2003, p. 86)<sup>56</sup>.

O Estado induz perguntas, respostas e práticas. FONSECA (2006:176) chama a atenção para o poder capilar do Estado, “que se estende por táticas ora coercitivas, ora sedutoras, para a vida íntima de cada cidadão. Nas análises mais críticas, essa penetração do Estado seria particularmente direcionada para as famílias pobres, proporcionando a moralização e disciplinamento no lugar de qualquer avanço político ou econômico realmente eficaz” (DONZELOT, 1977, citado por FONSECA)

Discutindo a questão do paternalismo e do clientelismo, ZALUAR aponta para o fato de os pobres urbanos operacionalizarem estratégias a fim de angariarem recursos

---

<sup>56</sup> A obra “Crianças Invisíveis – o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração”, procurou contribuir com um aprofundamento do debate sobre a exploração do trabalho infantil através de uma análise da cobertura da imprensa sobre o tema, no sentido de incrementar o conhecimento público sobre o trabalho infantil, suas causas e consequências.



possíveis para sobreviver: “ao focalizar a dinâmica cultural brasileira, acaba-se por pensar as relações entre as classes subalternas e as dominantes segundo os termos gerais do ‘paternalismo’, ‘personalismo’ e ‘individualismo’, perdendo-se de vista as tensões e conflitos entre elas que se manifestam também nos usos e reinterpretações das mesmas tradições culturais, bem como a possibilidade de estarmos não diante de uma opção cultural cristalizada e arraigada nos hábitos da população pobre, mas sim de estratégias para canalizar recursos possíveis dentro do quadro institucional em dado momento histórico” (p. 42). Uma abordagem *de longe e de fora* (MAGNANI, op.cit.) poderia dizer que os pobres se deixam dominar, são clientelistas e gostam de ser manipulados. Já uma abordagem *de perto e de dentro* afirmaria que os pobres é que manipulam a ideologia dominante e os políticos de acordo com os seus interesses, ou seja, a relação é de fato assimétrica com as outras classes sociais, mas não é de dominação absoluta. Nessas relações, não se produz dominação, mas, ao contrário, espaços de interação e de reinterpretação. É o que se vê na operacionalização do PETI por parte das famílias atendidas e sua capacidade de adaptação às exigências e contrapartidas (condicionalidades positivas, na linguagem oficial) do Programa. Há um esforço familiar por atendê-las. Este esforço, estratégia de adaptação, manifesta-se na capacidade das famílias em atender às exigências, na participação ativa nas reuniões com os coordenadores do Programa, quando convocados (por medo de “perder o dinheiro do PETI” ou “perder o PETI”), mas parece não ser capaz de operar uma mudança na lógica nativa, sendo até mesmo condicionado a que o Governo “faça a parte dele”. Quando a

bolsa atrasa por muito tempo ou é suspensa por algum motivo, muitas famílias acabam por retirar os seus filhos do Programa. Da mesma forma, quando houve a migração do PETI para o Bolsa Família, muitas famílias retiraram os seus filhos do PETI, porque o recurso atrelado ao Bolsa era maior.

Uma questão central da minha pesquisa diz respeito à harmonia ou descompasso entre lógica nativa e arcabouço legal da sociedade. SARTI (2005) coloca que, “ter a família como referência simbólica significa privilegiar a ordem moral sobre a ordem legal, a palavra empenhada sobre o contrato escrito, o costume sobre a lei, o código de honra sobre as exigências dos direitos universais de cidadania, julgando e avaliando o mundo social com base em critérios pessoais, dos quais decorre a dificuldade de estabelecer critérios morais universalistas.” (pág. 139). Mas, até que ponto estas duas ordens se interpenetram num movimento dialético de mútua influência?

Nesse sentido, FONSECA (2006) também traz uma valiosa contribuição ao colocar, em seu trabalho relacionado ao acesso à justiça, como dois extremos equivocados as idéias de “legislação simbólica” (que traça o perfil de uma sociedade ideal), por um lado, e de que, no Brasil, “a realidade não está à altura das leis”, como crítica cultural aos costumes. A autora afirma: “Para um reconhecimento tácito de que ‘A revolução não se faz por decreto’ (Montesquieu apud BOURDIEU, 1989). Ao mesmo tempo, reconhece-se a grande importância do judiciário que, ao lado das mais diversas organizações estatais, dos movimentos sociais e demais instâncias da sociedade civil,

consta como elo fundamental na cadeia de processos capazes de promover direitos sociais no Brasil” (p. 162).

Uma questão interessante refere-se ao fato de que a etnografia aponta na direção de que a geração mais jovem (os pais das crianças do PETI na faixa dos 25 a 30 anos de idade), aparentemente, esteja absorvendo a nova legislação constante no Estatuto da Criança e do Adolescente e em outros instrumentos legais de proteção à infância, apresentando a tendência de reprovar qualquer forma de trabalho infantil, ao contrário dos mais velhos. Caminhando nesta direção, a pesquisa buscou apreender a reinterpretação da legislação pelas famílias do PETI: uma mescla dos valores culturais com a ordem legal. Esta discussão traz à tona, portanto, a questão da penetração do Estado na vida privada das famílias, especialmente das famílias pobres, proporcionando ou não a o seu disciplinamento no campo nos direitos sociais. A Antropologia pode contribuir com o entendimento do complexo universo simbólico das pessoas, trabalhando no sentido de “procurar, na medida do possível, identificar os múltiplos (e frequentemente conflitantes) valores em jogo” (FONSECA 2006, p.175), especialmente no campo do direito e da cidadania. “Cabe a nós fazer (...) uma retomada crítica de nossos conceitos para assegurar sua adequação à realidade brasileira e, assim, formular políticas realmente eficazes para a promoção da justiça social” (p. 183).

Em Fazenda Rio Grande, no caso de famílias que já tiveram algum tipo de relação conflituosa com o ECA (“a lei”), este é claramente criticado. Nesta crítica, inclui-se a proibição de “bater nas crianças”, o que é tido como um retrocesso, já que a

disciplina física é um valor positivo atrelado à formação moral das crianças. Na visão nativa, por causa do ECA, as crianças estão mais rebeldes e desobedientes: “...*por causa de um que exagera, agora todo mundo tem que pagar com esta lei*”. Há um constante diálogo com a legislação. A lógica da disciplina das crianças para os nativos é diferente da lógica do ECA. Para essas famílias, o constante relato da rebeldia e indisciplina das crianças parece até mesmo ser uma forma deliberada de opor-se e criticar o ECA, contra o qual apresentam um antagonismo muitas vezes explícito. O mesmo vale no aspecto relativo ao trabalho infantil: “*a lei que não deixa o jovem trabalhar é errada*”; “*tem muita piazada na rua fazendo o que não deve, era melhor estar trabalhando*”. Para os pais dos adolescentes, o ECA parece ser evocado pelos próprios filhos contra a sua autoridade: “*ele fala que se eu bater nele, ele chama a polícia por causa da lei*”.

A sombra do Conselho Tutelar<sup>57</sup> está presente e representa uma ameaça. Uma denúncia pode acontecer a qualquer momento<sup>58</sup>: “*hoje a gente não pode dar nem um tapa*

---

<sup>57</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 131, dispõe que *o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente*. O Art.136 define as atribuições do Conselho. Entre elas, destaco: *encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente* (inciso IV); *encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência* (inciso V); *representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder* (inciso XI).

<sup>58</sup> O Art. 129 do ECA refere-se à medidas aplicáveis aos pais ou responsável: *encaminhamento a programa oficial ou comunitário de proteção à família; inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos; encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico; encaminhamento a cursos ou programas de orientação; obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar; obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado; advertência; perda da guarda; destituição da tutela; suspensão ou destituição do pátrio poder*. Em relação à destituição da tutela, suspensão ou destituição do pátrio poder, no entanto, o Estatuto ressalva, nos artigos 23 e 24, que *a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder*, e que as mesmas serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório. Por outro lado, o Artigo 130 afirma que, *verificada a*

*nos filhos que os vizinhos já entrega a gente*”. Muitas vezes, há um medo tácito de ser surpreendido com as crianças trabalhando ou batendo nelas. Há, portanto, um acesso claro ao conteúdo da lei, ao menos no nível superficial, mas este conteúdo é distribuído, ou de forma difusa e não formal (“*muita gente fala*”), ou pelos meios de comunicação como porta-vozes do aparato legal (“*eu vi na televisão*”). O que alguns autores apontam é a tendência à judicialização das relações familiares, redefinindo normas e papéis a sujeitos que se recusam a se submeter a elas ou mesmo a exercer direitos civis conquistados.

Em geral, numa primeira abordagem superficial, vários responsáveis pelas crianças têm a tendência de, no nível do discurso, atribuir um valor negativo ao trabalho infantil que não seja doméstico. Uma abordagem mais aprofundada, no entanto, perceberá o valor moral positivo atribuído à atividade laboral da criança e do adolescente, como um reflexo da própria experiência passada vivida pelos adultos e que é avaliada positivamente por eles.<sup>59</sup> Nos relatos de vida analisados, percebe-se a existência de um

---

*hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum.*

<sup>59</sup> O trabalho de MAGNANI (1998), ao buscar a apreensão da ideologia das camadas populares da periferia, traz uma contribuição importante relativa à noção de que, na antropologia, a *coerência* não é obrigatória. A incoerência entre discurso e prática faz parte de um todo, tendo a antropologia a possibilidade de operacionalizar discurso e prática de acordo com as circunstâncias. De acordo com a sua etnografia, as incongruências e incoerências entre discurso e prática estão também na representação do circo (objeto da sua pesquisa) e nos valores tradicionais das famílias. Isto é particularmente interessante e esclarecedor na análise dos discursos e dos comportamentos das famílias inseridas na problemática do trabalho infantil. Orientadas e coagidas pelo discurso do Estado e pela força da lei, têm em seu discurso a explicitação da idéia negativa do trabalho infantil, porém muitas vezes não vivido na prática.

Buscando o que é específico nas classes populares da Cidade de Deus, ZALUAR as pensa como abertas, não totalmente homogêneas e não totalmente dominadas. Para a apreensão da visão de mundo nativa, trabalha não só o discurso, mas também os comportamentos, constatando, como MAGNANI, que

ciclo intergeracional de pobreza e incidência do trabalho infantil. Os pais declaram ter trabalhado quando eram crianças, caracterizando um padrão social comum de comportamento que é transmitido e é tido, na maioria das vezes, como positivo. Percebe-se que o Estatuto da Criança e do Adolescente é reintegrado ao cotidiano das pessoas e opera simultaneamente com a lógica nativa, tendo uma inserção externa, incutida pela influência dos meios de comunicação e pelo “medo” do Conselho Tutelar. Como diz uma informante que tem filhos no PETI: *“agora, a lei não permite trabalho de menor. Eu acho que a lei é ruim, pois trabalhando e estudando a criança não tem tempo de fazer coisa ruim, malvada”*. As pessoas estão dialogando com a legislação e a política pública em diversos planos, inclusive no da disciplina das crianças: é comum os pais reclamarem da “rebeldia” dos filhos, possivelmente para contraporem-se ao ECA, já que agora não é mais possível “bater neles”. O que percebi, na fala dos informantes, foi um “discurso velado”, ou, muitas vezes, um discurso não dito. Na visão de mundo nativa, há uma mescla de valores em constante transformação, valores estes que sofrem a interferência da legislação e da ideologia dominante.

Em famílias de pais mais jovens, o discurso e a prática tende a ser mais harmonioso com a premissa legal. Nessas famílias, quase sempre os filhos não estavam em situação de trabalho infantil de fato. Deus é muitas vezes evocado como o supridor

---

nem sempre o discurso é compatível com a prática. Para estes autores, estas inconsistências e contradições constituem um leque de alternativas que permite às pessoas posicionar-se diante das questões cotidianas da vida. As ambigüidades devem ser pensadas, portanto, como uma tentativa de preservar as representações e de construir alternativas de sobrevivência. Mas é importante frisar que estas ambigüidades são, na verdade, de cunho universal, não caracterizando uma especificidade das classes populares, revelando-nos as incongruências entre os planos do real e do ideal.

que não permitiu que os filhos precisassem trabalhar. Mas nesses casos, permanece a oposição rua *versus* casa. O acesso ao PETI deu-se apenas como forma de prevenção, sendo justificado pelos técnicos da prefeitura como uma forma de ajudar as famílias de risco, para que o trabalho infantil não venha a acontecer de fato. No discurso, estes pais e mães tendem a confirmar que os filhos nunca trabalharam, que “*lugar de criança é na escola e em casa, brincando*”. Lógica nativa e lógica estatal, em todos os casos, operam instantaneamente e estão em constante diálogo. Nesse sentido, Fonseca (2006:183) cita Bonetti (2001:189) acerca das “novas formas de aquisição e exercício de cidadania”, que surgem da “relação entre diferentes valores culturais, mesclando elementos dos mais variados espaços semânticos que convivem na complexidade da vida urbana”.

Aprofundando um pouco esta questão, o fato dos pais mais jovens operarem em sintonia com a legislação parece simbolizar as mudanças da própria cidade, a chamada “emergente” Fazenda Rio Grande. Já crescidos no novo espaço de urbanização, cenário onde projeto de “melhorar de vida” acontece dentro do ideário capitalista, para estes pais, dotados de um projeto de ascensão social e de um maior nível de escolaridade, não há relação entre trabalho infantil e disciplina moral. Da mesma forma, busca-se um futuro em que profissões que exigem o trabalho braçal devem ser evitadas, tais como serviços domésticos e construção civil, em favor dos “trabalhos de escritório”.

Nesta relação dialética entre a cultura nativa e o marco legal, em muitos casos este passa a regular as decisões familiares. Crianças que “ajudavam” no orçamento

pararam de fazê-lo, mas retornaram assim que a idade permitida, de 16 anos, foi alcançada.

DaMatta (2000) nos fala deste momento em que a sociedade é englobada pelo eixo das leis impessoais: “situações onde momentaneamente se faz um rompimento com a teia de relações que amacia um sistema cujo conjunto legal não parte da prática social, mas é feito visando justamente a corrigi-la ou até mesmo instaurar novos hábitos sociais. Trata-se, como é mais óbvio, de uma lógica que conduz ao discurso do Estado, que, no caso brasileiro e ibérico em geral, tem razões que a sociedade e a cultura local desconhecem!”(P. 18) Gradualmente, lógica estatal, fria e não relacional, baseada em leis, e lógica nativa, pessoal, se interpenetram, o mundo da casa e o mundo da rua se fundem naquilo que DaMatta propôs como mais que “dialético”, mas como uma relação, que é a chave para a compreensão da própria sociedade brasileira: uma sociedade relacional, onde o que importa é aquilo que está “entre as coisas” (p.25).

Considerando o fato que estamos estudando famílias beneficiárias de um programa social que faz parte de uma política de Estado, surge então uma questão ligada às relações geradas entre este público e o Estado, especialmente no que diz respeito ao exercício do papel estatal assistencialista de substituição das relações de dádiva.

É largamente difundido o conceito que aponta para programas de transferência de renda como o Bolsa Família, ao qual o PETI está vinculado, como o reconhecimento de uma “dívida social”, uma obrigação do Estado para com milhões de famílias pobres do país. Segundo esta concepção, apregoada inclusive por atores governamentais, “o viés



controlista e auto-centrado das políticas sociais, que colocavam as condicionalidades como uma contrapartida, ou um “pedágio” a ser pago por famílias tendencialmente negligentes, está superado”. Neste discurso, “a bolsa não é esmola, mas direito de cidadania. As condicionalidades não são nem pedágio nem contrapartida, mas atuam para uma melhor organização dos próprios serviços sociais ofertados” (NAHAS, 2006. P. 12,13)

No contato direto com as famílias beneficiárias do PETI, percebe-se que há uma avaliação positiva do programa, mas, quando indagados, os pais muitas vezes associam a sua aprovação à bolsa recebida em dinheiro pelo responsável pela criança assistida. Há, da mesma forma, várias manifestações de apoio acerca da jornada ampliada (atividades sócio-educativas) que é oferecida à criança, afirmando a sua importância para “*a criança não ficar na rua*”, ou porque “*a criança aprende muita coisa*”. Em 2006, no entanto, com a migração das famílias do PETI para o Programa Bolsa Família<sup>60</sup>, estratégia do governo federal de unificação dos programas federais de transferência de renda, estabeleceu-se como critério que a família permaneceria com apenas um benefício. O pagamento passaria então a ser por cartão magnético, como nas famílias do Bolsa Família. Porém, para algumas famílias que eram beneficiárias tanto do PETI quanto do Bolsa Família, a migração representou uma perda de recursos. O benefício deixou de ser cumulativo entre

---

<sup>60</sup> Conforme Portaria 666, de 28 de dezembro de 2005, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, apenas o repasse das bolsas ficou a cargo do Bolsa Família. O monitoramento e a fiscalização das crianças e adolescentes continuou com o PETI, através das ações socioeducativas e de convivência. Para o Ministério, a integração entre o Bolsa Família e o PETI aumenta o raio de alcance dos programas sociais. Não foi permitida a permanência de uma família beneficiária no PETI e no PBF ao mesmo tempo.

os dois programas, permanecendo apenas aquele que fosse maior. Algumas famílias, ao terem seu benefício reduzido, retiraram seus filhos do PETI e ficaram no Bolsa Família, mesmo tendo a opção de deixá-los na Jornada Ampliada. Em termos da percepção e expectativas em relação ao programa, o que se evidencia é que, para as crianças, trata-se de brincadeiras, lazer e alimento; para os pais, o benefício primordial é financeiro; para o Governo está-se erradicando o trabalho infantil. Situações sociais distintas, gerando diversos olhares distintos.

No discurso dos beneficiários de Fazenda Rio Grande, o PETI é bom, principalmente, porque lá “*as crianças brincam*”, ou “*aprendem bastante*”, ou “*lá eles se alimentam bem*”. Mas acima de tudo é bom porque o dinheiro do PETI “ajuda”. Nesse sentido, o “trabalho” (“ajuda”) das crianças está no mesmo plano do PETI, razão pela qual eles se suplementam tão bem: ambos “ajudam”. Porém, ao operarem num mesmo plano de significados e se substituírem mutuamente, não entra em operação uma lógica de transformação, como almeja a política pública. Há apenas um novo conteúdo, socialmente aceito, mas com um mesmo sentido.

São pouquíssimas as famílias que vivem exclusivamente do dinheiro do PETI. Em geral, o recurso que vem é considerado uma “ajuda” para comprar calçado, roupa e alimento, assim como o trabalho infantil, quando realizado. Constitui um complemento à renda, algo proveniente da criança para auxiliar no sustento da casa. É por isso que o PETI reafirma o sentido que é conferido ao próprio trabalho infantil, penetrando de forma suplementar em seu lugar: coisa de criança, uma ajuda. A lógica nativa mantém-se, e não

está relacionada necessariamente às noções de emancipação, liberalismo e arrojo empreendedor.

É nesse sentido, de acordo com BASTIDE (1979), que o PETI representaria uma espécie de reinterpretação. Segundo o autor, este termo pode ser compreendido como “o processo pelo qual são atribuídos antigos significados a novos elementos” (p. 42). A “ajuda” que a criança oferecia como retribuição e mantida pelo PETI, que mantém a mesma lógica e por isso faz todo o sentido. Mudam as formas, permanecem os significados.

Por outro lado, ao contrário do que sustenta alguns discursos de senso comum das classes médias, não percebi que o dinheiro do PETI gere acomodação ou “preguiça”. Uma informante diz: *“não é porque eu ganho do Governo que eu não vou ganhar mais”*. Nem acomodação, nem emancipação: a visão de mundo nativa se renova, adequando-se aos novos termos impostos pelo Estado.

Quando indagados sobre a hipótese de que a bolsa seja cortada por algum motivo, a totalidade dos pais não consegue responder como satisfaria as necessidades básicas da família, ou não consegue imaginar uma estratégia palpável de reposição do recurso que seria perdido. Aparentemente, não há uma perspectiva “emancipatória” por parte maior parte das famílias, nem uma associação do recurso extra com uma possibilidade de alavancagem produtiva focada no futuro, como preconiza a política oficial.

No início da minha pesquisa, quando o pagamento aos responsáveis pelas crianças do PETI era feito em cheque nominal, entregue *in loco* (no próprio local onde as crianças participavam das atividades, ou, em último caso, na Gerência de Ação Social) diretamente por funcionários da Prefeitura ligados ao Programa, percebi que, quando convocados para alguma reunião, os pais procuravam demonstrar um grande interesse em participar. Segundo educadores sociais e coordenadores do programa, este interesse refletia o “medo de perder a bolsa”. Faltas costumavam ser prontamente justificadas, e havia um permanente sentimento de ameaça sentido pelos pais de que o filho pudesse ser excluído do programa, caso a frequência às reuniões não fosse cumprida e as condicionalidades positivas do programa observadas (filhos frequentando a escola com menos de 25% de faltas). Aparentemente, portanto, devido ao vínculo pessoal gerado, havia uma tendência muito mais generalizada dos pais se sentirem “obrigados”, ou “em dívida”, em que pese o fato de, em alguns casos, haver uma prontidão na busca dos “direitos” quando alguma coisa prometida falhava, especialmente no que dizia respeito ao atraso no pagamento da bolsa. Após o englobamento do Programa pelo Bolsa Família, no entanto, e o pagamento passar a ser realizado de forma impessoal, através de cartão magnético em agência bancária, sem a intermediação palpável de atores governamentais, a frequência às reuniões e o atendimento aos chamados feitos pela equipe gestora do Programa diminuiu significativamente. Mesmo neste caso, todavia, a participação no Programa é interpretada como consequência de um vínculo pessoal estabelecido com um agente governamental, funcionário público, a quem é atribuída a “ajuda” ofertada.

Para muitos, o PETI é melhor percebido como sendo ofertado pelo “governo”. Por governo, entende-se o governo estadual ou federal, personalizados, constantemente por “Lula” ou “Requião”. A prefeitura não é citada como “governo” municipal, o vínculo com ela é efetivado de forma direta e pessoal, especialmente com os agentes públicos mais próximos, isto é, os coordenadores do PETI. Na lógica nativa, Governo e Estado se distinguem, e a política de erradicação do trabalho infantil é percebida como uma ajuda pessoal ofertada por governantes reconhecidos como de cunho progressista e interessados nos pobres.

Em outros casos, da mesma forma, encontrei várias famílias que haviam sido transferidas de áreas de ocupação e risco, adquirindo a casa própria, e não sabiam dizer quem era responsável por este benefício concedido.

Quando perguntamos a um universo de 347 mães responsáveis pelas crianças do PETI acerca da utilização do dinheiro repassado pelo governo federal, destaca-se o fato que, na possibilidade de suspensão da transferência do recurso, apenas uma pessoa respondeu no sentido de que “entraria na justiça”, operando a partir de uma lógica de direitos adquiridos, apregoada pelo Estado. Todas as demais respostas apontam para a dificuldade de sobrevivência e administração dos escassos recursos que seriam gerados a partir disso. A pesquisa foi realizada pela equipe do Projeto Família Cidadã em Fazenda Rio Grande no início de 2006, com informantes que participavam de reuniões promovidas pela Gerência Municipal de Ação Social e Relações do Trabalho para tratar

de assuntos administrativos do Programa. Outros dados importantes coletados nessa pesquisa informam que:

- para 22,1% das entrevistadas, o dinheiro recebido pelo PETI é essencial para a sobrevivência da família. Outras 77% classificaram o dinheiro como “muito importante” ou “importante”. Apenas 0,9% o classificaram como “indiferente”.

- em 87,3% das famílias, é a mãe da criança quem administra / gasta o dinheiro do PETI. Em 8,2% delas, é o pai, e em 3,5%, o avô ou avó.

- a grande maioria das entrevistadas relatou que gasta o dinheiro com itens essenciais para a criança, como a aquisição de vestuário / calçados (35,1%), alimentação (30,6%) e material escolar (20,3%).

Como parte desta reflexão mais ampla, BEVILAQUA (2000), ao estudar as disputas relativas aos direitos do consumidor, aponta que, com a coexistência, na vida contemporânea, de duas modalidades de troca – a lógica do dom e a lógica do mercado, “em certos contextos essas lógicas aparentemente distintas podem ser *indissociáveis*. E que é exatamente isto o que ocorre num território de algum modo totalmente alheio aos princípios da troca maussiana: a reivindicação formal dos direitos do consumidor” (p. 123). “A lógica impessoal e pragmática do mercado capitalista não é capaz de subsumir o princípio muito mais geral da reciprocidade” (p. 122). Neste estudo, como no nosso caso etnográfico, os princípios mais gerais e universais que regem as relações sociais podem muito bem ser observados como parâmetros de inteligibilidade das relações, tanto dentro do Estado como nas relações deste com a sociedade em geral. É neste sentido que a

autora afirma que “os cálculos de engenharia institucional frequentemente realizados para entender a relação Estado-sociedade (que sempre aparece mediado pela categoria “indivíduo”) não se mostram suficientes para entender a dinâmica estrutural que está por trás do sentido que as pessoas dão às instituições” (p. 125). E é justamente isso que é promissor no estudo antropológico do Estado.

É significativo observar outro dado observado nesta pesquisa. Vinte mães afirmaram que, caso a bolsa fosse suspensa, elas “colocariam os filhos para trabalhar”. Como já dissemos, a visão de mundo não é, neste caso, alterada, já que a lógica do Bolsa Família, reinterpretada, continua a apontar para crianças gerando renda, ou “ajudando” a família a sobreviver, o que constitui a função do próprio PETI.

BOURDIEU, estudando a redistribuição de recursos operada através de programas dessa natureza, conclui, em seu contexto, que ela é importante para a legitimidade do próprio Estado, embora o Estado afirme que serve para corrigir desigualdades. Seria um tipo de *potlatch*, em que a redistribuição (fruto da arrecadação de impostos que entra em um ciclo no qual o capital econômico se transforma em capital simbólico) é necessária para garantir o reconhecimento da distribuição. Segundo este autor, o dom aí entregue, na busca de acumulação de capital simbólico (neste caso reconhecimento, prestígio), e não financeiro, expressa-se na linguagem da obrigação: cria obrigações. Gera-se “uma expectativa coletiva de contradom ou do reconhecimento, ou, de forma mais clara, como dominação reconhecida e legítima, como submissão aceita e querida” (1996:13). O dom ofertado requer as condicionalidades em troca: a sua própria

existência supõe a hierarquia e a desigualdade. A sociedade dá através da redistribuição operada pelo Estado, deixando claro a condição de inferioridade de quem recebe e a expectativa do contradom. Para CAILLÉ, as dádivas obrigariam a quem dá e a quem recebe, quer sejam ao mesmo tempo remédio e veneno, benefício e desafio, uma ambivalência própria ao regime que se pode chamar de *incondicionalidade condicional*” (1996:11). O dom, portanto, meio pelo qual se estabelece o pacto associativo, “só pode se formar no registro da *incondicionalidade condicional*, aquele no qual cada um se compromete a dar incondicionalmente a cada um, mas se mostra igualmente disposto a sair do jogo, a qualquer momento, se os outros não o jogam”(2002:153).

GODBOUT problematiza a questão do papel do Estado nas relações de dádiva, afirmando que “a dádiva desempenha um papel importante para inúmeros empregados, pelo menos os que estão em contato direto com a clientela, quer dizer, os que se encontram no final da rede de intermediários iniciada pelos coletores de impostos. Mesmo que os serviços sejam prestados no contexto de um direito do cidadão por empregados remunerados para esse fim, muitos desses empregados chegam a acrescentar a dádiva a esse direito” (1999:72). Para os beneficiários, o PETI foi “dado” pelos coordenadores locais, com quem têm uma relação pessoal.

Apesar de este autor afirmar que o Estado, em seu contexto, não opera no sistema da dádiva<sup>61</sup>, o que se coloca em questão, então, mais uma vez, é a oposição ou a

---

<sup>61</sup> Godbout coloca como evidências, entre outras coisas: a mudança do vocabulário, de “oferecimento” de serviços, para “prestação de serviços”; o recebimento de salário por parte dos agentes governamentais, e não de uma contradádiva; a substituição das doações de caridade ou doações pessoais pela seguridade social; o caráter obrigatório, e não voluntário, do tributo; o estabelecimento de critérios



construção dialética entre dádiva e direitos de cidadania. Esta construção pode ser evidenciada na mudança na forma de pagamento da Bolsa do PETI. Antes, de forma pessoal, entregue pelos coordenadores do Programa através de um cheque nominal em reuniões especialmente convocadas para este fim, com grande adesão. A relação com os coordenadores e outros agentes públicos, neste caso, é muitas vezes evidenciada na forma de gratidão. O Estado, neste caso, apesar de não se pensar a partir da dádiva, opera num lugar de dádiva. Atualmente, após o recente englobamento do Programa pelo Bolsa Família, o pagamento se dá através de cartão magnético, com pouca adesão às demais reuniões convocadas pelos coordenadores. As relações se tornam mais impessoais e a relação com o Estado fica mais repleta da linguagem dos direitos de cidadania.

Não há clareza alguma, para os beneficiários, acerca dos atores governamentais responsáveis pela concessão dos benefícios de que dispõem. Na dúvida, são agradecidos pelo PETI, em primeiro lugar, a Deus, e em seguida aos coordenadores, ou seja, aos agentes públicos mais próximos deles e com quem possuem um relacionamento pessoal. Este relacionamento é fundamental, inclusive para manter algumas crianças no Programa, motivando-as. O dinheiro vem de Brasília, mas quem dá são os coordenadores locais das unidades do PETI.

Esta relação com os coordenadores simboliza a interação com o Estado, que se pessoaliza e adquire sentido. Esta tendência de “relacionalização” pessoal, ao contrário de uma impessoalidade fria, já nos foi claramente apontada por BORGES (2004), ao

---

impessoais e abstratos, decorrentes dos direitos de cada um, adotados pelo Estado, ao invés de relações pessoais; etc.

estudar o “tempo de Brasília” como categoria fundamental para que se adquirisse um lote do governo no Recanto das Emas, cidade satélite do Distrito Federal: “o governo atuava como alguém de carne e osso, como aquela mulher em especial (no caso, uma funcionária do órgão responsável pelo cadastro das famílias), e não como uma instância abstrata e indiferente às especificidades da vida de dona Maria “(p. 36). Na mesma linha, a autora mostra que, “a cada inflexão nos procedimentos relativos à obtenção de um benefício, faz-se necessário o contato físico entre quem demanda um lote e os agentes do governo. É preciso que se encontrem pessoalmente, cada qual portando os documentos comprobatórios do que declaram”.(P. 37)

Esse “encontro” acontece e é mantido nessa interação com os coordenadores. Eles personalizam o Programa na relação direta com as famílias, sendo os responsáveis pelas coisas boas ou ruins que acontecem. Não há outra figura personalizada muito clara à qual os beneficiários atribuam a concessão dos benefícios oferecidos pelo PETI.

Esta análise no remete à questão do papel do Estado assistencialista substituindo as relações de dívida: na gestão das condicionalidades e na operacionalização do programa, em que medida está havendo a formação de uma “consciência crítica” na luta por direitos e conquista da “cidadania” por parte das famílias beneficiárias, especialmente no que diz respeito à importância da escola para o futuro da criança, à “perversidade” do trabalho infantil para o seu desenvolvimento, o lugar da criança na sociedade, segundo o arcabouço político, legal, e as categorias do próprio Estado? Ou o que está se fomentando é um ciclo de doações e trocas a partir de obrigações formadas por uma tentativa estatal

de auto-legitimação que gera vínculos sociais que operam na lógica das relações de obrigações mútuas?

Para responder a esta questão abrangente, é necessário transitar entre diversas indagações, tais como: como as pessoas dialogam com a política pública? Que tipo de vínculos sociais estas políticas pressupõem e geram? Entre quem? Quais são as obrigações sociais (os direitos e deveres) que passam a operar e dar sentido às relações? Analisando as condicionalidades positivas do programa à luz da teoria antropológica, está de fato havendo uma mudança na concepção simbólica da infância, da escola, do futuro e do trabalho infantil, como quer o Estado em sua proposição “oficial”, ou desencadeia-se um circuito de trocas e obrigações sociais entre Estado e famílias que apenas confere legitimidade a um programa de governo? A dádiva ofertada pelo Estado, resposta ou não de uma consciência prévia de “dívida social” que supostamente a teria movimentado num círculo de relações com as famílias oriundas do trabalho infantil, tem sido percebida como um “direito de cidadania”, operado a partir da lógica do próprio Estado e por ele apregoado, ou como um “endividamento” por parte das famílias? Neste caso, como esta consciência de endividamento se manifesta no comportamento e nas atitudes das famílias, ou seja, que tipo de “retribuição” (nos termos de Marcel Mauss) as famílias em geral têm operado, a partir da sua própria lógica, e em que medida esta retribuição responde à lógica do Estado? Em outras palavras, será que se busca a “emancipação” de famílias para as quais isto não é um valor, ou para as quais esta categoria não faz sentido?

Em que pese o fato dessas perguntas não constituírem o objetivo central dessa pesquisa, proponho uma resposta intermediária, desprovida de quaisquer absolutos. Na heterogeneidade circunstancial e histórica, há um processo dialético de incorporação de valores e conceitos agregados pelo Estado e seu arcabouço jurídico e institucional. O Estado burocratiza-se, torna-se impessoal, fomenta os direitos de cidadania e penetra na realidade cotidiana de vida das famílias. As relações pessoais são gradativamente substituídas por critérios impessoais e abstratos; cheques assinados e passados entre mãos que se tocam, por cartões magnéticos que se enfiam em caixas eletrônicos; oferta de serviços vai virando direito adquirido. Para pegar um cheque assinado, olha-se para as mãos e olhos de alguém (geralmente o coordenador local do Programa), estabelecendo-se uma relação pessoal. Quando alguém solicita algo do beneficiário, logo será atendido. O mesmo não acontece na relação com um caixa eletrônico.

Não se pode dizer que esse movimento, no entanto, seja unilinear e ascendente, mas sim que se constitua uma tendência que opera a partir da lógica estatal secularizada. O preto e o branco se tornam um mosaico de diferentes tonalidades acinzentadas que vão conferindo sentido à realidade e às relações, revelando cada vez mais novos tons.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho nasce a partir de uma iniciativa de intervenção social ancorada nos paradigmas que norteiam as políticas públicas voltadas para as crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social no Brasil, bem como nos ideais gerais de grande parte das milhares de organizações não-governamentais que se inserem como atores protagonistas no seio da sociedade civil e que advogam para si uma tarefa transformadora. Nasce, portanto, a partir da operacionalização de um projeto político, uma ideologia, uma visão de mundo, que é mais uma entre tantas possíveis, ainda que hegemônica.

O “estranhamento” gerado a partir de uma inquietação pessoal e da minha equipe de trabalho, como técnico e profissional, acerca dos resultados do projeto que eu coordenava, assim como a necessidade e o interesse em conhecer mais a fundo a visão de mundo das pessoas com quem eu trabalhava, me levou à busca do conhecimento antropológico.

Nesta busca, confirmou-se a hipótese da tensão entre Estado e Sociedade no que diz respeito à concepção de trabalho infantil. Apesar de ter vislumbrado um universo repleto de heterogeneidades, de leituras não-óbvias e não facilmente generalizantes, foi possível apreender algumas regularidades, traços gerais, perfis, que me permitiram a possibilidade de sistematizar um certo padrão comum e estabelecer assertivas fundamentado na reafirmação da autoridade etnográfica. Foi possível, também, perceber

aquilo que acredito ser um processo de mudança social, caracterizado pela interpenetração do arcabouço jurídico e institucional do Estado nos valores dos beneficiários do PETI.

A pesquisa possibilitou também esclarecer algumas questões nebulosas que, para o executor das políticas públicas e para o observador distante, levavam à emissão de juízos de valor e apressadas conclusões, como por exemplo: a razão da precária participação das mulheres em cursos de qualificação profissional, a dificuldade de organização popular devido à resistência a processos coletivos de empreendedorismo, o pragmatismo no trânsito religioso, a capacidade de cuidado dos pais e responsáveis em relação aos filhos em situação de “trabalho”, entre outros, levando-me a um olhar mais próximo que permitiu apreender percepções repletas de sentido e significado.

Foi também de especial relevância pesquisar residentes em um território que coincidia com a minha própria cidade, por mim adotada como opção de moradia e militância: Fazenda Rio Grande, a princípio tão perto, mas ao mesmo tempo distante. Conhecer melhor as pessoas de Fazenda Rio Grande, suas trajetórias e percepções, me permitiu reavaliar minha própria intervenção, tanto a nível conceitual quanto operacional.

Um mergulho na legislação correlata à temática estudada e a compreensão dos grandes marcos fundamentais que orientam o trabalho das organizações do Terceiro Setor e do Estado me possibilitou compreender este mesmo ordenamento que opera a partir de pressupostos comuns colocados como predominantes, únicos ou inquestionáveis. O casamento de ideologias que torna parceiras entre o governo e ONG's tão comuns e

executáveis, mas que ao mesmo tempo condena ao fracasso ou aos resultados medíocres tantos projetos de intervenção em comunidades vulneráveis. É aí que se compreende melhor a questão dos cursos oferecidos por programas de desenvolvimento a mulheres e a não alteração do seu status intrafamiliar; o fato dos sonhos dos adultos, para quem não faz sentido as noções de “empoderamento” e “emancipação”, estarem voltados para os filhos, e não para si, entre outras questões.

Ver em campo diversos arranjos familiares e possibilidades de relações de lealdades mútuas, desnaturalizando a noção de família, foi fundamental para compreender o universo simbólico dessas pessoas. O desafio da pesquisa ser conduzida num município consideravelmente novo, composto em grande medida por migrantes rurais num novo contexto urbano, onde quase não há a noção de “comunidade” como categoria nativa de pertencimento, trouxe elementos de complexificação da análise na busca de uma relação com a teoria antropológica. Isso foi verdade especialmente na noção de “família” revelada pelas mulheres informantes.

A análise qualitativa, real e concreta, me permitiu apreender, primordialmente, a construção do casamento como estratégia de sobrevivência, a noção sociológica e não idealizada de família, desvendar um pouco sobre o projeto de migração, compreender os conflitos familiares como parte da realidade e das próprias relações de reciprocidade, apontar para o significado da infância, bem como conhecer o valor moral, geralmente positivo (e não apenas financeiro) atribuído ao trabalho infantil como elemento de

socialização das crianças por parte de pais e responsáveis preocupados com a formação dos seus filhos.

Além disso, foi possível começar a aprofundar nas nuances do significado atribuído a esta atividade (trabalho, ajuda) e à categoria “rua” como lugar simbólico, e não geográfico. Assim que é possível estar *na rua*, sem ser *da rua*.

Embora não previsto originalmente na pesquisa, conhecer um pouco mais da percepção das crianças e adolescentes que faziam parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi algo enriquecedor e que abriu espaço para muitos desdobramentos e possibilidades futuras de aprofundamento, dentro da esfera da Antropologia da Infância. Ali encontrei um pouco mais de ternura e riso em um cenário onde há só lampejos de esperança num universo de lutas e lamentos.

No diálogo com o Estado e os seus atores, pude compreender melhor como se dá a relação com os agentes institucionais, a visão nativa acerca do ECA, o sentido conferido ao PETI como uma “reinterpretação” do trabalho infantil.

Desde o início da pesquisa, a minha proposta foi a de reencontrar o técnico pós-antropologia – um técnico relativizado, transformado. Na verdade, a “conversão” que buscávamos para as famílias assistidas pelo projeto que eu coordenava foi por mim vivida: apreender os significados do mundo vivido por essas pessoas me fez repensar o próprio projeto e as possibilidades de contribuição da antropologia para a formulação e execução das políticas públicas e seus projetos.



Nesta busca por uma Antropologia aplicada, instrumental, percebo-a como uma poderosa ferramenta a ser ou não utilizada, à medida que o debate acerca da aplicabilidade da Antropologia e seus dilemas avance. Cabe nos perguntar se a erradicação das piores formas de trabalho infantil, especialmente aqueles de natureza penosa, perigosa, degradante e insalubre, constitui o que Almeida chamou uma dessas áreas de consenso parcial, quase unânime, da família humana. E fica aberta a indagação se a intervenção social neste sentido não seria baseada, pois, em uma quase-verdade ancorada em princípios gerais e pragmáticos universalmente aceitos.

E, mesmo que se questione esta suposta universalidade como um etnocentrismo disfarçado, a tentativa de domesticação dessas populações em nome de uma lógica ocidental e capitalista, um neo-evolucionismo justificado em nome do “desenvolvimento”, uma mera reformulação do antigo projeto colonial com roupagem de interesse social ou filantropia, e assim por diante, mais uma pergunta pode ser feita: existe empreendimento, mesmo o empreendimento científico, sem o domínio dos fins? Haveria uma ciência completamente neutra que já não venha embasada com pressuposições que nascem de um lugar ideológico e político prévio? O “não-lutar” pela erradicação das piores formas de trabalho e exploração infantil em nome de um relativismo doutrinário ou como reação à tentativa ocidentalizante de domesticação do mundo não seria, por si só, mais um lugar político, uma concretização de uma ideologia, portanto a definição de um fim a ser perseguido? Da mesma forma, o pesquisador que não pode fazer uma descrição densa porque sua “ânsia” em ajudar o nutre de premissas e

idéias que o fazem enxergar as coisas de forma distorcida é diferente de qualquer outro pesquisador, que supostamente, chegaria mais “neutro” ou sem pré-noções ao campo?

Tendo assumido um novo lugar político, o da observação etnográfica, procuro agora retornar para outro lugar político, o de militante na área dos direitos de crianças e adolescentes vítimas de toda sorte de abuso e opressão. Por certo esta volta se dá não sem conflitos e mudanças de percepção e direção, mas é um retorno planejado, muito mais cuidadoso e realista. Retorno transformado. Tendo agora a Antropologia como informante do executor das políticas sociais, para enxergar e respeitar muito mais os “nativos” informantes do antropólogo em seus próprios projetos de vida. Agora como um novo técnico, pós-experiência etnográfica, mesmo sem ir à Polinésia francesa, mas visitando as famílias do meu próprio projeto.

É com esta reflexão que este trabalho se encerra, fechando um círculo de uma aparente contradição e ambigüidade: adotando posturas teóricas aparentemente contraditórias (Geertz e Bastide; a objetividade etnográfica de Mauro Almeida e a idéia da ciência como “construção” de Latour e Woolgar), e questionando a política oficial e hegemônica a partir do ponto de vista nativo, expondo as inconsistências e incapacidades desta própria política, para retornar à possibilidade de contribuição da Antropologia no avanço da conquista de políticas sociais.

Talvez esta caminhada circular carregue em si mesma o dilema do próprio relativismo da Antropologia Cultural, sem deixar de denunciá-lo (já que, segundo Bastide, ele “nunca vai até a sua consequência lógica, porque mantém dentro de si

mesmo este etnocentrismo que, no entanto, ela denuncia em outros âmbitos”.- p 14). O dilema persiste no domínio dos fins, pela expressão de oposições e de cooperações (fins morais, fins políticos, vontades de mudança e desejo de manutenção). É este domínio que representa o dilema entre “a torre de marfim” e a “grande prostituição” como papel fundamental que o antropólogo deve desempenhar no mundo de hoje.

Para concluir, não posso deixar de mencionar a minha “dívida de gratidão”, por um lado, com os pobres urbanos de Fazenda Rio Grande, e, por outro, com a própria Antropologia (podendo ser, aqui, personalizada em meus colegas e professores da Universidade Federal do Paraná). Com aqueles, por terem, muitas vezes, mostrado um mundo estranho (mas nem tanto) de onde saio diferente. E não foram poucas as vezes que neles encontrei força, coragem e fé que afetaram a minha própria jornada. Esta jornada singular que me mantém no campo da intervenção social, hoje vivendo em Recife e à frente dos programas da maior organização de assistência e desenvolvimento social privada do mundo, tendo a Fazenda Rio Grande como escola. Com a Antropologia, que me permitiu descortinar um universo de infinitas possibilidades. O trabalho artesanal, microscópico da etnografia, acurou o meu olhar e me ensinou a decifrar alguns sinais além do óbvio. Mas ainda há muito por aprender.

## 5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mauro W. B. 2003. **“Relativismo Antropológico e Objetividade Etnográfica”**. Campos – Revista de Antropologia Social 3, pp. 9-30.

ARNS, Flávio. **SUAS – Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Senado Federal, 2005.

BAPTISTA, Naidison de Quintella. Metodologia de trabalho social com famílias. In: ACOSTA, Ana Rojas e VITALER, Maria Amália Faller (org). **Família: redes, laços e políticas públicas**. São Paulo: Cortez : Instituto de Estudos Especiais – PUC/SP, 2005.

BASTIDE, Roger. **Antropologia Aplicada**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1979.

BEVILAQUA, Ciméa e Piero de Camargo Leirner, 2000. **Notas sobre a análise antropológica de setores do Estado brasileiro**. Revista de Antropologia 43 (2): 105-140.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília. Etnografando lugares-evento da política**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2003.

\_\_\_\_\_. **A fórmula do tempo: notas etnográficas sobre o “tempo de Brasília”**. In CHAVES, Christine & TEIXEIRA, Carla (org.). **Espaços e Tempos da Política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Marginalia, algumas notas adicionais sobre o dom**. In Mana: estudos de Antropologia Social. 2/2, 1996. pgs 07-20. Rio de Janeiro: Museu Nacional.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CARDOSO, Ruth C. L. (org.). **A aventura antropológica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. A priorização da família na agenda da política social. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

CUCHE, Denys. **A noção de cultura na ciências sociais**. 2. ed. Bauru: EDUSC, 2002.

DELGADO, José Augusto. **Reflexões sobre o sistema tributário aplicado ao terceiro setor**. Revista Fórum de Direito Tributário – RFDT, Belo Horizonte, ano 3, n.17, p-9-38, set/out 2005.

DURHAM, Eunice R. **A Caminho da Cidade**. Editora Perspectiva.

FELDMAN-BIANCO, Bela; RIBEIRO, Gustavo Lins (orgs.). **Antropologia e Poder: contribuições de Eric R. Wol**. Campinas: UNB - Editora UNICAMP.

FERRARI, Mário; KALOUSTIAN, Sílvio Manoug. Introdução. In: KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da Adoção**. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Família, fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. 2ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

\_\_\_\_\_. **Reflexões inspiradas no projeto “Gênero e cidadania, tolerância e distribuição de justiça”**. In Debert, Guita Green et alii. Gênero e distribuição de justiça: as Delegacias de Defesa da Mulher e a construção das diferenças. Campinas – SP. Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu / UNICAMP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Classe e a Recusa Etnográfica**. In FONSECA, C. & BRITES, J. (org.). Etnografias da Participação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006

- FOOT-WHYTE, William 2005 [1943] – **Sociedade de esquina**. Rio de Janeiro: Zahar.
- GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- \_\_\_\_\_. **O Saber Local**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- GERONE, Acyr de. Palestra sobre “Aspectos Jurídicos do Terceiro Setor”, Seminário de Desenvolvimento Comunitário, CADI, 2005.
- GOUDBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- GUASCO, Pedro. 2000 – **Num país chamado periferia: identidade e representação da realidade entre os rappers de São Paulo**. São Paulo/USP: dissertação de mestrado. Mimeo.
- KALoustIAN, Sílvia Manoug (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- KUPER, Adam. **The invention of primitive society: transformations of an illusion**. London & New York.
- LANNA, Marcos P. D. **A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro**. Campinas: editora UNICAMP, 1995.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- LATOUR, Bruno & Woolgar, Steve. 1997. **“A Vida de Laboratório – a produção dos fatos científicos”**. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- LAVILLE, Christian; IDÓNEA, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Adaptação da obra: Lana Mara Simon. Porto Alegre: UFMG, 1999.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **O olhar distanciado**. Lisboa: Edições 70, 1983.

\_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

\_\_\_\_\_. **Antropologia Estrutural Dois**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

\_\_\_\_\_. **As estruturas elementares do parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (orgs.). **Gestar e Gerir**: Estudos para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2002.

MAGNANI, José Guilherme. 1998 – “Transformações na cultura urbana das grandes metrópoles” in: MOREIRA, Alberto G. (org.) – **Sociedade global. Cultura e religião**. Petrópolis: Vozes (p. 56-78).

\_\_\_\_\_. 2002 – “**De perto e de dentro**: notas para uma etnografia urbana” in: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* n. 49, julho (p.11-29).

MATTA, Roberto da. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. Petrópolis, 1983.

\_\_\_\_\_. **A Casa e a Rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

MAUSS, Marcel (1974) [1923-24]. **Ensaio sobre a dádiva**. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Edusp/EPU, p. 37-184.

NAHAS, Jorge R. **Bolsa Família, um foco para as políticas sociais**. Revista Pensar BH/Política Social, n 15. Belo Horizonte, 2006, p. 12,13.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (org.). **Família Brasileira**: a base de tudo. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETO, Francisco Pereira. **Assistência Social e Caridade em Porto Alegre**. In FONSECA, C. & BRITES, J. (org.). *Etnografias da Participação*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006

NOVAES, José Roberto. **Crianças trabalhadoras: questões para o debate**. Revista do Programa de Mestrado em Serviço Social da PUC-Rio. Trabalho Precoce e Educação Profissional. Rio de Janeiro: DSS, 1999, p. 21-34.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: UNESP, 1998.

OLIVEN, Ruben George. **A antropologia de grupos urbanos**. Petrópolis: Vozes, 1985.

PEIRANO, Mariza G. S. **Uma antropologia no plural: três experiências contemporâneas**. Brasília: UNB.

\_\_\_\_\_. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

SANTOS, Carlos Nelson. 1981. **Movimentos sociais do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SETP – Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. SUAS/PR – Trabalho com famílias e instrumentos de gestão do CRAS. Curitiba, 2006.

SNIZEK, Bárbara K. **Chegadas partidas – um estudo etnográfico sobre relações sociais em casas-lares**. Dissertação de mestrado do Programa de pós-graduação em Antropologia Social da UFPR. Curitiba, 2008.



TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (org.). **Família Brasileira: a base de tudo**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

VELHO, Gilberto. **Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**, in Individualismo e Cultura. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. **Projeto e Metamorfose – Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

VIVARTA, Veet (coord). **Crianças Invisíveis: o enfoque sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração**. v. 6. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Mídia e Mobilização Social)

WEBER, Max (2004). A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Martin Claret.

WOORTMANN, Klaas (1987). **A família das mulheres**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq

WHYTE, William Foote. **Sociedade de Esquina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

ZALUAR, Alba 1985. **A máquina e a revolta**. São Paulo: Brasiliense.

#### **Legislação e documentos oficiais:**

BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Lei no. 8.069, de 13 de julho de 1990. Publicado no Diário Oficial da União, em 16/07/1990.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha do PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil** . Brasília, 2004.

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social / 2004. Norma Operacional Básica NOB / SUAS**. Brasília, 2005.

**Mapas:**

1. Região Metropolitana de Curitiba e seus municípios
2. Visão panorâmica do município de Fazenda Rio Grande
3. Localização de Fazenda Rio Grande na região metropolitana de Curitiba
4. Localização das unidades do PETI no município

**Fotos:**

Aspectos do conjunto residencial Angico